

**CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E  
CIDADANIA-CECA/SC**

**um espaço de educação para cidadania em  
Florianópolis.**

***FÁTIMA DORIETTE DA SILVA***

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maristela Fantin

**FLORIANÓPOLIS**

1997



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**“CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA (CECA/SC) - UM  
ESPAÇO DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA EM  
FLORIANÓPOLIS”.**

Dissertação submetida ao Colegiado do  
Curso de Mestrado em Educação do Centro  
de Ciências da Educação em cumprimento  
parcial para a obtenção do título de Mestre  
em Educação.

**APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 09/09/97**

**Dra. Maristela Fantin (Orientadora),**

*Maristela Fantin*

**Dr. Pedro Benjamin Garcia**

*Pedro Benjamin Garcia*

**Dra. Ilse Scherer-Warren**

*I. Scherer-Warren*

**Dr. Reinaldo Matias Fleuri (Suplente)**

*Reinaldo Matias Fleuri*

*Fátima Doriete da Silva*

*Florianópolis, Santa Catarina, setembro de 1997.*

O encanto  
sobrenatural  
que há  
nas coisas da Natureza!...

se nela algo te dá  
encanto ou medo,  
não me digas que seja feia  
ou má,  
é, acaso, singular...

Mário Quintana

## DEDICATÓRIA

Ao meu avô Raul  
Pela sua sabedoria e bondade

## AGRADECIMENTOS

O agradecimento é uma maneira de reconhecer ou recordar as pessoas, os momentos e as instituições, que estiveram, de uma forma ou de outra, próximas durante processo de construção desta dissertação.

O reconhecimento que faremos não é simplesmente por um valor moral, mas por querer dedicar um carinho e especialmente dizer muito obrigado.

Quero agradecer minha família, especialmente na figura de meu pai Francisco e minha mãe Arlete, que com dedicação e simplicidade me ensinaram o valor do amor e da união. Quero agradecer ao Ricardo, meu irmão, que me ensinou a juntar as primeiras sílabas.

Agradeço a meu avô Raul que tem me ensinado muito sobre a vida.

Agradeço ao meu companheiro Sidney, que momentos mais perto, momentos mais longe tem me ensinado a lutar pelo o que eu quero e acredito.

À Maristela, que com seu modo especial, foi muito mais do que uma orientadora. Sua confiança e carinho, foram fundamentais para que eu desse continuidade ao trabalho.

Aos colegas de mestrado da linha de Teoria a Prática Pedagógica de 1994 e especialmente aos colegas de orientação Adir e Patrícia.

Ao CECA/SC, por ter aberto suas portas, para que fosse possível a realização desta dissertação. Quero agradecer especialmente a Tereza Franzoni, que sempre demonstrou muita receptividade durante as pesquisas.

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro.

## RESUMO

A partir de 1960, a sociedade civil sofreu uma série de mudanças com relação a sua conceituação, passou-se a discutir a sua importância na construção de uma sociedade democrática. Dentro deste contexto de (re)definição conceitual, surgem as Organizações Não-Governamentais (ONG's), como um meio positivo de trabalhar a cidadania.

Na segunda metade da década de 80 e início dos 90 surgiram na cidade de Florianópolis algumas ONG's que buscavam transformar a estrutura política, econômica e social do Estado, a partir da valorização de uma cidadania construída a partir da sociedade civil.

Dentre estas ONG's, surge em 1990 em Florianópolis o Centro de Estudos Cultura e Cidadania (CECA/SC), objetivando desenvolver atividades que fortalecessem a sociedade civil de Florianópolis, colaborando na formação de uma nova cidadania.

O período de abrangência desse estudo vai de 1990 até 1995. Esta dissertação tem como objetivo analisar o desenvolvimento da ONG CECA/SC (Centro de Estudos Cultura e Cidadania) em sua relação com a construção de uma educação para cidadania na sociedade civil de Florianópolis.

Observando os aspectos referentes as atividades desta ONG e sua preocupação com o fortalecimento da sociedade civil de Florianópolis, o trabalho resgata os dados históricos do CECA/SC, seus objetivos, seus projetos, as relações entre os membros desta instituição, as atividades educativas desenvolvidas, procurando compreender de que forma esta ONG colabora na construção de uma educação para a cidadania.

Entre encontros e desencontros ocorridos nas atividades desenvolvidas pelo CECA/SC, observa-se que esta ONG ganhou seu espaço e respeitabilidade na sociedade civil de Florianópolis. Este trabalho não pretendeu esgotar todas as possibilidades de estudo sobre as atividades realizadas pela entidade.

## ABSTRACT

Since 1960, civil society has gone through a series of changes concerning the conceptualization of its own role its importance in building a democratic society is being discussed increasingly. Within this concept of (re)defining concepts, Non-governmental Organizations (NGO's) have arisen as a positive means of working with citizenship.

In the late eighties and the early nineties, there have appeared in Florianópolis some NGO's that have sought to transform the political, economic and social structure of the State, through the valuation of citizenship built by civil society.

Among these NGO's, in 1990 the Center of Studies on Culture and Citizenship (CECA/SC) was founded, with the aim of developing activities to strengthen the civil society of Florianópolis, collaborating in forming a new king of citizenship.

This study covers the period from 1990-1995. The objective of this dissertation is to analyse the development of the NGO CECA/SC (Center of Studies Culture and Citizenship), in terms of building an education for citizenship in the civil society of Florianópolis.

Observing the aspects regarding the activities of NGO and concern with strengthening civil society in Florianópolis, the study brings to light the historic data of CECA/SC- its objectives, its projects, the relations among the members of the institution, the educational activities developed, seeking to discover in what way this NGO has collaborated in building an education for citizenship.

In the midst of all the comings and goings of the activities developed by CECA/SC, it is observed that this NGO has gained its place and respectability within the civil society of Florianópolis. This work does not intend exhaust all the possibilities of study concerning the activities carried out by the organization, but rather to contribute with view of CECA/SC from the educational angle.

## SUMÁRIO

**RESUMO.....vi**

**ABSTRACT.....vii**

**INTRODUÇÃO.....03**

**CAPÍTULO I -ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG's) E SOCIEDADE CIVIL: UMA CONSTANTE BUSCA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.....12**

1.1- Sociedade Civil: o ressurgimento de um conceito ..... 12

1.2- Mobilização e Organização na Sociedade Civil na busca de cidadania.  
.....20

1.3- ONG's e o seu espaço de atuação na Sociedade Civil.....23

1.4- O surgimento das ONG's no Brasil.....28

**CAPÍTULO II- EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA: UM ENCONTRO ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E A CIDADANIA.....35**

2.1- Educação Popular no Brasil: um conceito de várias faces.....36

2.2- Cidadania: Uma questão de direitos.....43

2.3- A construção de uma Educação para cidadania na Sociedade Civil...51



## **CAPÍTULO III- CECA/SC: UM CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA NA SOCIEDADE CIVIL DE FLORIANÓPOLIS.....56**

3.1- Florianópolis: uma cidade numa ilha .....	57
3.1.2- A sociedade civil de Florianópolis tecendo sua cidadania.....	60
3.2- O CECA/SC: espaço educativo de cidadania em Florianópolis.....	68
3.2.1- Dialogando com o ecumenismo.....	73
3.2.2- Buscando uma identidade .....	80
3.2.3- O apoio jurídico popular.....	83
3.2.4- As Atividades de Educação Popular.....	87
3.2.5- O projeto trienal (1993-1995): o CECA/SC redimensiona seus objetivos para a cidade de Florianópolis.....	90
3.2.6- O Projeto Levantamento e Divulgação de Informações sobre a Realidade Sócio-Ambiental da Ilha de Santa Catarina.....	99
3.2.7- O Projeto Piloto de Educação Ambiental desenvolvido na comu- nidade do Saco Grande II.....	101
3.2.8- Dialogando com a comunidade do Saco Grande II.....	113
3.2.9 -Dialogando com seus membros: Educação e Cidadania.....	117
3.3- CECA/SC e a busca de uma prática educativa cidadã.....	124

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.....131**

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....136**

## INTRODUÇÃO

Os temas educação e cidadania são dois temas fascinantes e questionadores. Não trata-se de conceituações isoladas, sozinhas dentro de um só contexto. Mas ao contrário, expressam um modo de ser, de fazer, de sentir que está presente no caminhar de cada ser humano. É um processo dialético onde muitas vezes o ser e o sentir confundem-se na aspiração de poder fazer algo.

E por não se tratar de conceituações isoladas, a educação e a cidadania estão presentes nas ações do dia a dia, nas escolas, nos trabalhos comunitários, nas instituições públicas entre outros.

Neste caso, a pesquisa partiu de um interesse de estudar um espaço de construção e prática da cidadania e da educação, além das fronteiras da escola.

A pesquisa não entra nesta polêmica do âmbito da escola e nem tão pouco tem este objetivo. A proposta é refletir e analisar outra entidade na sociedade civil que trabalhe estas duas temáticas em suas atividades.

A escolha de estudar uma ONG (Organização Não-Governamental), partiu da necessidade de analisar como estas entidades entendem, trabalham e abrem espaços na sociedade civil, vinculando a educação e a cidadania. Sabemos que a vinculação e a harmonia destas duas categorias, trata-se de uma constante busca e de desafios que vão acontecendo durante o caminhar.

Partindo deste pressuposto, esta dissertação tem como proposta inicial refletir e compreender a importância do trabalho desenvolvido por uma ONG de Florianópolis, considerando que esta entidade tem colaborado na construção da cidadania da sociedade civil de Florianópolis.

Os canais de participação popular oferecido por algumas ONG's, significam a possibilidade dos sujeitos se encontrarem com relação as suas igualdades e diferenças. E isso não é uma tarefa muito fácil.

Mas a educação proporcionada por algumas ONG's, visa ser, além de uma educação para a mudança, uma educação construtora de cidadania. Este tipo de educação, contribui para o desenvolvimento de uma identidade política cultural dos sujeitos coletivos, abrindo um leque de atuação através dos mecanismos de participação popular.

Sendo assim, percebe-se que a atuação das ONG's brasileiras na luta pelos direitos de cidadania na sociedade civil, tem como objetivo uma maior democratização do Estado brasileiro, e democratizar o aparato estatal, significa para estas entidades, garantir uma parte da cidadania.

De acordo com as pesquisas feitas pelo núcleo de movimentos sociais da UFSC, foram cadastradas em Florianópolis 32 ONG's. Optou-se em pesquisar o CECA (Centro de Estudos Cultura e Cidadania), devido a seu histórico estar vinculado a uma perspectiva de educação para a cidadania, e por ser uma ONG que atua dentro de várias áreas: área de políticas públicas, ecologia, relações de gênero e ecumenismo, sendo que a antigo grupo de metodologia e educação popular estaria contida dentro destas novas áreas.

O CECA/SC começou suas atividades na cidade como sendo um núcleo do CECA do Rio Grande do Sul. Esta entidade sempre teve sua sede de trabalho na capital, iniciando suas atividade em outubro/novembro de 1990, com o nome de Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria-núcleo Santa Catarina, trabalhando em atividades semelhantes ao CECA/RS como por exemplo: assessoria, serviço de livraria e documentação, participação em fóruns, trabalhos na área de educação popular e na área ecumênica.

Durante cinco anos (1990- 1995), o CECA/SC foi desenvolvendo atividades importantes nas comunidades dentro da área de metodologia e educação popular, debates na área de gênero, do meio ambiente, políticas públicas, organizou debates para discussão sobre o desenvolvimento da cidade, desenvolveu acessoria e trabalhou em parceria na promoção de palestras que envolviam o tema cidadania, entre outras atividades.

Entre as atividades desenvolvidas, uma delas teve uma repercussão muito boa, que foi o projeto Levantamento Sócio-Ambiental da Ilha de Santa Catarina. Uma das etapas desta pesquisa, foi o desenvolvimento de um projeto piloto de educação ambiental na comunidade do Saco Grande II. Este, além de ter sido um projeto importante que possibilitou resgatar informações sobre a situação sócio-econômica de uma parcela carente da população, como por exemplo: a degradação ambiental da região, falta de políticas de saneamento básico, habitações irregulares, possibilitou também a observação da carência de cidadania e educação das comunidades situadas no Saco Grande II. Este trabalho desenvolvido pelo CECA/SC representou ser um trabalho audacioso, para uma ONG de pequeno porte.

Com o desenvolvimento desta entidade durante estes cinco anos, e de uma certa forma, acompanhando a conjuntura política nacional e a partir do próprio contato com a realidade da cidade de Florianópolis, o CECA/SC passou por mudanças nas suas áreas de atuação, no seu nome, na metodologia e dinâmica dos trabalhos desenvolvidos e com isso os seus objetivos foram se aprimorando. Qual seja: *“trabalhar no sentido de fortalecer a sociedade civil e de promover a articulação de seus vários setores, entendendo que a conquista da redemocratização e a simples conquista de alguns direitos de cidadania não bastam para garantir a participação efetiva na administração pública federal ou nacional, mas*

*que é possível a nível local (no bairro e no município), interferir na decisão da administração, bem como ter certeza de que os direitos dos cidadãos podem ser respeitados e inclusive alargados, desde que haja uma sociedade civil madura e organizada”.* (Projeto Trienal p.8)

Sendo assim, a preocupação desta pesquisa, foi no sentido de compreender a atuação da ONG CECA junto a sociedade civil de Florianópolis, no processo de viabilização e construção de uma educação para cidadania. Dentro desta problemática, algumas perguntas foram sendo feitas para compreender e desmembrar melhor as atividades desta instituição como: qual a importância e/ou o papel do CECA na viabilização e construção da cidadania? Que compreensão o CECA tem de educação? Como se desenvolvem as atividades do CECA dentro de uma perspectiva de educação para a cidadania? Como se caracterizam as atividades dos membros do CECA?

Para a *trajetória desta pesquisa*, a metodologia qualitativa configurou-se como a mais apropriada. Esta pesquisa tem como recurso básico a descrição dos acontecimentos, de situações e de pessoas, que são detalhes ricos que devem ser observados.

Segundo Ludke e André (1986), quando queremos estudar algo singular que tenha um valor em si mesmo devemos escolher o estudo de caso. Sendo assim, a pesquisa qualitativa proposta para esta dissertação, foi o estudo de caso. Seguindo os passos do estudo de caso, a pesquisa se desenvolveu em três etapas: a observação, a entrevista e análise documental.

O tempo de duração desta pesquisa, foi de cinco meses. Durante este tempo, foi observado reuniões, palestras organizadas ou com a participação do CECA, reuniões do conselho e o dia a dia da entidade.

Na observação, as primeiras impressões foram sendo desenhadas. Cada detalhe da sala que o CECA ocupava no centro da cidade de Florianópolis para as suas atividades havia um pouquinho da sua história.

Os cartazes de encontros, os livros, os folhetos, jornais, as revistas, a mesa que precisava de reparos, o quadro de família, o computador, os recados afixados no mural, os arquivos, os objetos de papelaria, a cozinha, o banheiro, a forração da sala, a música. A sala que o CECA ocupava em um edifício no centro da cidade, era um espaço pequeno, simples e era dividido com mais duas outras entidades.

Quem entrava no CECA, logo percebia que tratava-se de um lugar ocupado por várias pessoas. Cada detalhe, desde as coisas miúdas, até os detalhes mais visíveis apresentavam uma riqueza singular. O jeito das pessoas, os olhares, a maneira como trataram a presença de um pesquisador no seu ambiente de trabalho, as piadinhas, a leitura coletiva de anúncios do jornal, os comentários sobre o jogo de futebol e o final de semana. Era um ambiente alegre e descontraído, embora, nas entrelinhas de algumas conversas e olhares, outros sentimentos eram observados.

A entrevista, assim como a observação, representa um instrumento importante para a coleta de dados. A vantagem da entrevista, é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada. Com a entrevista, o pesquisador pode observar assuntos de natureza pessoal, assim como termos mais complexos e individuais.

Nesta pesquisa, foram entrevistados 13 pessoas, sendo que foram 8 membros do CECA e 5 pessoas de comunidades e a responsável pelo posto de saúde da comunidade do Saco Grande II.

No CECA, foram entrevistados membros ativos e menos ativos do grupo, membros mais antigos e mais recentes, sendo de faixa etária

diferentes e de ambos os sexos. Na comunidade, as entrevistas foram feitas com representantes de associações do bairro e moradores que não participavam de nenhuma associação. Os entrevistados também tinham diferentes faixa etárias e eram de ambos os sexos.

Em algumas entrevistas com os membros do CECA, a história da instituição era mais aprofundada, mais rica em detalhes, em outras os sentimentos sobre esta ONG ficava em evidência.

Nas entrevistas feitas com moradores ou representantes de associações do bairro, procurou-se perceber o papel que o CECA representou nas experiências destas comunidades, assim como na entrevista com a responsável pelo posto de saúde de uma comunidade onde o CECA desenvolveu um projeto.

A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões de interesse. Na análise documental os materiais escritos (documentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários, jornais, revistas, arquivos, etc) são informações valiosas que ajudam o pesquisador a obter dados sobre o objeto estudado.

Foram analisados os arquivos do CECA, os boletins, documentos internos, textos escritos pelos membros, projetos e relatórios.

Para realizar esta pesquisa, foram utilizadas algumas *categorias norteadoras* que foram construídas no decorrer da análise de dados, como: sociedade civil, ONG, cidadania e educação para cidadania.

A sociedade civil nos fornece subsídios para que possamos analisar e compreender o seu crescimento e amadurecimento enquanto espaço importante de participação. Avritzer, Cohen e Arato são autores que discutem a problemática da sociedade civil. Segundo Cohen e Arato (1994), sociedade civil *é o espaço social, onde nascem e se organizam associações*

*voluntárias (autônomas em relação ao mercado e ao Estado), chamadas de movimento sociais ou populares, organizações não governamentais, grupos de mútua ajuda, entidade filantrópica e de outro gênero.*

O entendimento da categoria da sociedade civil como espaço onde nascem as associações voluntárias, nos fornece elementos para que possamos analisar a atuação e a importância das ONG's.

As Organizações Não-Governamentais-ONG's é o segundo tema estudado. Scherer-Warren(1993), nos fornece elementos importantes sobre o estudo das ONG's, desde o seu surgimento, desenvolvimento, aos dias atuais. Segundo esta autora, as ONG's poderiam ser entendidas como:

*“organizações formais, privadas, sem fins lucrativos, auto governadas e com participação de parcela de seus membros como voluntária. Como forma de ação realizam mediação de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico, para o desenvolvimento sócio-econômico e a construção da cidadania”.*

Para compreendermos o trabalho da ONG CECA na cidade de Florianópolis, no processo de fortalecimento da sociedade civil e construção da cidadania, escolhemos a educação e a cidadania como as duas últimas categorias que seguem o corpo desta pesquisa.

No item educação, optamos em estudar a relação entre educação e cidadania. Dentro desta escolha, passamos pela educação popular e a cidadania, afim de compreendermos melhor a educação para cidadania.

A educação popular não se constitui apenas num método de conscientização, mas em um trabalho a respeito da cultura na qual a consciência de classe é tida como indicador de direção. Esta educação se *“realiza em todas as situações, onde a partir da reflexão sobre a prática*



*de movimentos sociais e movimentos populares, as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam”*.(Brandão 1986)

A cidadania é um processo de aprendizado de construção de novas formas de relação, onde se dê a construção do cidadão enquanto sujeito social ativo e por outro lado, para a sociedade como um todo, um aprendizado com estes novos cidadãos.

A construção da cidadania é essencialmente na sociedade brasileira um processo de transformação de práticas sociais que estão enraizadas na sociedade como um todo (Dagnino, 1994).

Neste caso, a Educação para cidadania a nível desse trabalho é entendida como: **“uma educação constituída, a partir das práticas das ONGs, Movimentos Sociais e sociedade civil em geral, que buscam a democratização do Estado e o fortalecimento da cidadania”**.

Para que pudessemos trabalhar estas categorias de forma seqüencial e coerente com a estrutura teórico- prática desta pesquisa, *optou-se pela divisão desta dissertação em três capítulos*.

No primeiro capítulo escrevemos sobre o surgimento da sociedade civil, suas mobilizações em busca da cidadania e a importância que as ONG's desempenharam no surgimento da sociedade civil e na construção da cidadania.

O segundo capítulo optou-se em fazer um resgate teórico da educação popular e da cidadania buscando um encontro com a educação para cidadania. Têm como objetivo enfatizar a importância de uma educação para a cidadania como meio de viabilização da cidadania da sociedade civil.

No terceiro capítulo analisamos o CECA/SC, sua inserção no sociedade civil de Florianópolis e suas atividades desenvolvidas durante

cinco anos (1990 a 1995). Buscou-se refletir o CECA/SC, enquanto um espaço de educação para cidadania.

Não podemos deixar de lembrar que é uma tarefa desafiadora resgatar as atividades de uma ONG, analisando seu desenvolvimento, seus projetos e sonhos para a construção de uma sociedade civil mais equilibrada e amadurecida.

Quando estas pessoas dedicam um pouco do seu tempo em desenvolver projetos populares, trabalhando em comunidades pobres, entrando na vida de pessoas carentes de educação e cidadania, estão também procurando sua cidadania, o seu espaço enquanto cidadãos ativos.

A singularidade desta pesquisa se dá justamente, no fato de resgatar e analisar as atividades de uma ONG que procura vincular a educação e a cidadania em sua prática.

A educação para a cidadania trabalhada no CECA, nos fornece a possibilidade de conhecer outros espaços da sociedade civil de Florianópolis, que colaboram na construção da cidadania, assim como no seu fortalecimento.

## **CAPÍTULO- I**

### **ONG's E SOCIEDADE CIVIL: UMA CONSTANTE BUSCA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.**

Para analisarmos e compreendermos os trabalhos desenvolvidos pela ONG CECA/SC e sua singularidade na cidade de Florianópolis, é fundamental resgatarmos o conceito de sociedade civil e sua importância no processo de democratização do país.

O conceito de ONG e seu desenvolvimento ganham também espaço central neste capítulo, para compreendermos como atuam e quais os objetivos destas entidades na sociedade civil.

O primeiro capítulo desta dissertação, fala sobre o conceito de sociedade civil interligando-o com o conceito de ONG, enfatizando a importância destas duas categorias para a construção da cidadania.

### 1.1- Sociedade Civil: O ressurgimento de um conceito.

O termo sociedade civil é mais um daqueles conceitos complexos das ciências sociais com significações das mais variadas. Este termo tem sido alvo de discussões, debates e muito se tem escrito no meio acadêmico sobre este conceito.

Uma das questões chaves dos debates, trata-se da análise da importância e/ou a finalidade da relação entre sociedade civil e Estado, além de refletir o caminhar da sociedade civil na construção da democracia.

Para muitos autores, esta discussão tem como eixo norteador a própria dicotomia que envolve o entendimento do que seja moderno e/ou pós-moderno.

Mas a complexidade e a importância do termo, faz com que seja alvo de interesse, desejo e luta, envolvendo interpretações diversas tanto no meio acadêmico quanto nas lutas do dia a dia.

Falar sobre sociedade civil é importante para refletir o que ela representou e que pode significar hoje para a construção de espaços mais democráticos. É no espaço da sociedade civil que historicamente algumas lutas sociais com a finalidade de liberdade, justiça, participação, direitos, tem sido travadas.

No Brasil, assim com em toda a América Latina, devido os impasses gerados pela crise do Estado, há uma necessidade constante e sistemática de se refletir sobre o entendimento do conceito de sociedade civil, bem como

sua dinâmica de ação<sup>1</sup>. Esta reflexão é fundamental para a sua construção e seu fortalecimento.

O fortalecimento da sociedade civil é fundamental para que a esfera pública se desenvolva e funcione na resolução dos problemas que devem ser trabalhados pelo sistema político.

Historicamente, desde o ressurgimento do conceito muita coisa tem acontecido no campo da sociedade civil. Acontecimentos políticos, religiosos, econômicos, culturais e tudo mais que possa ser motivo de entusiasmo ou crise já passou ou vêm passando por este espaço arenoso<sup>2</sup>.

A democratização da América Latina e outros acontecimentos políticos ocorridos no mundo ao longo da década de 80, fizeram do conceito de sociedade civil uma das temáticas centrais das ciências sociais.

Avritzer (1994:127) afirma que a idéia do ressurgimento da sociedade civil, se deve a três fenômenos básicos:

- o esgotamento das formas de organização política baseadas na tradição marxistas, com a conseqüente reavaliação da proposição marxiana de fusão entre sociedade civil, Estado e mercado;

---

<sup>1</sup>Um dos primeiros trabalhos sociológico em que o conceito de sociedade civil tem uma função analítica fundamental é a obra "A Democracia na América", de Alexis Tocqueville. No entanto foi no século XX, com o fortalecimento dos movimentos sociais antigos e novos, que esta categoria passou a ser amplamente empregada. Na América Latina, especialmente a partir da década de 60, houve uma produção expressiva de trabalhos em que o conceito foi utilizado na análise dos movimentos sociais que se organizavam no interior da sociedade.

<sup>2</sup> Para os jusnaturalistas (séc XVIII), a sociedade civil está na origem do Estado, contrapondo-se a sociedade natural e a barbárie. Em Hobbes este Estado é o locus da política e da civilização. Para Rousseau apesar da sociedade civil estar na origem da sociedade civilizada, não é ainda a sociedade política que se constitui pelo contrato social. Hegel concebia a sociedade civil como o espaço social, de regulamentação entre família (e os indivíduos) e o Estado, introduzindo a idéia e intermediação e de busca de interesses comuns, acima de interesses individualista da modernidade. Com o marxismo, especialmente Marx, a sociedade civil também se referência no mercado, sendo que o capitalismo confunde-se com a sociedade burguesa. Gramsci buscando na sociedade civil sua função de construção de hegemonia política, inclusive para as classes subalternas, destaca o papel da cultura, da ideologia e do consenso nesta esfera, diferenciando-se do pensamento marxista anterior. Portanto, sociedade civil definia-se ora como a esfera da constituição da política (e do Estado), contrapondo-se a barbárie; ora como a capacidade de auto-regulamentação e determinação da esfera econômica (do mercado) face ao individualismo e ao Estado; ou ainda como potencialidade do mundo da cultura e das ideologias na construção de uma hegemonia política. (Scherer-Warren, 1994)

- o fortalecimento nos países centrais do Ocidente da crítica ao desempenho do Estado de bem-estar social, pelo reconhecimento que as formas estatais de implementação de políticas de bem-estar não são neutras;

- o terceiro fenômeno, aparece associado à noção de sociedade civil: trata-se de processos de democratização ora em curso na América Latina e na Europa do leste. No decorrer destes processos, atores sociais e políticos identificaram a sua ação como parte da reação da sociedade civil ao Estado.

Segundo a perspectiva de Cohen e Arato (1994), sociedade civil “é o espaço social, onde nascem e se organizam associações voluntárias (autônomas em relação ao Mercado e ao Estado), chamadas de movimentos sociais ou populares, organizações não-governamentais, grupos de mútua ajuda, entidade filantrópica e de outro gênero”.

Entretanto, é necessário não esquecer que o indivíduo traz para a esfera do cotidiano, de suas relações comunitárias e culturais, a síntese de uma vivência e de suas relações com o mercado e com o Estado. Nesta perspectiva, ao pensar as ações coletivas da sociedade civil, temos também que pensar a relação com as duas outras esferas mencionadas.

A idéia básica dos inúmeros autores que têm se dedicado a análise da sociedade civil, é a sua identificação como um espaço de poder, de articulação, e principalmente um lugar onde as pessoas exercem sua cidadania direcionada para a solução de problemas da sua comunidade.

Retomando um pouco a história, o surgimento da sociedade civil no Brasil, no final dos anos 70, constituiu um fenômeno completamente novo em relação a tradição política dominante durante a chamada modernização brasileira, um processo no qual as instituições democráticas que existiram no país não desempenharam qualquer papel na constituição de uma esfera societária autônoma.

Pelo contrário, o que predominou neste período foi um processo no qual modernização e modernidade foram considerados sinônimos e a implementação de formas impessoais de atividade econômica foi associada à criação de uma sociedade moderna. O Estado se atribui a função de criação de atores sociais novos cuja modernidade estaria representada pela forma de produção na qual esses atores estariam inseridos, assim como no acesso a bens de consumo modernos.(Avritzer, 1994)

Segundo Avritzer, no decorrer deste período, no qual o populismo e autoritarismo alternaram-se, o Estado brasileiro se propôs a constituir seletivamente os atores beneficiados pelo processo de modernização econômica, atores que, de acordo com os planejadores estatais, seriam capazes de trocar a cidadania social e civil pelo papel de membros de uma sociedade de consumo despolitizada.

O surgimento de novos atores sociais<sup>3</sup>, o lado estrutural do processo de constituição da sociedade civil no Brasil, está associada ao rápido processo de modernização na qual o autoritarismo brasileiro está ligado. No entanto, o processo brasileiro de modernização, a implementação sistêmica jamais poderia dar certo ou ser bem sucedida, uma vez que as práticas políticas dominantes no interior das elites não se renovaram e sim se combinaram com a vigência da modernidade democrática como discurso sem consequências práticas.

---

<sup>3</sup>Avritzer escreve que, a maioria dos autores que discutem a questão da evolução da sociedade civil no Brasil, associa o seu ressurgimento com os movimentos sociais, tais como o novo sindicalismo, os movimentos de base ligados à igreja católica e o associativismo profissional de classe média. Para este autor, o que caracteriza a sociedade civil brasileira é a procura pela autonomia de uma esfera de generalização de interesses associada à permanência de uma forma institucional de organização baseada na interação comunicativa. Ele associa o surgimento da sociedade civil a três fenômenos: o surgimento de atores sociais modernos e democráticos, a recuperação por estes atores da idéia da livre associação na relação Estado - sociedade, lado a lado com o questionamento de formas privatistas de relação Estado-sociedade, e a constituição de estruturas legais, públicas e políticas capazes de levar à institucionalização dos anseios políticos-culturais da sociedade civil.

Entretanto, o que vem afetando radicalmente a sociedade civil brasileira hoje, tem a ver com a globalização da economia e a fragmentação política, econômica e cultural. Estes problemas, por certo acabam causando sérias consequências, como por exemplo, a exclusão social.

A exclusão social, atravessa os limites do Estado-nação, configurando-se entre outros aspectos como: desemprego, subemprego de milhares de pessoas, violência, miséria, descrença na política, crise do Estado, crise econômica, e uma série de outros conflitos. Estes fatos acabam por afetar a sociedade civil, constituindo-se uma sociedade ora frágil, ora persistente e lutadora. Isto quer dizer que os sujeitos, enquanto indivíduos ou enquanto coletivo, tem que dar tudo de si para fazer cumprir um direito, que constitucionalmente já lhe pertence.

São enormes os desafios que se colocam hoje na sociedade brasileira, para a trajetória de uma democracia que se pautar na conquista de direitos (direitos sociais, civis, políticos) da cidadania. Considerando os indicadores da situação da população brasileira, o quadro é bastante frágil.

Os dados do IBGE assustam pela gravidade do cenário de miséria absoluta e relativa de dois terços da população com efeitos marcantes na vida de milhares de crianças e adolescentes, homens, mulheres e idosos que vivem em condições sub-humanas. Estes segmentos da população constituem as massas de miseráveis localizados fora do mercado formal de trabalho distante do Estado, onde a sociedade civil democrática é um sonho<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> “O combate à miséria, à fome e à exclusão social se impõe como nova categoria política e passa a assumir uma centralidade enquanto problema político. Desta forma, conforme justifica Telles (1993), este posicionamento: Introduz na vida política uma dimensão ética que mobiliza o senso de justiça de cada cidadão, deslocando a miséria do espaço da caridade para o espaço da luta por direitos e cidadania; coloca a solidariedade como valor e a justiça como parâmetro que dá fundamento ao sentido de obrigação social e responsabilidade civil.”



Esta parte da população, condenados a marginalidade sócio-econômica, jamais aparecem no Brasil contemporâneo como portadores de direitos “subjetivos-políticos”, nem como “sujeitos de direito” enquadrados nas garantias fundamentais nas liberdades estabelecidas pela ordem constitucional.

Podemos dizer que a sociedade brasileira vive em dois pontos de vista distintos. Por um lado temos as políticas neo-liberais que insistem na constituição sólida das instituições políticas e civis, num processo que implica reformas, sem no entanto, alterar a correlação de forças. Nesta perspectiva, há o constante fortalecimento dos grupos dominantes e sua inserção na ordem mundial de globalização econômica.

Por outro lado, há inúmeros projetos, propostas e trabalhos que já vêm sendo desenvolvidos, que apostam no fortalecimento da sociedade civil por meio da busca da cidadania para as maiorias, através dos sujeitos ativos e participantes, capazes de intervir na vida política, na economia, nos planos de desenvolvimento da sua cidade, entre outros.

Por certo, para tentar contornar esta situação, fazendo uma tentativa de converger os dois pontos de vista, há quem com maior ou menor radicalidade, propõe partir de um denominador comum que procure congrega posições convergentes dos dois lados, mesmo sabendo da existência de divergências quantos aos objetivos finais.

Também existem os grupos nos dois lados que nada querem mudar, defendendo seus privilégios, ou querendo modificar toda a regra do jogo, mudando substancialmente as finalidades dos projetos nacionais de desenvolvimento.

No meio destes posicionamento que abrigam interesses, desejos e também angústias, temos o fato de que a sociedade brasileira apresenta no

seu histórico uma forte tradição autoritária, verticalizada, onde as relações são na sua maioria de cumplicidade. Desta forma, para que um dia a sociedade civil se torne realmente democrática e que a cidadania seja um direitos de todos, falta um longo caminho.

Entretanto, a emergência de uma sociedade mais democrática, recoloca a questão do desenvolvimento, quer seja ele político, social e econômico sob uma outra perspectiva. Ou seja, ao invés do desenvolvimento ser determinado exclusivamente pelo Estado ou o mercado, a sociedade civil aparece como um terceiro setor<sup>5</sup>, com força de interferência na definição das políticas públicas e nas coordenadas gerais do desenvolvimento econômico. O assim chamado terceiro setor expandiu-se largamente por todos os cantos do mundo e as ONG's são um exemplo disto.

Visto assim, as ONG's contribuem para a democracia e a cidadania na medida que:

- forma e organiza novos atores políticos e os introduz na arena política como sujeito de direitos;

- contribui de forma gradativa na esfera pública fora do Estado, tendo condições de interferir no processo decisório, em particular na definição de políticas públicas;

- organiza a participação política em torno de alguns valores e exerce uma certa influência na opinião pública, de modo que pode pressionar os operadores do poder público e do mercado.

Desta forma, podemos dizer que as ONG's são exemplos positivos dentro do quadro da globalização, uma vez que elas têm beneficiado

---

<sup>5</sup>O termo "terceiro setor" é usado por autores que analisam o desenvolvimento e as características da sociedade civil como: Cohen e Arato, Avritzer, Scherer-Warren, entre outros.

inúmeras pessoas nos países em desenvolvimento, estando presentes em praticamente em todos os continentes.

1.2- Mobilização e Organização da Sociedade Civil na busca da cidadania.

As demandas pela redemocratização da sociedade brasileira, uma resposta pela mobilização de amplos setores da sociedade, colocaram em cena a articulação dos sujeitos coletivos (movimentos sociais, ONG's, entidades sindicais e de assessoria, de defesa de direitos humanos, etc). Atuando nas comunidades, nos bairros, nos fóruns locais e até nacionais, estes sujeitos coletivos, articulam uma nova linguagem que expressa o direito a ter direitos.

Esta linguagem de direitos forma uma ação coletiva que vem pressionando e mobilizando trabalhos na busca de uma interlocução pública, e que segundo Silva:

*“As dimensões da interlocução pública traduzem formas de sociabilidade política e sinalizam caminhos para uma reconstrução da sociedade civil. Nestas novas formas de sociabilidade política, as ONG's tem adquirido uma crescente visibilidade pública, sobretudo nos anos 90”.*(Silva 1994:63)

Já são múltiplas as experiências de inovações urbanas que hoje vem se desenvolvendo em algumas cidades e que estão passando por um processo

de interlocução e negociação conjunta com os movimentos sociais, ONG's e entidades diversas da sociedade civil.

Ao propor estratégias de combate as desigualdades e a exclusão social, ao propor medidas de descentralização da cidade e ao pensar uma cidade culturalmente rica e diversificada, estes movimentos da sociedade civil resgatam o sentido e a importância do público, dando ênfase aos direitos sociais.

A experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre, o Programa de Interesse Social, implantado na administração Municipal de São Paulo, onde foram abertos canais de negociação com o movimento de moradia organizados, da qual a administração municipal implantou uma série de programas através de mutirões autogestionários, são exemplos de experiências que envolvem a elaboração de políticas públicas setoriais através da criação de espaços públicos que permitem negociação e debate de interesses plurais.<sup>6</sup>

Em 1992, foi criado o Movimento pela Ética na Política, que tornou na época o embrião na ação contra a Fome a Miséria e a Vida, fundada oficialmente em março de 1993, a partir de um encontro do Movimento pela Ética na Política.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup>Segundo Silva (1994:63), foi a partir desta experiência que os movimentos de moradia deram impulso à primeira iniciativa popular do projeto de lei encaminhada ao Congresso Nacional, em novembro de 1991. Superando divergências e diferenças, os movimentos de moradia em todo o país articularam-se com entidades sindicais, de assessoria, ONG's, setores da igreja, técnicos vinculados a administração pública de caráter democrático e vários outros movimentos populares (saúde, transporte, direitos humanos, ecológicos, etc), dando origem a um projeto popular que cria o Fundo Nacional de Moradia Popular, configurando-se como uma proposta alternativa de política pública.

<sup>7</sup>Não há dúvidas que a campanha contra a fome e a miséria repercutiu a nível nacional, desencadeando inúmeras ações na sociedade civil. Entretanto não podemos esquecer que outros movimentos, como por exemplo, movimento de mulheres, do meio ambiente, de saúde entre outros, que tiveram mais repercussão a nível local, foram importantes para conscientização da população, e também no sentido de abrir caminhos para os movimentos posteriores.

A ação contra a Fome e a Miséria extrapolou largamente o âmbito das entidades que a compunham originalmente, ganhou estrutura própria em todo o país e se tornou uma das expressões mais avançadas da sociedade civil.<sup>8</sup>

Por outro lado, não estamos imunes as inúmeras contradições e fragilidades da sociedade civil. Desta forma, podemos dizer que uma das tarefas da sociedade civil nos anos 90, é o de conseguir um pouco mais de organização, a fim de tornar suas ações mais eficazes e duradouras. Ou seja, a sociedade civil ao mesmo tempo que se mobiliza em torno de uma determinada ação, por outro lado, esta ação acaba se esvazindo no tempo, pelos mais variados motivos, muitas vezes sem que haja uma continuidade do trabalho, ou do objetivo proposto.

A tarefa de organização para favorecer um número cada vez maior de ações conjuntas na sociedade civil ao longo do tempo, não é uma das tarefas mais fáceis. Uma dos problemas seria a própria influência que as organizações, entidades, movimentos exercem na sociedade civil. Um exemplo de mobilização das organizações foi o que ocorreu na própria campanha pelo combate a fome:

*“(...) O relacionamento que se estabeleceu entre uma tradição cultural de ajuda assistencial e uma nova atribuição de significado político construído por atores de ONG’s e movimentos sociais, é que responde pelo sucesso surpreendente da Campanha de Combate à fome.” ( Scherer-Warren 1996:15)*

---

<sup>8</sup>Esta campanha liderada pelo Betinho também tinha seus momentos de dificuldade. Um deles foi a dificuldade que o movimento enfrentava para conseguir um mobilização em favor do emprego com o mesmo êxito que teve na arrecadação de alimentos.

Creio, que as ONG's vêm gradativamente abrindo canais cada vez maiores de participação na sociedade civil, a fim de mobilizar a participação da população em assuntos conflituosos e que merecem atenção. Entretanto, não podemos esquecer que a sociedade civil vem passando por uma nova elaboração conceitual e/ou um novo entendimento do conceito, onde as ONG's surgem como meios e organismos importantes dentro deste novo conceito. Isto implica que, assim como a sociedade civil, as ONG's vêm redefinindo seu papel no processo de construção da cidadania e da democracia.

### 1.3- ONG's e seu espaço de atuação na Sociedade Civil.

A expressão ONG (Organização Não-Governamental), se tornou um termo conhecido no país a partir da ECO-92, onde as ONG's na maioria ambientalistas, vieram ao Brasil para discutir questões sobre a saúde do planeta.

A partir deste encontro, esta expressão, que até então, era conhecida por intelectuais, acadêmicos e uma pequena parcela da população que trabalhavam junto aos movimentos sociais, passou a “aparentemente e/ou superficialmente” a ser conhecida por outros setores da sociedade civil.

Muito embora, as ONG's, algumas ONG's, estejam trabalhando junto as comunidades, sejam dando assessorias ou desenvolvendo pesquisas, são muito poucas as pessoas que conhecem estas instituições, de onde surgiram, como se mantém economicamente e quais os seus objetivos.

É um termo ambíguo pois permite incluir várias instituições, com filosofias e propostas diferenciadas, desde que sejam sem fins lucrativos.

O termo ONG surgiu pela primeira vez em documentos das Nações Unidas nos finais dos anos 40, referindo-se a um universo amplo e pouco definido de instituições.

*“(...) Em 1945, na ata da Constituição das Nações Unidas se fez menção a organizações não governamentais com as quais o conselho econômico e social poderia estabelecer consultorias(...)”.*  
(Landim,1994:11)

Segundo Scherer-Warren (1994), originalmente o termo ONG vem dos países do norte, referindo-se a entidades ou agências de cooperação financeira a projetos desenvolvimentistas ou assistencialistas, em favor de populações desprivilegiadas do primeiro mundo.

Algumas destas agências com o objetivo de financiar projetos a serviços das bases populares, buscaram entidades mediadoras e responsáveis pela execução dos projetos nos países do terceiro mundo.

Estas ONG's passaram a ser denominadas então de ONGD (Organizações Não-Governamentais em Desenvolvimento), de educação, promoção, serviços jurídicos, informação, pesquisa e outros serviços ligados a iniciativa das bases comunitárias.

De acordo com Landin (1994), juridicamente as ONG's são sociedades civis sem fins lucrativos e enquadram-se na legislação referente a este tipo de organização. São formalmente reconhecidas pelo código civil brasileiro de 1916 enquanto pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

Compreendem segundo o artigo 16 I “as sociedades civis, religiosas, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações”.

Neste caso, as ONG’s podem então escolher o registro legal, seja de sociedade civil ou de fundações, o que é menos freqüente.

Não há dispositivos jurídicos que diferencie as ONG’s de qualquer outra organização sem fins lucrativos, ou melhor, o termo ONG não aparece em classificações existentes nos textos legais, não existindo para efeitos de regulamentação jurídica enquanto tal. Entretanto, são instituições independentes e não parte de uma estrutura maior.

*“Deste modo, ainda que uma pastoral de igreja, um departamento universitário, um partido político ou um segmento empresarial realizem trabalhos semelhantes, não podem ser considerados ONG’s”* (Fernandes 1995:25).

O significado e/ou o valor de uma ONG deriva do que fazem e não de quem representam. Vários autores em seus estudos sobre esta instituições se referem a ela em suas pesquisas, como parte de um terceiro setor (sociedade civil organizada), com o potencial de transformação próprio e diferente dos setores já conhecidos: o Estado (sistema burocrático-administrativo e governamental) e o mercado (sistema produtivo-lucrativo)<sup>9</sup>.

A colocação das ONG’s como parte de um terceiro setor, se dá pelo fato de ser a sociedade civil a esfera básica de atuação e de realização de seus trabalhos. Muito embora, a categoria sociedade civil comporte uma longa discussão, devido suas diferentes acepções na política e na história

---

<sup>9</sup>Dentre os autores que consideram a sociedade civil como parte de um terceiro setor com características próprias e incluem as ONG’s como parte deste setor, podemos citar : Cohen, Arato, Avritzer e Scherer-Warren, entre outros.



social, é neste espaço que as ONG's encontram abertura para desenvolverem seus projetos e atividades e atuarem junto a população, visando educar e transformar o tecido social.

Em poucos anos, estas organizações não governamentais foram ganhando terreno e consagrando-se no país, enquanto entidades com trabalhos específicos e originais, construindo um nome coletivo, onde produzem e reafirmam sua identidade enquanto tal.

Estas ONG's são instâncias onde se discutem problemáticas e práticas específicas. Elas existem numa ambivalência de autonomia e/ou dependência com relação a outros polos institucionais com os quais se relacionam como por exemplo: igrejas, partidos políticos, sindicatos, universidades, órgãos governamentais, movimentos sociais e outras instâncias sociais.

Os autores que tem se dedicado ao estudo destas instituições, possuem uma relativa concordância quanto a dificuldade de tipificá-la ou mesmo de classificá-las, em função da complexidade de relações que mantém entre si e a diversidade e funções que exercem junto a sociedade civil.

De acordo com algumas interpretações, poderíamos dizer que a função das ONG's seria :

*“(...) fortalecer os setores populares como meio de fortalecer a sociedade civil e através desta , fortalecer o Estado” (Buthet 1993:43).*

Ou as ONG's poderiam ser interpretadas como:

*“(...) organizações formais, privadas, sem fins lucrativos, auto governadas e com participação de parcela de seus membros como voluntária. Como forma de ação realizam mediação de caráter*

*educacional, político, assessoria técnica, prestações de serviços e apoio material e logístico, para o desenvolvimento sócio-econômico, e a construção da cidadania (...) Atuam a serviço de populações, alvo específicos ou para os segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destes, com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro(do cotidiano e/ou local) ou a nível macro (sistêmico e/ou global)". (Scherer-Warren 1996:15).*

Segundo Scherer-Warren (1994), para o caso da América Latina, mais especificamente o Brasil, é importante associar um critério de funcionalidade e historicidade para precisar o conceito de ONG. Historicamente são os centros populares de educação, promoção assessoria e mais recentemente as entidades ambientalistas que têm utilizado esta denominação. Quanto a sua funcionalidade, as ONG's brasileiras têm se caracterizado como entidades de assessoria, apoio, produção, educação e defesa dos direitos humanos e ambientalistas com o objetivo de transformar aspectos negativos da realidade social, manifestados por meio de movimentos sociais e/ou das comunidades.

Vistas desta forma, algumas ONG's tem se preocupado politicamente e prioritariamente com questões que levam a construção da cidadania e de uma sociedade mais democrática.

Outro aspecto interessante quanto as ONG's da América Latina, é quanto as suas diferentes orientações ideológicas: marxistas, neo-anarquistas, teologia da libertação e articulistas.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup>De acordo com Scherer-Warren (1995: 168-170): "a) neomarxistas: (...) partindo de uma concepção segundo a qual a transformação social/histórica baseia-se no processo de luta de classes e na tomada de poder do Estado, as ONG's teriam o papel de educador popular, de transformador de consciência de classe e

Em decorrência de cultura, valores e seu período de formação, as ONG's diferenciam-se uma das outras em suas práticas e discursos. Deve-se deixar claro que, muitas vezes, as ONG's em seus discursos deixam transparecer mais de uma orientação ideológica, mas a princípio, isso não vêm prejudicando seu papel enquanto mediadora e/ou assessora entre organizações ou movimentos sociais específicos e administração estatal.

Estas orientações ideológicas apesar de diferentes, apresentam pontos em comum e acima de tudo, todas visam uma sociedade diferente da atual, objetivando a construção de uma sociedade mais equilibrada .

#### 1.4- O surgimento das ONG's no Brasil.

No Brasil, as ONG's surgiram no período do regime militar, quando o número de atores que tinham acesso ao espaço público era bem reduzido. Nesta época houve a emergência de grandes movimentos sociais. Na medida que avançava a democratização do país, as ONG's criadas no período de 60 e 70 com o objetivo de assessorar os movimentos sociais

---

*de executor de programas de treinamento de lideranças políticas (...). b) neo anarquistas: (...)a transformação social é concebida a partir de mudanças que ocorrem nas bases, nas relações micro, no cotidiano, nos processos de desalienação. As ONG's neste caso, são concebidas como parte do movimento social de bases, não devendo ter um papel privilegiado, na educação e na direção do movimento (...).c) teologia da libertação (...) reelabora e reinterpreta a matriz discursiva cristã com auxílio do paradigma marxista, ampliando a noção de opressão e substituindo o conceito de classe dominada por povo oprimido. O papel das ONG's nesta matriz, é somente coordenar ou estimular os grupos de reflexão (...). d) articulista (...) prevê que a expansão da democracia dá -se a partir da organização da sociedade civil, que poderá ocorrer nas múltiplas esferas do social (comunitário, gênero, ética,etc). Esta expansão de uma democracia popular tem como contrapartida a diminuição e descentralização do poder do Estado (...) as ONG's neste caso, tem o papel de mediadora entre as organizações e movimentos sociais específicos e outros atores sociais, econômicos e políticos (incluindo administração estatal)" (...).*

foram se distanciando deles e assumindo cada vez mais uma identidade própria no cenário público.

Doimo (1995), escreve que entre o início dos anos 70 e meados de 80, a idéia do “povo como sujeito” apareceu intensamente nos discursos dos diversos atores socialmente relevantes: a igreja católica, especialmente seus atores progressistas, o ecumenismo ligado a ética do compromisso social, segmentos da intelectualidade acadêmica, especialmente os que fundaram centros independentes de pesquisa em resposta ao expurgo das universidades, impetrado pelo regime militar, e agrupamentos de esquerda, dilacerados pela ditadura.

Estes atores, ao processar as novas influências intelectuais e correntes européias de pensamento, ao estabelecer um diálogo crítico com a tradicional cultura política autoritária brasileira, bem como ao resgatar e revalorizar outros traços da cultura, passam a atuar com mais veemência, colocando-se como personagens importantes para uma transição democrática.

*“(...) Nunca como neste período as idéias de povo e de participação popular ganharam tanta significação positiva no pensamento sociológico de esquerda. Parece que no vácuo da falência do nacional-desenvolvimentismo, finalmente se descobria que somente o povo poderia, de baixo para cima, produzir necessárias transformações históricas. De uma concepção passiva (...) inaugurou-se uma concepção centrada na capacidade ativa do povo, pela qual não havia mais lugar nem para o culto do “Estado nação”, que prometia o desenvolvimento pela eficácia instrumental-administrativa o planejamento compreensivo, nem tampouco para a ação das “vanguardas”, que previam combater o imperialismo e o*

*latifúndio pela conscientização das massas amorfas, passivas e indiferentes (...)*". (Doimo 1995: 75)

Esta autora escreve ainda que, através do processamento da emergente crise do marxismo, segmentos da intelectualidade com leituras de Gramsci descobrem o conceito de sociedade civil e o valor político do senso comum contra o lado perverso do chamado centralismo democrático. Por outro lado, segmentos de esquerda incorporam a filosofia da práxis e procuram a construção da guerra de posições, surgindo o ecumenismo secular de abrangência nacional e internacional, disposto a dar sua contribuição para experiências de desenvolvimento participativo no âmbito da sociedade civil.

A autora enfatiza que entre os anos de 1972 e 1973, diversas pequenas organizações, até então identificadas com o espírito assistencialista dos programas da Aliança para o Progresso, passam a abandonar essa estratégia e a incorporar tanto o método Paulo Freire de "educação popular", quanto o princípio de que só a participação direta e integral do povo seria capaz de conduzir o país ao desenvolvimento. Era o início das chamadas organizações não-governamentais, logo e amplamente estimuladas como um novo formato de participação sócio-política.

As ONG's entre 1975 a 1985 se caracterizaram por três aspectos básicos:

- a luta de resistência do regime militar;
- a percepção da falência da ideologia nacional desenvolvimentista
- o estabelecimento de um amplo diálogo crítico com os padrões autoritários da cultura política brasileira.

Durante estes anos, o trabalho das ONG's vinculava-se a experiência de alfabetização de adultos, onde a educação popular era preferencialmente utilizada no sentido de conscientização.

Na década de 80, as ONG's foram se transformando, se estruturando e consequentemente, começaram a dar um novo olhar para o tema cidadania. Doimo (1994) escreve que entre 1987 e 1988 muita coisa mudou no universo das ONG's. Segundo a autora, houve um visível recuo da igreja católica; os segmentos da igreja popular perdem terreno e o modelo CEB's, enquanto suporte de modelo popular entram em exaustão.

As ONG's especialmente as de extração ecumênica e as mais secularizadas, passam a incorporar critérios de eficácia e a dedicar-se a ações mais propositivas em termo de políticas públicas, em detrimento da mera assessoria a movimentos populares; a intelectualidade acadêmica abandona seu otimismo teórico em relação a tais movimentos e elege como prioritário questões relativas a transição democrática; os segmentos da esquerda, antes comprometidos exclusivamente com a causa do duplo poder, passam a assumir crescentes compromissos partidários e com a questão da coisa pública.

Podemos dizer, que foi praticamente no início dos anos 90, que as ONG's se tornaram mais conhecidas para a sociedade civil.

As ONG's deixam de ser simplesmente assessores de grupos de base e passam a dar um novo olhar no conceito de cidadania e uma nova esperança para construção de uma sociedade democrática.

Esta nova noção de cidadania requer um princípio ético-político e as palavras de Fernandes expressam bem a responsabilidade que este chamado terceiro setor, desempenha como mediador para a formação da consciência de cidadania na sociedade civil.

*“(...) organizações do terceiro setor são assim chamadas a atuar em múltiplos contextos, onde valores em prejuízo devem ser, de alguma forma articulados com os direitos e os deveres da sociedade civil. Cultura e natureza, moderno e tradicional, formal e informal, inclusão e exclusão, utilitarismo e religiosidade, vizinhos que não se entendem, injustiças sociais, etc, proporcionam, uma agenda cheia para a ação pública não-governamental. Para escapar aos becos sem saída dessas polarizações impossíveis, a arte da mediação torna-se um elemento crucial no enfrentamento dos conflitos (...)”* (Fernandes 1994:73)

As ONG's procuram realizar um trabalho que seja um veículo da democracia, trabalhando um princípio ético-político.

Entretanto, por serem instituições que visam a construção da democracia e de uma sociedade mais justa, as ONG's apresentam uma série de dificuldades, como por exemplo, os financiamentos. Um estudo feito por Landin (1986) e Fernandes e Carneiro (1991), demonstra que das 1.208 ONG's existentes<sup>11</sup>, 447 colocavam-se a serviço do movimento popular e a maioria dependia direta ou indiretamente da igreja Católica e cerca de 70% tem nas agências confessionais suas maiores fontes orçamentárias.

Estes fatos muitas vezes dificultam o desenvolvimento das ONG's. As agências financiadoras, na sua maioria internacionais, liberam verbas a projetos que estejam dentro das suas propostas de desenvolvimento para o terceiro mundo.

---

<sup>11</sup>Estes números são referentes ao período de 1986 e 1991; supõe-se que hoje o número de ONG's seja bem maior.

Assim, as ONG's latino americanas são constantemente avaliadas. O projetos das ONG's desenvolvidos na América Latina, não apresentam resultados imediatos, são sementes plantadas que não se transformam em frutos de uma ora para outra, e isso acaba dificultando o acesso para novos financiamentos.

Observando as palavras grifadas da citação abaixo, pode-se subentender que as ONG's muitas vezes se submetem às agências financiadoras para que possam conseguir verbas. A concorrência é grande, devido o número de ONG's na América Latina, e se por um lado são desenvolvidos trabalhos importantes para a sociedade civil, por outro lado, surge uma certa competição entre as ONG's com relação aos financiamentos.

*“(...) As ONG's têm que **produzir projetos** que sejam interessantes para possíveis financiadores e **executá-los com razoável sucesso** para que se **justifique** uma próxima leva de projetos e **financiamentos** (...) ainda que de modo discreto, as ONG's inevitavelmente **competem por financiamentos** de projetos. Assim, (...) respeitados os limites estabelecidos pela linguagem dos projetos, as ONG's podem se movimentar por todo tipo de grupo e questão, mas **não podem se permitir um afastamento do conjunto padrão de valores e regras** veiculados pela cooperação internacional (...)”*(Fernandes 1995:25)

Para compreender melhor as contradições das ONG's, se faz necessário ter em mente que existem vários tipos de ONG's, com objetivos e metodologias diferenciadas.



Muito embora, as ONG's enfrentem problemas de financiamentos, existem projetos que envolvem custos mais baixos, mas com resultados mais visíveis. Como há também, as ONG's que estropolam verbas, dentro de uma realidade social que não comporta este tipo de ação <sup>12</sup>.

As ONG's brasileiras vivem hoje uma importante transição. Se nos anos 70 e 80 o foco de atuação era a educação popular e direitos humanos, nos anos 90 o foco passa a girar em torno da ecologia, da democratização, das diferenças inerentes à sociedade civil, da diversidade cultural e, enfim, dos direitos de cidadania.

Fazendo repensar quais suas tendências, os financiamentos, as diferenças entre grandes e pequenas ONG's, a necessidade de abrir um espaço próprio de atuação, regido por regras típicas das ONG's, autônomas em relação à lógica das empresas, dos partidos, das igrejas.

Apesar das dificuldades no caminhar, as ONG's representam um meio de se construir uma nova cidadania<sup>13</sup>, pois junto à sociedade civil, estas entidades vêm alcançando muitos objetivos e desenvolvendo projetos e pesquisas que têm ajudado na transformação e/ou construção de direitos e conquistas sociais.

---

<sup>12</sup>Existem projetos interessantes que poderiam ter um bom desenvolvimento, mas que acabam não tendo uma continuidade, por falta de verbas.

<sup>13</sup>As ONG's não estão livres de contradições assim como seu trabalho na sociedade civil não é perfeito. Essas organizações não governamentais são um meio de se construir a cidadania em uma sociedade fortemente desigual em seus múltiplos aspectos. Entretanto a sociedade civil sofre influência dos setores conservadores do Estado e do Mercado o que acabaria, para alguns autores, desvirtuando o sentido político transformador da cidadania. Neste sentido cabe salientar a visão de James Petras (1996:48), "*As Ong's tornaram-se a face da comunidade do neoliberalismo, intimamente relacionadas àqueles no topo e completamente nocivo aos projetos locais*". Todavia, o que Petras afirma não invalida o caráter educativo das ONG's progressistas na ação política de construção da cidadania na sociedade civil.

## CAPÍTULO II

### **EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: UM ENCONTRO ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E A CIDADANIA.**

No capítulo anterior, resgatamos o conceito e a importância da sociedade civil e das ONG's para a construção da cidadania.

Para compreendermos a construção de uma educação para a cidadania na sociedade civil, se faz necessário passar pela conceituação de educação popular e cidadania.

A interligação da educação popular e da cidadania nos trazem elementos fundamentais para compreendermos como se efetiva a construção de uma educação para cidadania, que a nível deste trabalho, será discutida pela respectiva dos trabalhos desenvolvidos pela ONG CECA.

#### 2.1- Educação popular no Brasil: Um conceito de várias faces.

O termo educação popular, não é muito fácil de se definir, é conflituoso e carrega consigo definições diferenciadas, causando, digamos assim, encontros e desencontros com o seu real sentido.

A educação popular como o próprio nome diz, é uma educação direcionada para atender uma certa classe social, tendo em vista tratar de questões da cultura, dos valores, da educação, da cidadania de alguns setores populares da sociedade civil.

A Educação popular está associada ao calor das lutas populares geradas na década de 60 e 70, marcando no Brasil um momento de ruptura e um certo distanciamento com os modelos tradicionais de alfabetização.

Brandão (1980) escreve, que a década de 60 foi um tempo de reinvenção da criatividade e do compromisso da educação no Brasil. A produção do método Paulo Freire dentro da extensão cultural da Universidade Federal de Pernambuco, as experiências de uma educação conscientizadora através do movimento de educação de base<sup>14</sup>, a multiplicação de trabalhos culturais e pedagógicos feitos pelos movimentos e centros de cultura popular, entre outros.

As experiências de educação popular surgiram na América Latina nos anos 60 e 70, no interior de um processo de organização de massas populares. Estas experiências nasceram de práticas educativas junto a adultos analfabetos. É neste mesmo contexto e no seio de várias práticas

---

<sup>14</sup> O processo educativo no movimento de educação de base (MEB), girava em torno de noções fundamentais, tais como: pessoa, ação humana, homem como agente de criação da cultura, comunicação entre os homens, conscientização e animação popular, trabalho revelador do sentido do homem e sua transcendência sobre o mundo, entre outros. Considerando as dimensões totais do homem, entendia-se por educação de base o processo de autoconsciência das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deveria partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados em uma autêntica cultura popular, que levasse a uma ação transformadora. Para compreender melhor o que foi o MEB ver Wanderley (1984), in referência bibliográfica.

junto a adultos das camadas populares, que se ampliou enormemente o conceito de educação. (Fantin 1988:86) <sup>15</sup>

Por volta dos anos 60, atravessando uma década que no Brasil foi subordinada a um regime político- autoritário, dois modelos de educação dirigida preferencialmente às classes populares emergem como movimentos ativos de crítica a todo o sistema educativo vigente, especialmente, às formas derivadas da educação de adultos.

Enquanto através de amplos programas de vinculação governamental, a educação de adultos desdobrava experiências de alfabetização, a educação popular e depois, a educação permanente surgiram como projeto de re-significação política- social e pedagógica da educação <sup>16</sup>.

A Educação Popular surgiu como um movimento de educadores, que traziam para seu âmbito de trabalho profissional e militante, teorias e práticas do que então se chamou cultura popular, e se considerou como base simbólica- ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigente. (Brandão 1984) <sup>17</sup>

---

<sup>15</sup>No Brasil as primeiras experiências de educação com as classes populares, que se deu sucessivamente o nome de educação de base, de educação libertadora e mais tarde de educação popular surgiram na década de 60.

<sup>16</sup>Diferentemente da educação de adultos, a educação permanente foi um projeto europeu, da qual, a proposta de retotalização da educação partia de universalização do direitos ao saber e de realização plena de todos os homens, através também da educação. Pierre Furtier foi na América Latina o principal difusor da educação permanente. Ele viveu no nordeste do Brasil, no tempo em que Paulo Freire e sua equipe da Universidade Federal de Pernambuco (e depois Movimento de Cultura Popular do Recife), ensaiavam as primeiras idéias de uma educação libertadora. Pierre Furtier reconhece três etapas da educação permanente: 1º-como processo contínuo de desenvolvimento individual, 2º-como princípio gerador de um sistema de educação global e 3º-como uma estratégia cultural no processo de um desenvolvimento integral. A educação permanente surgiu para ser uma educação permanentemente universalizante, aberta, absolutamente democrática, sendo o oposto da educação compensatória de sujeitos adultos defasados. Esta Educação permanente foi mais um movimento pedagógico de intelectuais humanistas, do que um programa prático realizável na América Latina

<sup>17</sup>Neste capítulo farei uso de alguns conceitos de Brandão, porque embora este autor não tenha utilizado a categoria cidadania, ele escreveu sobre cultura, espaço urbano, educação popular, que são algumas das questões discutidas na cidadania.

No interior das experiências de educação popular estavam diferentes formas de trabalho, entre elas: alfabetização de adultos, educação da comunidade, programas de capacitação da força de trabalho, trabalho político pastoral de produção ou apoio a movimentos populares, além do trabalho de alguns profissionais como médicos, assistentes sociais que desenvolviam trabalhos com as camadas populares.

Dentre estas práticas que possibilitaram a tomada de consciência de setores das classes subalternas, destaca-se algumas características básicas tais como:

- “-Enfãse aos aspectos metodológicos;*
- valorização da cultura e do saber popular;*
- proposta de partir sempre da realidade do bairro e da vida dos participantes;*
- diálogo como instrumento de repassar conhecimento numa relação pedagógica horizontal;*
- técnicas de dinâmica de grupo, valorizando a auto-estima e a desinibição de todos os participantes;*
- prioridade para trabalho de organização utilizando o processo “democracia de base” para a tomada de decisão.” (Fantin 1988:87)*

São vários os autores que se dedicaram ao estudo da educação popular entre eles: Paulo Freire, Wanderley, Brandão, Garcia, Paiva, entre outros <sup>18</sup>.

Para alguns autores , *a educação popular é aquela produzida pelas classes populares ou para as classes populares em função de um interesse de classe* (Wanderley 1980). <sup>19</sup>Ou que *a educação popular não se constitui*

<sup>18</sup>Paulo Freire, possui uma rica trajetória como pedagogo no Brasil; provêniente de sua prática, principalmente com alfabetização de adultos, introduz importantes contribuições para a prática educativa. O principal elemento é a questão do saber ser construído no processo educativo e as relações de igualdade entre educador e educando. Freire, enfatiza também a necessidade de buscar um método que coloque a prática educativa a serviço da construção de um homem novo, de uma sociedade mais democrática e mais humana. No livro *Ação Cultural para a Liberdade*, este autor introduz alguns princípios básicos de dialética, principalmente as que tratam das relações existentes entre educação e transformação da sociedade, teoria e prática, ação e reflexão, objetividade e subjetividade, entre outros temas.

<sup>19</sup>Educação pelas classes populares é a educação que os grupos populares proporcionam a si próprios; é uma educação menos oficial e que menos se enquadra nos programas de tipo professor-aluno. Educação para as

*apenas num método de conscientização, mas em um trabalho a respeito da cultura na qual a consciência de classe é tida como indicador de direção.*(Brandão 1984)

A educação popular se realiza em diversas situações, onde a partir de reflexões a respeito da prática de movimentos populares e práticas individuais dos elementos que integram o processo, há troca de experiências, o recebimento de informações, a crítica e o posicionamento diante das diversas situações da conjuntura social do país e de sua vida cotidiana, ocorrendo a aprendizagem das pessoas para a vida.

O que justifica a educação popular é o fato de que o povo, no processo de luta pela transformação social, precisa elaborar o seu próprio saber. Estamos em presença de atividades de educação popular quando, independentemente do nome que levem, se está vinculando a aquisição de um saber (que pode ser muito particular e específico) com um projeto social transformador.(Brandão1980)

*“A educação é popular quando, enfrentando a distribuição desigual de saberes, incorpora um saber como ferramenta de libertação nas mãos do povo. O fato é que se ela pode ser entendida como uma atividade específica ( não é toda ação assistencial, de trabalho social ou de política educativa), por outro lado, não requer ser realizada no interior do sistema educativo formal, separada do conjunto de práticas sociais dos indivíduos. Muito ao contrário, a educação popular vem sendo desenvolvida no*

---

classes populares, é aquela que é resultado do trabalho de agentes externos a essas classes e que têm o objetivo de educá-las. Estes agentes compreendem desde o Estado até pequenos grupos privados, passando pela mediação da ação de instituições públicas e particulares e de grupos informais, e abarcando tanto formas sistemáticas como assistemáticas de educação. (Wanderley, 1980)

*interior de práticas sociais e políticas e é aí precisamente onde podem residir sua força e a sua incidência”.*(Brandão 1984:68-69)

Assim, educação popular, surgiu como um novo projeto político-social-pedagógico, onde o saber e a cultura popular eram fundamentais para a transformação social<sup>20</sup>.

A construção do saber é uma discussão importante na questão da educação popular. O saber popular se constrói dinamicamente a partir e em função dos problemas e dos conflitos sociais.

*“O saber popular é fruto de experiências de vida ( trabalho, vivência afetiva, religiosidade,etc). É a partir deste saber que o grupo se identifica como tal, troca informações entre si, interpreta a realidade em que vive. O saber popular não é algo puro, inteiramente distinto de outro saber (não popular). Na realidade os saberes dominante e dominado interagem e se confrontam, um não existe sem o outro. Imaginar um saber sem um adjetivo popular é imaginar uma sociedade sem classes”.* (Garcia 1980:109)

O ato educativo torna-se possível porque existem diferenças quanto ao conhecimento e quanto ao saber. Dentro desta relação pedagógica, um novo saber vai sendo criado a partir das relações que vão se entrelaçando e da identidade coletiva que vai sendo construída.

---

<sup>20</sup> A cultura popular defini-se como: “a prática de uma relação de compromisso entre movimentos de cultura popular e movimentos populares através da cultura; um projeto de realização coletiva de tal prática, aquilo que deve ser construído através do trabalho educativo da cultura popular; fazer cultura popular é aquilo que o educador faz junto ao povo e aquilo que o povo, educado para a liberdade realiza”. (Brandão 1986:52)

Na abordagem da questão do conhecimento e do saber, é importante considerar que a prática educativa tem como objetivo a construção do sujeito, e deve possibilitar uma tomada de consciência da pessoa, do grupo e do movimento, em relação a uma posição de classe que é assumida frente a sociedade.

*Assim sendo, “a educação popular se dá num processo de construção onde se trabalha com um saber teórico que precisa ser reapropriado pelas classes populares e um saber que a vida cotidiana vai oferecendo e que precisa ser reformulado, criticado e reconstruído”.* (Fantin 1988)<sup>21</sup>

A educação popular passou por momentos de entusiasmo, de fragilidades e contradições, mas desenvolveu um trabalho muito importante com setores populares da sociedade civil.

Durante praticamente três décadas, a educação popular enquanto movimento e prática pedagógica, era dirigida primordialmente aos setores mais desfavorecidos da sociedade, não dentro da escola, mas em contato imediato da vida cotidiana destes setores.

Mas os movimentos e as experiências de educação popular no Brasil, assumiram diferentes conformações políticas e históricas, apesar das contradições e críticas enfrentadas.<sup>22</sup>

<sup>21</sup>Torres (1992), escreve que no plano teórico, alguns trabalhos escritos por autores comprometidos com a proposta, tem mostrado que um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia. Uma epistemologia baseada no profundo respeito ao senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando esse senso comum, tratando de descobrir, como assinalou Paulo Freire (1990), a teoria ainda não conhecida pelo povo e problematizá-la, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário.

<sup>22</sup>De acordo com Torres (1994), o sucesso ou o fracasso da educação popular se deve basicamente a alguns fatores como: a configuração histórica da formação social segundo sua posição no sistema capitalista mundial, e suas relações de dependência/interdependência dessa sociedade dentro do contexto econômico internacional; o grau de luta política numa determinada formação social; e a qualidade política e organizacional dos movimentos e classes sociais e a natureza do sistema político estatal.



As lutas pela redemocratização da sociedade brasileira ocorridas em décadas passadas, mudaram a perspectiva da educação, ampliando o seu entendimento e levando as classes populares a valorizarem sua cultura, seu saber popular, desenvolvendo um trabalho de conscientização.

A educação popular proporcionou avanços importantes na história da educação deste país, dando passos para a construção de uma educação para a cidadania. Aliás a educação para cidadania é um dos temas centrais dos anos 90, da qual precisaria ser muito bem trabalhada e articulada na área pedagógica.

Dentro deste contexto de constantes mudanças sociais o e sonho da construção de uma sociedade mais democrática, mobilizou alguns setores da sociedade civil, colocando em cena os sujeitos coletivos, movimentos sociais e ONG's, como importantes e indispensáveis no processo de construção da educação e da cidadania.

No processo de compreendermos a educação para a cidadania é necessário além de percorrer o caminho da educação popular, resgatar a conceituação de cidadania e a perspectiva pela qual tem sido trabalhada desde a década de 60-70 até os dias atuais.

## 2.2- Cidadania: Uma questão de Direitos.

A expressão cidadania está hoje, adquirindo os sentidos e intenções das mais variadas. Por um lado, indica ser uma expressão que ganhou

espaço na sociedade, por outro lado devido as apropriações que se tem feito dela, tornou-se um conceito de muitas faces.

Para alguns a cidadania pode significar uma prática educativa de liberdade, uma prática de conquista dos direitos, no entanto, também pode ser interpretada e utilizada como um modelo padronizado de comportamento social. O importante refletir, é que a cidadania tem assumido historicamente várias formas, em função dos diferentes contextos culturais.

Para muitas pessoas a cidadania resume-se ao direito de votar, e ser cidadão confunde-se com o ato de votar, de consumir e cumprir regras para o bom convívio social. Entretanto quem já fez parte de algum movimento seja ele no bairro, na escola, na igreja, percebe que o ato de votar e cumprir algumas regras para o bom convívio social não garante cidadania alguma, se não vier junto de determinadas condições econômicas, políticas, sociais e culturais.

Marshall escreveu sobre cidadania como sendo a ordem da igualdade na sociedade dos desiguais. Para este autor, a cidadania se apoiava na igualdade fundamental das pessoas, decorrentes da integração, da participação plena do indivíduo em todas as instâncias da sociedade.

Para Marshall (1967), as classes sociais se fundamentam no princípio da diferença e das desigualdades próprias das sociedades modernas<sup>23</sup>; resultam da combinação de vários fatores ligados às instituições da propriedade, dos processos de inclusão e exclusão dos segmentos sociais na estrutura da economia nacional.

---

<sup>23</sup>“A divisão em duas classes aparece como tendência histórica, resultante de muitas articulações. Basicamente, essas duas classes se distinguiram pela sua posição diante da propriedade: uma tem tudo ou quase tudo; a outra não tem nada, trabalha (...) a grosso modo a história da humanidade tem sido assim, a relação entre capitalista, tecnocratas e trabalhadores, assim o conceito de classe expressa a desigualdade estrutural entre os homens”. (Covre 1995:66)

A cidadania ao contrário, se apoia na igualdade fundamental das pessoas, decorrentes da integração, da participação plena do indivíduo em todas as instâncias da sociedade.

Assim, Marshall (1967) dividiu o direito à cidadania em três blocos: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais.

*“(...) os direitos civis, base da cidadania, se referem às liberdades individuais; dão a cada um o poder de participar como uma unidade independente na concorrência econômica da sociedade. O indivíduo é livre para ir e vir, fazer contratos legais, defender idéias e crenças. Contudo, o Estado não garante a posse efetiva desses direitos, pois o direito à propriedade não é o direito de possuir propriedade, mas de poder adquiri-la”.*

Os direitos políticos *“(...) na condição de membro de um organismo investido de autoridade política - um partido, um sindicato ou uma associação- qualquer pessoa tem o direito de votar e ser votado. Existem os organismos políticos encarregados de materializar estes direitos: o parlamento, as câmaras representativas, os tribunais eleitorais. No parlamento, teoricamente, os representantes deslocam-se de suas bases eleitorais, tornando representantes do povo inteiro. A representação, neste caso, condiz com o princípio da igualdade, na medida em que não pode prevalecer o interesse individual de ninguém. Neste sentido, aquele locus do poder legislativo é homogêneo, tendo como base de ação o bom senso. Quando isso não ocorre, ou seja, quando não se chega ao consenso sobre o tema comum, prevalece a interpretação da maioria.”*

Os direitos sociais “(...) resultam da prática dos direitos políticos, representam um mínimo de bem estar social. Englobam padrões de consumo, lazer e segurança que a civilização como um todo foi capaz de acumular”.

Ferreira (1993), comenta que apesar da riqueza dos dados com que trabalhava, Marshall não discute os processos históricos, os embates e os mecanismos através dos quais se efetivam estes direitos. Outro ponto que o autor não enfatiza em seus estudos, é que quanto mais o Estado se expande, quanto mais penetra na sociedade civil mediante soluções legislativas e burocráticas, mais restringe o campo de participação política do cidadão.

Para Coelho (1990), Marshall estabelece critérios evolutivos para uma cidadania ainda dimensionada pela ótica liberal conservadora, em que a construção da cidadania surgiria através de uma evolução natural e não como uma conquista da sociedade. Em relação aos deveres são inerentes ao Estado na medida em que este amplia o direito de cidadania. Para Coelho(1990), Marshall deixa transparecer em seu discurso que a cidadania é basicamente posição social e aparência, reforçando que o alcance do bem estar social e da igualdade, se dá pelo esforço e pelo trabalho individual.

Na prática, estes direitos expressos por Marshall não ocorrem na mesma ordem e da mesma forma em todas as sociedades e por mais que ocorra o reconhecimento jurídico, político e social destes direitos, o capitalismo pode até afirmar a igualdade e liberdade, mas continua agindo com discriminação e excluindo os setores populares do direito à cidadania.

Estes três conjuntos de direitos, que compõem o direito do cidadão, na prática não podem serem vistos e tão pouco trabalhados de forma

desvinculada, mas dependem principalmente de uma correlação de forças econômicas e políticas.

Um país como o Brasil, que foi colonizado sob o estigma da exploração econômica, trabalhar a cidadania é uma tarefa delicada e conflituosa. Estamos inseridos em uma sociedade onde a descoberta das leis e dos direitos sociais convivem com um cotidiano de violência, discriminação e preconceitos.

Uma sociedade onde existe uma espantosa confusão entre direitos e privilégios, onde também a experiência democrática convive com a aceitação ou mesmo convivência com as práticas autoritárias, em que as demandas por direitos se fazem muitas vezes numa combinação aberta ou velada com práticas constantes de clientelismo, que colocam diferenças onde deveriam haver critérios públicos igualitários.

Assim, marcada por uma organização hierárquica e desigual, a sociedade civil vive momentos de extrema pobreza<sup>24</sup>. Neste caso, a cidadania brasileira, além de um problema teórico, torna-se um problema histórico e político. É emergencial a eclosão de uma nova noção de cidadania que aponte para novos horizontes, onde haja lugar para construção e difusão de uma cultura democrática<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup>O Brasil se encontra frente a uma crise social gerada por crises econômicas e políticas sem precedentes. Os excluídos deste país constituem cerca da metade da população, formada pelos negros, submetidos a todo tipo de discriminação racial, os subnutridos, os que vivem em favelas, as mulheres privadas em seus direitos humanos, semi-analfabetos, etc. Os direitos dizem respeito antes de mais nada ao modo como as relações sociais se estruturam. Na medida em que os direitos são reconhecidos estabelecem uma forma de sociabilidade regida pelo reconhecimento da alteridade dos sujeitos, isto é, os direitos operam como reguladores das práticas sociais, definindo as regras de reciprocidade esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente negociada das obrigações e responsabilidades. Pedro Demo (1995), quando trabalha com a questão da pobreza, interliga dois conceitos: pobreza sócio-econômica e pobreza política.

<sup>25</sup>Um Estado democrático é aquele que considera o conflito legítimo. Não só trabalha politicamente os diversos interesses e necessidades particulares existentes na sociedade, como procura instituí-los em direitos universais reconhecidos formalmente. Os indivíduos e grupos organizam-se em associações, movimentos sociais, sindicatos e partidos, constituindo um contra poder social que limita o poder do Estado. Uma sociedade democrática não cessa de trabalhar suas divisões e diferenças internas, e está sempre aberta à ampliação dos direitos existentes e à criação de novos direitos. (Chauí, 1995)

Para alguns autores, a nova noção de cidadania surgiu na década de 60-70 com o surgimento dos movimentos sociais. Castells(1980), escreve que os movimentos sociais surgiram como uma via democrática para a solução de crises urbanas. A participação dos cidadãos na busca de soluções para os problemas traz para a sociedade civil a responsabilidade de fazer parceria com o Estado, e não subordinar-se mais a ele.

Para este autor, uma das grandes contribuições dos movimentos sociais na década do seu surgimento, foi o de trazer um projeto de mudança na cultura política. Mudanças que vinham do fato da autonomia dos movimentos quebrarem com as relações clientelistas, com o modo de atuação do sistema político tradicional.

Com o tempo, estes movimentos<sup>26</sup> passaram por vários momentos, amadurecendo e reestruturando-se, mas contudo, a organização destes e sua luta pelos direitos, constituíram a base fundamental para a construção de uma nova noção de cidadania.

Há inúmeros autores que trabalham com o tema cidadania, atribuindo diferentes conceituações. Dentre alguns conceitos, a cidadania poderia ser definida como, *“uma ação contínua ou intermitente do habitante da cidade (...) quando intervém ativamente nos diferentes campos em que é exercida a administração desse conjunto sócio-territorial, participando, seja diretamente do ato administrativo propriamente dito, seja da formulação das leis que regem, no intuito de provocar mudanças que o beneficiem ou impedir mudanças que o prejudiquem.”*(Bogomoletz, 1990:31)

---

<sup>26</sup>Para Scherer-Warren (1992), os movimentos sociais referem-se a um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não, possuindo um programa, objetivos ou plano comum, baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideológicos visando um fim específico ou uma mudança social. A autora define movimentos sociais como: grupos que se organizam na busca da libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada.

Cidadania também poderia ser defenida como: *“um processo em construção. Ao mesmo tempo em que é estado, um jeito de se portar, se envolver, participar é também, o leque de formas de organizar as pessoas numa dada sociedade. Implica em determinados direitos, deveres, como também no fortalecimento dos espaços de decisão”*. (Fantin 1997:27)<sup>27</sup>

Demo (1990), associa o conceito de cidadania ao processo emancipatório que começa com o questionamento crítico. Este autor faz uma diferenciação entre cidadania de primeira classe (são aqueles que detém a posse privada dos meios de produção) e os de segunda classe (aquela que é tutelada, concedida, tolerada pelos iguais em favor dos desiguais)

*“Cidadania não pode jamais ser reduzida às condições subjetivas, como se consciência crítica e organização política bastassem, mas nela ressalta a face política da conquista coletiva de base. Cidadania de base começa com o reconhecimento crítico de que a desigualdade histórica é usurpação; injusto, portanto”*. (Demo 1990:63)

Dentro da perspectiva que a cidadania se constrói através do processo de participação e organização de setores que reivindicam seus direitos sociais (moradia, saúde, educação, etc), como também seus direitos políticos e civis, o cidadão que participa dos movimentos populares, não pauta sua reivindicação como indivíduo, mas como sujeito coletivo.

---

<sup>27</sup>Fantin (1997) escreve que o exercício da cidadania pressupõe o exercício da participação. Para a autora, *“participação é como uma determinada ação humana, que revela capacidade de exprimir o desejo de realizar, fazer coisas, afirmar a si mesmo, e ao coletivo, suas potencialidades. É também a prática da interação, comunicação e cooperação com as demais pessoas (...)”*. (Fantin 1997:27)

Lutando pelos direitos, por espaços de participação, pela carência de algo necessário para suas vidas, os sujeitos coletivos se mobilizam e vão aprendendo na prática como reivindicar. Os sujeitos coletivos *“se constituem, enquanto organismos vivos presentes na sociedade, como associações de moradores, grupos diversos, organizações não-governamentais, entre outros, onde as lutas sociais, políticas, econômicas e culturais se cruzam e produzem práticas que proporcionam a esta coletividade a elaboração de identidades no interior de múltiplas diferenças. Isto significa pensar sujeitos coletivos como organismos... que nas ações coletivas, expressam vontades, buscam respostas, reconstroem conhecimentos e se apropriam desse fazer”*. (Fantin 1997:29)

Gohn (1994), ao trabalhar a questão dos sujeitos coletivos escreve que: o coletivo é o campo por excelência de ações culturais pluralistas, desta forma, uma cultura política pautada na participação exige a construção de canais onde haja liberdade de expressão, pluralismo.

A construção coletiva de uma identidade político-social é um ato educativo, pois representa uma organização, uma construção e/ou desconstrução de valores, de reivindicações, de motivações, além de representar uma expressão e uma prática de consciência de direitos.<sup>28</sup>

A cidadania que era antes pautada nos direitos individuais, dentro da perspectiva dos movimentos sociais e das ONGs, passa a ser vista enquanto luta pelos direitos coletivos de cidadania.

---

<sup>28</sup>Dentro desta perspectiva, os movimentos sociais representam um importante papel para a construção de uma educação para cidadania que merece ser reconhecido. Apesar das contradições e dos limites destes movimentos, a educação é autoconstruída por cada indivíduo participante de forma coletiva. Por outro lado, não se trata de um processo de aprendizagem apenas individual que resulta num processo de politização dos seus participantes. Trata-se de um desenvolvimento da consciência individual, onde o resultado é dado no plano coletivo.



Nesse sentido, a nova noção de cidadania tem que ir além da relação entre o Estado e o indivíduo, para incluir a relação com a sociedade civil, como escreve Dagnino:

*“(...) o processo de construção da cidadania enquanto afirmação e reconhecimento de direitos é, especialmente na sociedade brasileira, um processo de transformação das práticas sociais enraizadas na sociedade como um todo. Um processo de aprendizado social, de construção de novas formas de relação, que inclui de um lado, evidentemente a construção do cidadão enquanto sujeitos sociais ativos, mas também do outro lado, para a sociedade como um todo, um aprendizado social, de convivência com estes cidadãos emergentes que recusam a permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para eles (...) supor que o reconhecimento formal de direitos pelo Estado encerra a luta pela cidadania é equívoco, que subestima tanto o espaço da sociedade como arena política, como enraizamento do autoritarismo social (...)”.*  
(Dagnino,1994:109).

Não podemos nos enganar, achando que trabalhar no plano coletivo é fácil, existem muitos conflitos nas ações coletivas. Estes conflitos por um lado dificultam o andamento das ações, mas por outro lado reforçam a idéia do fortalecimento da sociedade civil, ser realizado através de práticas coletivas.

Desta forma, quando se analisa as atividades desenvolvidas por uma ONG não podemos deixar de refletir que uma instituição que objetiva trabalhar conflitos que afetam a cidade, se depara com inúmeras obstáculos. Como por exemplo:

- o conhecimento do espaço que irão atuar;
- a população alvo da pesquisa, com suas vivências, valores e experiências diferenciadas;
- o contato com os órgãos governamentais, com seus processos burocráticos e relações internas verticalizadas, que dificultam o contato e o acesso à informações importantes da pesquisa.

São obstáculos que vão sendo superados no decorrer dos trabalhos desenvolvidos pelas ONG's e a legitimidade que vão conquistando na sociedade civil. Cabe ressaltar, que todos estes caminhos são abertos com cautela e gradativamente, onde a ONG precisa saber conviver e trabalhar com persistência lúcida, buscando superar os desafios.

### 2.3-A Construção de uma Educação para Cidadania na sociedade civil.

A cidadania e a educação vêm sofrendo mudanças, expressando por um lado, a luta dos sujeitos coletivos para superarem a exclusão social e por outro lado, vem sendo utilizada como artimanha política, por parte daqueles que detém o poder.

Na década de 70, a educação popular tinha como projeto a construção da cidadania, que se daria através da conscientização e organização popular.

Na metade dos anos 80, o termo educação popular vai gradativamente ganhando espaços na sociedade civil organizada.<sup>29</sup> O trabalho dos

---

<sup>29</sup>Doimo (1995), escreve que aos poucos, a noção de popular começou a perder terreno para a idéia de sociedade civil organizada (...) cada vez mais falava-se menos em democracia de base e mais em democracia como valor universal, menos em movimento popular e mais em movimentos sociais organizados menos em luta contra o Estado e mais em participação da sociedade nas decisões através do estabelecimento de parcerias.

movimentos sociais abre um novo horizonte para a cidadania, nascendo um novo sujeito: os sujeitos coletivos.

Nos anos 90, o tema cidadania passou a ser discutido nos encontros, artigos, congressos. Talvez nunca este tema tenha sido tão debatido e questionado. Os sujeitos coletivos ganham força e o tema sociedade civil e cidadania ressurgem como discussões atuais e centrais.

O debate da cidadania gira hoje, em torno do direito a ter direitos, ou seja, o direito a diferença dentro da igualdade jurídica. A nova noção de cidadania está ligada a experiências concretas dos movimentos sociais<sup>30</sup>, e aqui se inclui as ONG's, como espaços educativos para a construção da cidadania, que fazem parte destas transformações conceituais e sociais.

Entretanto, esta noção de cidadania está vinculada ao novo princípio ético-político-social, apontando com isso a construção de uma nova cultura democrática.

No Brasil, a construção de uma nova cultura democrática é muito complexa, dentro de uma sociedade com características fortemente autoritária e com desigualdades sociais extremamente visíveis. Dagnino(1994) discute a questão da cidadania e da democracia na sociedade autoritária brasileira:

*“ A questão da cultura democrática assume um caráter crucial no Brasil e na América Latina como um todo. Esta é uma sociedade na qual a desigualdade econômica, a miséria, a fome são os aspectos mais visíveis de*

---

<sup>30</sup> “(...) pensar os movimentos sociais como redes, com maior ou menor visibilidade mas sempre com certa permanência, como sujeitos políticos não só coletivos, mas múltiplos, heterogêneo, que compartilham alguns princípios básicos sobre a participação popular, a cidadania e a construção democrática, e que hoje podem ser vistos como incluindo desde associações de moradores até organizações não governamentais, setores partidários e, porque não setores do Estado, especialmente nos níveis municipais, (tais como administração municipal da frente popular liderada pelo PT em Porto Alegre-RS, que já tem um caminho percorrido formado de redes de movimentos sociais em suas várias administrações participativas).

*um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais: o que podemos chamar de autoritarismo social. Profundamente enraizado na cultura brasileira e baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificação que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade. Essa noção de lugares sociais constitui um código restrito, que perpassa a casa e a rua, a sociedade e o Estado (...)*". (Dagnino1994: 104)

Este autoritarismo social inserido na sociedade, além de estigmatizar as pessoas pela etnia, gênero, situação sócio-econômica, expressa claramente as desigualdades sociais nas situações mais variadas do cotidiano. E aí percebemos como é importante a dimensão cultural da cidadania para a construção da democracia.

Através das lutas por oportunidades de participação, pela construção de espaços mais democráticos, os sujeitos coletivos vão tecendo sua cidadania. Durante este processo, pelo qual a cidadania vai sendo desenhada, os sujeitos enriquecem, formulam e valorizam coletivamente suas ações e o seu conhecimento, aprendendo a expressar e explicar os acontecimentos de sua vida política e social.

Neste caso, a cidadania está vinculada ao desenvolvimento de um tipo de educação que possa contribuir para construção de uma identidade social dos sujeitos coletivos da sociedade civil.

Este tipo de Educação, a nível desse trabalho denomina-se: **Educação para Cidadania: é uma educação constituída, a partir das práticas das**

## **ONGs, Movimentos Sociais e sociedade civil em geral que buscam a democratização do Estado e o fortalecimento da cidadania<sup>31</sup>.**

Essa Educação para Cidadania é parte de um processo gradativo de aprendizagem, de sociabilidade e de vontade, dando um novo entendimento do tornar-se cidadão. Esta nova noção de Educação busca corrigir e transformar diferenças instituídas, destacando o valor da igualdade, e da participação dos cidadãos na esfera pública de forma não discriminatória.

A Educação para Cidadania, requer uma formação de sujeitos sociais ativos e participativos, lutando pelo reconhecimento de seus direitos. Para isso, necessita transformar as práticas sociais enraizadas na sociedade.

Desta forma, a construção de uma Educação para Cidadania é um processo que envolve o Estado e sua relação com a sociedade civil, logo é um processo de transformação de valores éticos e culturais.

Este tipo de educação está ligado a luta pelos direitos, ensina os sujeitos coletivos a reivindicarem o direito a vida, a segurança, a autodeterminação, a participação nas políticas públicas de sua cidade ou de sua realidade mais próxima, como: na sua comunidade, no seu bairro, na sua rua<sup>32</sup>.

A ineficácia e a carências de políticas públicas vêm ilustrar, a importância que os movimentos sociais e as ONG's desempenham no

---

<sup>31</sup>O objetivo desta definição de educação para a cidadania, não é criar uma nova teoria sobre educação popular, mas sim, trata-se de um conceito operacional pensado a partir da necessidade surgida na pesquisa empírica de vincular a prática educativa de uma ONG aos seus objetivos de luta por uma cidadania na sociedade civil. Na parte teórica, foi pensada a partir das leituras de autores que trabalham as categorias educação popular e cidadania como forma de fortalecimento e transformação da sociedade civil. Estes autores estão citados no corpo desta dissertação, bem como nas referências bibliográficas.

<sup>32</sup>No entender de Demo (1994), os componentes de políticas públicas participativas típicas, exigidos pela sociedade civil organizada são: políticas educacionais, políticas culturais (principalmente aquelas que se dirigem ao cultivo das identidades culturais), políticas de comunicação (informações para se exercer a cidadania crítica), políticas de defesa da cidadania (defesa do consumidor), políticas de conquista de direitos, políticas de organização da sociedade civil, políticas de segurança pública, entre outras. Com a carência destas políticas públicas, percebe-se a imensa pobreza política que vive a população brasileira. Grande parte desta população convive diariamente com a injustiça, sem acesso à educação, à cultura, à segurança, à cidadania.

fortalecimento da sociedade civil. Mesmo sofrendo o desafio da globalização neo-liberal, estes **espaços educativos** vêm tecendo fio a fio a cidadania.

Este entendimento de educação para cidadania foi sendo desenhando a partir das observações das atividades desenvolvidas pela ONG CECA/SC e o seu objetivo na sociedade civil de Florianópolis.

A dimensão dos trabalhos de educação popular assim como a conceituação e o desenvolvimento da categoria cidadania na sociedade civil brasileira, nos forneceram subsídios teóricos para podermos analisar as atividades de uma ONG que obteve em desenvolver projetos e atividades a nível local.

A relação da educação popular e da cidadania foi um caminho escolhido para observarmos o CECA/SC como um espaço educativo de cidadania.

### **CAPÍTULO- III**

#### **CECA/SC: UM CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA NA SOCIEDADE CIVIL DE FLORIANÓPOLIS.**

Os capítulos anteriores, trataram da clarificação de alguns conceitos, inerentes ao estudo da sociedade civil, das Organizações Não-Governamentais e a sua importância na construção de uma educação para cidadania.

No decorrer deste capítulo, os temas trabalhados nos capítulos anteriores serão observados a partir da formação do núcleo CECA na cidade de Florianópolis e sua relação na construção de uma educação para cidadania.

Na análise da ONG CECA/SC, os conceitos trabalhados até então, ganharão vida através da linguagem, da opinião e do sentimento de seus membros e da comunidade de Florianópolis; fruto das pesquisa empírica realizada.

### 3.1- Florianópolis: Uma cidade numa ilha.

*“(...) um pedacinho de terra perdido no mar(...)Jamais a natureza reuniu tanta beleza,jamais algum poeta teve tanto pra contar(...)”*

A beleza e o jeito maroto das pessoas que viviam neste pedacinho de terra, que inspirou o poeta e todos que a visitavam, apesar de não deixar de ser bela, com certeza passou por transformações muito marcantes.

O município de Florianópolis, onde a ilha constitui grande parte deste território, está inserido num espaço urbano composto pelos municípios de Biguaçu, Palhoça, São José e Santo Amaro da Imperatriz, possuindo uma área de aproximadamente 410 quilômetro quadrado. Como capital do Estado, concentra grande parte dos serviços e poderes representativos de decisão, concentrando um grande aglomerado urbano, formando um município com fortes desigualdades sociais, econômicas e culturais.

No que se refere ao processo de urbanização e o aumento populacional, a cidade começou a sofrer fortes mudanças a partir da década de 60, com a implantação de diversas repartições administrativas estaduais e federais, a construção de novas rodovias e o crescimento da indústria do turismo.

Com esta modernização no quadro econômico, a cidade de Florianópolis começou a sofrer mudanças sócio-culturais. A população que era até então de pescadores ou de pessoas que viviam de trabalhos artesanais e terciários, começaram a dividir sua cidade com os imigrantes que vieram morar na ilha em decorrência do crescimento e a oportunidade de emprego que esta oferecia. Com isso, o dia a dia da cidade foi se modificando



Segundo CECCA (1996), inserida no modelo de desenvolvimento brasileiro das décadas de 60 e 70, onde desenvolvimento era sinônimo de estradas, urbanização e concentração de serviços nas regiões metropolitanas, acabou por criar um perfil populacional para o município de Florianópolis com fortes desigualdades sociais e profundamente segregador no que se refere as diferenças culturais que fugiam ao modelo urbano dominante. Este modelo também desenhou a cidade a partir dos critérios de máxima ocupação humana possível, da retirada quase total das áreas verdes, do privilégio ao transporte individual e das grandes obras arquitetônicas. Neste sentido o desenho e os investimentos urbanos não só tinham em vista atender apenas a uma faixa da população, como também acabaram por diminuir o nível de qualidade de vida da maioria restante.<sup>33</sup>

Os vários partidos políticos, com seus candidatos e objetivos diferenciados e as eleições para governo e administração municipal, foram mudando o aspecto físico, econômico e social deste município, causando uma série de conflitos para a cidade, como: compras, desapropriações, vendas e invasões de terra<sup>34</sup>.

Com a chegada de novos moradores ao município nos anos 70, o espaço físico da cidade começou a ser ocupado, faltando por parte do setor público uma organização para atender tanto os moradores antigos da cidade quanto os novos.

Na ocasião, o fluxo migratório caracterizava-se basicamente em dois tipos. Funcionários das empresas e repartições estatais recém instaladas, que

---

<sup>33</sup> A indústria do turismo em Florianópolis tem sido um ponto negativo no que se refere a população nativa e sobretudo para o meio ambiente da ilha. As benfeitorias desta indústria beneficia apenas uma parcela da população (empresários do setor hoteleiro, donos de restaurantes e alguns moradores proprietários que exploram aluguel de casas). *“Do ponto de vista da população local os impactos do turismo tem repetido os desastres culturais de outros locais do Brasil e de países do terceiro mundo (...)”* (CECCA, 1996)

<sup>34</sup> Sobre a questão do conflito de terra em Florianópolis ver Franzoni, in referência bibliográfica.

eram famílias de nível médio e por outro lado, famílias de migrantes pobres, oriundos em sua maioria de regiões agrícolas, a procura de uma vida melhor.

Com este fluxo migratório chegando a cidade os moradores começaram a sofrer sérias mudanças em suas vidas decorrente do tipo de desenvolvimento que havia sido planejado para a cidade. A citação abaixo resgata uma pequena parte da situação pela qual a população da cidade vinha passando:

*“(...) Os antigos moradores da ilha passaram por violentas transformações. A população rural, que vivia nas localidades próximas ao centro da cidade, foi a primeira atingida pelo modo de vida urbana, venderam seus sítios, perderam as terras de pastagem e viram -se cercados por muros, estradas, casas e vizinhos que frequentemente entravam em conflito com seu modo de vida. Foram perdendo os meios de produção e reprodução da cultura (...) A mercantilização das relações colocou os antigos moradores em desvantagens com os seus novos vizinhos que, não só dominavam a lógica das relações urbanas e mercantis, como também estavam numa posição hierarquicamente superior neste novo modo de vida. Com a super valorização das áreas próximas ao centro, os antigos moradores foram expulsos e os que ficaram, ou seus filhos, acabaram incorporados em serviços subalternos”.*(Uma Cidade Numa Ilha, CECA-FNMA,1996:170)<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup>Este relatório escrito pelo CECA/SC: Uma Cidade Numa Ilha, trata-se de um trabalho reconhecido academicamente e fundamental para obter dados sobre a cidade de Florianópolis. No decorrer deste capítulo farei uso deste documento para acrescentar informações importantes sobre a cidade de Florianópolis.

A partir de então, o perfil populacional, assim como os locais de moradia dos habitantes da cidade, foram se modificando tentando se adaptar às mudanças que vinham ocorrendo. As dificuldades foram surgindo, além de problemas de moradia, havia o problema do emprego, diferenciações sociais e o adensamento populacional. Com todas estas mudanças no quadro populacional da cidade, Florianópolis foi perdendo a característica da ilha da “(...) *moça faceira, da velha rendeira* (...)”, como escreveu o poeta.

### 3.1.2- A sociedade civil de Florianópolis tecendo sua cidadania

A partir da década de 80, a cidade de Florianópolis sofreu uma transição muito forte, fazendo com que a sociedade civil crescesse visivelmente. Foi durante este período que alguns setores da sociedade civil lutaram por eleições diretas para presidente, prefeito e pela liberdade de expressão.

Nos bairros mais distantes do centro de Florianópolis, a forma de organização comunitária era através da intendência “(...) *uma espécie de regional que representava a administração municipal*”(Fantin 1995:146). Nos bairros próximos ao centro da capital eram organizados através dos conselhos comunitários.

“(...) *Os conselhos comunitários eram estruturas criadas pelo Estado como forma de aproximação do governante, cabo eleitorais e a população*(...)”(Fantin 1995:148). No final dos anos 70 e 80 estas entidades são criadas nos bairros importantes da cidade, sofrendo influência da política de ação comunitária do governo Konder Reis.

Até 1985, as relações dos bairros com o prefeito eram mediadas pelos Conselhos Comunitários e pelos Comandos Sociais, que eram instituições ligadas às estruturas do Estado, pelos vereadores, cabos eleitorais, lideranças da igreja, das paróquias, das comunidades, moradores e profissionais residentes nas proximidades dos bairros.

Estes conselhos foram criados no início dos anos 80, onde na ocasião alguns trabalhos realizados nos bairros apresentavam-se como pequenos focos de resistência à estrutura de controle exercida pelos membros dos conselho comunitário. Mais tarde alguns grupos destes conselhos comunitários se tornaram associações de moradores <sup>36</sup>.

Os fatos que ocorreram durante a campanha das Diretas Já e as eleições para prefeito do município de Florianópolis, foram catalizadores para formação de novos grupos comunitários. É interessante ressaltar, que neste período a sociedade civil mobilizou-se para lutar por aquilo que acreditava ser melhor, marcando o seu renascimento e conseqüentemente, o início de um caminhar de lutas e mobilizações que ocorreriam nos anos seguintes. <sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> *“As primeiras iniciativas mais gerais de mobilização da população de Florianópolis nas lutas por melhorias nas condições de vida, vieram do Estado durante o governo de Antônio Carlos Konder Reis como parte de uma política de ação comunitária. Vigorava nesta época o Programa Estadual de Estimulo e Apoio à Criação e Funcionamento dos Conselhos Comunitários, implementado pela Supervisão de Ação Comunitária (SAC), que em 1979, passou a chamar-se Fundação Catarinense de Desenvolvimento Comunitário (FUCADESC). O programa resultou de um projeto mais amplo, denominado II Plano Nacional de Desenvolvimento, que em 1975 criou, através do decreto lei 75.922, o Programa nacional de Centros Sociais Urbanos (...) A implantação dessas políticas possibilitou um tipo de organização dos bairros- os Conselhos Comunitários-, que tinha por função mediar as relações da população com a prefeitura (Scherer-Warren 1996:17)*

<sup>37</sup> Nos anos de 1970 a 1980, a igreja mostra sua força nos bairros pobres, questionando o tradicionalismo, o catolicismo ritualista e seus profissionais da fé. As CEB's em Santa Catarina nascem das experiências de participação de leigos na estrutura e na vida da igreja católica, assumindo grande importância na vida social e política do Estado. Caracterizavam-se por não se restringir a grupos movidos por ações de caridade, mas sim por constituírem-se numa experiência de grupos e formas de organização que discutiam e buscavam solucionar os problemas nas periferias, unindo fé e política (Fantin, 1997).

Em 1985 após vinte anos, a capital pôde eleger o seu prefeito, na ocasião Edson Andrino do PMDB. Uma das características desta gestão foi a abertura de portas para negociações com a comunidade<sup>38</sup>.

Em meados das décadas de 80, sob a influência da igreja<sup>39</sup> ou sob a influência de moradores mais politizados, alguns bairros optaram por uma organização mais livre e desvinculada dos tipos de relações que ocorriam nos conselhos comunitários, tornando-se as associações de moradores.

Estas associações de moradores, através de um caráter coletivo, passaram a reivindicar e a representar eles próprios seus objetivos e interesses. Uma forma de organização de moradores de bairro que pressupunha autonomia em relação às instâncias governamentais e a valorização e visualização de alguns bairros que encontravam-se desvalorizados e/ou esquecidos pela administração do município.

Com o processo de abertura política, geraram organizações que deram origem aos grupos e articulações, que passaram a ter maior visibilidade nos anos 90. Movimento negro, mulheres, ecológico, que passaram nos finais dos anos 80, a articularem-se com outros setores da sociedade, ampliando suas redes de relações e caminhando no sentido de institucionalizar-se. As organizações populares ganham mais força, com o surgimento das ONG's.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, as ONG's entram em cena. Estas instituições eram formadas por pessoas articuladas com centros de

---

<sup>38</sup>Para aprofundar a questão da administração de Edson Andrino no município de Florianópolis, ver Kátia Muler, *Organizações de Moradores de Florianópolis numa Perspectiva de Necessidades Radicais*. Florianópolis, 1992 (Dissertação de Mestrado).

<sup>39</sup>A mediação da igreja, constitui um diálogo importante entre valores religiosos tradicionais e os novos valores de igualdade e direitos humanos. Muitos dos grupos que se organizavam a partir do local de moradia, muitos deles eram os próprios grupos dos CEB's - Comunidades Eclesiais de Base. Diferentemente das associações de moradores que possuíam pouco espaço de articulação, esses grupos já nasciam com espaços de articulação e encontros proporcionado pela estrutura da própria igreja. Além disso, estes espaços das pastorais sociais da igreja, acabavam levando muitos estudantes e professores universitários ao trabalho com estas populações. Acrescentadas a concepção religiosa de mundo, estes grupos acabavam utilizando muitas teorias de educação popular, como a anarquista, a marxista e muitas outras.

formações de educação popular e de apoio a diversas temáticas urbanas. Se caracterizaram por serem novos sujeitos políticos que direcionavam suas ações através de estatutos e entidades autônomas da igreja e dos movimentos populares.<sup>40</sup>

Os conflitos urbanos que mobilizaram os movimentos no final da década de 80, giravam em torno de um modelo de desenvolvimento para Florianópolis, que acabaria prejudicando a população, a cultura, a economia e o meio ambiente da cidade.

O modelo de desenvolvimento para Florianópolis vinha acompanhado de uma limpeza de tudo que pudesse dar uma imagem de atraso, trazendo com isso, uma inconsequente ocupação das áreas verdes da cidade. O verde de Florianópolis, começou a ser destruído para dar lugar a hotéis, restaurantes e estradas. Foram inúmeras as tentativas de despejo nas localidades de terra pública ocupados pelos migrantes pobres mais recentes.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup>Na década de 80 foram fundadas algumas ONG's na cidade de Florianópolis, como o MEL (Movimento Ecológico Livre), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Casa da Criança do Morro da Penitenciária, entre outros, e centros que prestavam apoio e assessoria aos movimentos sociais, como a, Associação de Vídeo Popular, Associação da Casa da Mulher Catarina, Centro de Educação e Evangelização Popular- CEDEP, entre outros. No final da década de 80 e início dos anos 90 é que estas organizações e instituições passaram a ser mais conhecidas pela sociedade civil pelas suas constantes atuações junto a comunidade e nos órgãos públicos.

<sup>41</sup>“Até o último dia 29 de julho, a maioria dos habitantes de Florianópolis só conhecia os acampamentos de sem-terra através da imprensa ou dos barracos de lona que, de vez em quando, se instalavam em frente a catedral e ao palácio para exigir reforma agrária. Na madrugada daquele domingo, uma centenas de famílias sem terra, sem teto e sem medo, ocuparam um terreno da COHAB, no pasto do gado, às margens da Via Expressa. Foi a primeira ocupação de terras urbanas da história de Santa Catarina (...) os barracos dos acampamentos do oeste e das comunidades de periferia da capital tem em comum a sina de abrigar parte de 300 mil agricultores expulsos da roça, nos últimos oito anos, com o sumiço de 67 mil pequenas propriedades (...) Somos nós que construímos esta cidade, mas até hoje não nos deram o direito de morar dignamente. Por isso decidimos ocupar, resistir e construir (...) temos direito a água, luz, transporte, saúde, educação e lazer. Lutamos pelo direito de viver como seres humanos”.(Jornal das Comunidades jul/ago 1990). Este terreno da COHAB foi ocupado na ocasião por 100 famílias que se conheciam através das inúmeras reuniões para organizar a ocupação. Chegaram juntas ao terreno durante a noite, limparam o terreno, demarcaram cada lote e levantaram as barracas de plástico preto e na manhã seguinte continuaram a trabalhar (...)”. (Franzoni 1993:38)

Foi retirado o depósito de lixo municipal da ilha, transferindo-o para o município vizinho, investimento na polícia para varrer o crime da capital, entre outras decisões.

Os grandes projetos de desenvolvimento para transformar Florianópolis numa capital turística de primeiro mundo trouxe consigo muitos conflitos e revoltas na população e, especialmente nos movimentos organizados que através de discussões nos bairros, de boletins informativos e protestos junto a câmara lutavam para garantir a preservação da ilha, tanto no sentido ecológico como cultural além, de condições básicas para a população da cidade.

O movimento ecológico livre (MEL), desempenhou um papel muito importante durante a década de 1980, com relação aos movimentos de preservação da ilha. O MEL era formado por estudantes universitários, intelectuais e técnicos da administração pública, onde através da imprensa, ações jurídicas, espaços institucionais de elaboração de políticas públicas, chamaram a atenção sobre a problemática ecológica da ilha.

*Entretanto, é importante lembrar que, “o discurso sobre a preservação da natureza e meio ambiente na ilha, até a metade da década de 1980 não era bem aceito no movimento popular/comunitário, tendo sido incorporado aos poucos, tornando-se significativo só a partir de 1989. Os defensores deste discurso eram considerados estrangeiros, acontecendo por vezes conflitos entre estes e os moradores mais antigos. A construção da imagem de um preservacionismo estrangeiro, e negativo para o progresso e o desenvolvimento da cidade, posteriormente é assumida também pela mídia local, justamente no momento em que os valores da preservação ambiental*

*passam a ser incorporados pelas organizações populares”*. (CECCA 1996:180)

Mas as grandes mobilizações da sociedade civil sobre o meio ambiente, ocorreram nos anos 90. Este período foi marcado pela criação dos fóruns.

Os Fóruns eram espaços importantes para troca de informações e discussões sobre temas que estavam afetando ou poderia vir a afetar a população da cidade. O lixo urbano, o plano diretor, projetos da administração, ocupações de áreas de preservação, a violência, eram informações e fatos discutidos.

Este espaço de discussão era ocupado por representantes de associação de moradores, instituições públicas, pessoas interessadas pelo tema, entre outros.

Nestes fóruns, as pessoas que dele participavam, acabavam dialogando mais como indivíduo do que como representante do bairro. Ou seja, sua identidade enquanto profissional trabalhador, acabava sobressaindo sobre o de representante de associação, e isso, muitas vezes acabava confrontando com corporativismo das associações e interesses individuais. Entretanto, proporcionava ao indivíduo, uma visão mais ampla da cidade do que simplesmente o espaço do seu bairro.<sup>42</sup>

Outro espaço de participação ocorrido na cidade de Florianópolis nos anos 90, foi a discussão do plano diretor. O plano diretor, surgiu de uma

---

<sup>42</sup>“Os Fóruns, tendo em vista o esclarecimento dos temas propostos e das alternativas que queriam criar, possibilitou pelo menos internamente, um espaço rico de socialização de informações, fossem ela de caráter técnico ou político. Termos e critérios técnicos administrativos, assim como informações sobre dinâmica comunitária, entre outras coisas, passaram a ser discutidos em conjunto, aproximando não só a linguagem como também determinados critérios e valores. Este processo foi particularmente importante na elaboração de emendas populares para o Plano Diretor (que unia expectativas de moradia e redefinição do solo urbano com critérios de salubridade, distribuição espacial e planejamento regional (...)).” (CECCA 1996:186)



exigência dos movimentos sociais e ONG's, que queriam socializar a discussão do plano de desenvolvimento para a cidade.

Na ocasião a administração da cidade de Florianópolis, queria encaminhar o projeto do IPUF, direto para a câmara dos vereadores. Infelizmente, a discussão deste plano não aconteceu da forma que os movimentos sociais e ONG's gostariam, em virtude dos obstáculos burocráticos dos órgãos públicos e da falta de experiência destes movimentos em discussões deste tipo.

Entre a década de 80 e 90, a cidade de Florianópolis cresceu visivelmente. Neste período, as ONG's, se tornaram gradativamente mais conhecidas nos trabalhos que vinham desenvolvendo junto a sociedade civil.

O núcleo de movimentos sociais da UFSC, cadastrou em Florianópolis aproximadamente 32 ONG's<sup>43</sup>. A força destas ONG's, direciona-se na participação política, na restauração de valores éticos e na cidadania, com a preocupação de fortalecer a sociedade civil.

Elas atuam na ampliação da ação coletiva, comunitária-cidadã, prestando serviços de assessoria, pesquisa, documentação, formação de lideranças e atividades culturais, trabalhando as relações inter-raciais, gênero, entre outras.

Destas ONG's, algumas desenvolvem trabalhos pedagógicos junto a população de culturas diversas, outras estão voltadas para a organização de meninos e meninas de rua e outras desenvolvendo trabalhos de assessoria a movimentos sociais, grupos populares e outros setores da sociedade civil.

---

<sup>43</sup>Destas 32 ONG's, 4 realizam trabalhos com crianças e adolescentes, 5 trabalham com a questão da ecologia, 11 são centros de apoio e assessoria, 2 pacifistas, 5 são classificadas como pastorais e grupos com vínculos religiosos e 5 são entidades negras. Estes dados foram tirados do livro Organizações Voluntárias de Florianópolis, in referência bibliográfica..

No ano de 1990 surgiu uma nova ONG na cidade, o CECA/SC. Esta instituição junto ao CAPRON<sup>44</sup>, CEDEP, NEN, passaram juntas a representarem espaços de participação popular que entrecruzam na luta pela terra, por direitos sociais e pelo meio ambiente. Mesmo tendo uma relação difícil com os órgãos públicos e dificuldade de trabalharem mais articuladas entre si, estas ONG's fertilizaram o terreno da cidade junto aos movimentos populares.

Florianópolis, apesar de suas diferenças geográficas, culturais e econômicas, vem construindo sua história de participação popular com características muito próprias em relação as grandes capitais, mas com uma desenvoltura reconhecida com relação aos movimentos populares.

A organização de inúmeros movimentos, centros e associações comunitárias em Florianópolis vieram como resposta às transformações que vinham envolvendo e/ou ameaçando a população, além das reivindicações de condições básicas de moradia<sup>45</sup>.

A sociedade civil de Florianópolis acompanhando as lutas que vinham ocorrendo no país, ganha maior visibilidade, passando a assumir seu papel enquanto sujeito político de ação na cidade.

Entre os anos 90 a 95, houve na cidade de Florianópolis uma pulverização de novas ações, como: ação cidadania contra a fome, sindicato cidadão, mobilizações de movimentos de saúde, meninos e meninas de rua, educação, entre outros.

A educação para a cidadania vai sendo desenhada com estas mobilizações, que constituem-se em canais de participação, proporcionando

---

<sup>44</sup>Sobre a questão do CAPRON ver Tânia Raitz, in referência bibliográfica.

<sup>45</sup>Fantin em seu livro *Construindo Cidadania e Dignidade: experiências populares de educação e organização no Morro do Horácio*, descreve as experiências de uma comunidade da cidade de Florianópolis, que procuram entre seus inúmeros conflitos, construir sua cidadania, in referência bibliográfica.

aos cidadãos a possibilidade de construir uma gestão mais democrática no campo das políticas públicas, objetivando a melhoria da qualidade de vida.

O CECA/SC nasce dentro deste contexto de mudanças e novas perspectivas, que estavam ocorrendo na sociedade civil de Florianópolis. Esta entidade passa a se constituir em mais um espaço educativo de cidadania na cidade.

### 3.2- O CECA/SC: Um espaço educativo de cidadania em Florianópolis:

O CECA - Centro de Evangelização e Catequese- nasceu em 1969 em Caxias do Sul, durante o processo de abertura política. Esta instituição vai para São Leopoldo e em 1983 é fundado formalmente, obtendo personalidade jurídica própria.

Nesta época, O CECA/RS já desenvolvia trabalhos na área de comunicação, passando a desenvolver mais tarde trabalhos de assessoria. Sua ampliação no desenvolvimento dos trabalhos populares, fez com que o CECA/RS mais tarde se tornasse uma entidade ecumênica. Em 1987, preocupados com a conjuntura eclesial de sua cidade e pensando em adquirir uma maior autonomia em relação a igreja católica, o CECA/RS passou a chamar-se Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria.

Na ocasião, a entidade prestava assessoria sobre diversos temas nas áreas de teologia-ecumênica, sócio-política e metodológica com os objetivos de assessorar movimentos populares sindicais e atividades pastorais da igreja cristã. O CECA/RS tinha como finalidades:

-criar condições para a formação metodológica dos agentes e capacitá-los a atuarem em suas comunidades;

-organizar, sistematizar e distribuir materiais vindo das comunidades eclesiais de base, no movimento popular e sindical, para intercâmbio de experiências e de estudos feitos nestas bases;

-elaborar estudos e subsídios sobre evangelização, participação e questões sócio-política como instrumento da análise à ação pastoral das bases;

-articular e participar na reflexão e ação comum e na assessoria aos movimentos populares;

-desenvolver intercâmbio com entidades e movimentos afins na América Latina;

-documentar as lutas da pastoral popular em movimentos populares e movimentos sindicais no sul do Brasil;

-incentivar a reflexão ecumênica junto a pastoral popular.<sup>46</sup>

Com o objetivo de ampliar as atividades do CECA e com isto contribuir para o fortalecimento dos movimentos pastorais no Estado, foi elaborado um projeto para estruturação de um núcleo deste Centro em Santa Catarina.

---

<sup>46</sup>“(…) CECA uma organização ecumênica de assessoria à pastoral popular libertadora, com sede em São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre (RS). Aprovada e recomendada pelo Bispado de Novo Hamburgo (Dom Sinésio Bohn) e pela IV Região Eclesiástica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (Pastor Humberto Kirchheim), o CECA apóia a “luta e organização do movimento popular do sul do país” em atendimento aos grupos de base e de educação popular, para abrir sempre mais espaço na formação teológica, metodológica e política dos agentes e grupos de base(...) Para tanto, promove cursos, seminários retiros de espiritualidade e palestras, além de contar com os seguintes departamentos: bíblico, de publicação e divulgação, de documentação, formação e assessoria, e de apoio técnico às lutas populares. Assim, bem aparelhado, oferece cursos de curta duração sobre movimentos sociais, metodologia e análise de conjuntura, economia para a base, catequese a partir do método Paulo Freire, formação política para trabalhadores líderes das Cebbs, entre outros, cuja clientela é recrutada junto às dioceses dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (Doimo 1995:161)

Este projeto tinha como objetivo trabalhar nas áreas: ecumenismo, fé e política, formação política, realidade local e estadual e políticas públicas, juventude, metodologia da análise social, ecologia, livraria com material para trabalho com o movimento popular, comunicação e fazer redes de contatos com os professores universitários.<sup>47</sup>

A idéia de formação de um núcleo do CECA em Santa Catarina, partiu de um grupo de pessoas de Florianópolis que conheciam o trabalho do CECA de São Leopoldo e alguns mantinham contato e faziam cursos nesta ONG. Algumas pessoas deste grupo mantinham ligação com o CEBI.<sup>48</sup>

O ponto de partida para o projeto pró-formação do núcleo CECA em Santa Catarina tinha como base uma avaliação crítica feito por estas pessoas de Florianópolis dos centros e entidades existentes no estado de Santa Catarina.

Segundo a avaliação feita pelo grupo:

-faltava uma compreensão mais aprofundada do papel estratégico dos centros em processos de transformação social e eclesial (inexistência de um projeto mais amplo para a atuação);

-havia um trabalho bastante desarticulado e isolado dos movimentos populares na cidade, amadurecimento e voluntarismo, dentro dos próprios

<sup>47</sup>O núcleo CECA/SC trouxe, e não poderia ser diferente, algumas características do CECA/RS. Entre estas características, podemos citar: pessoas que já desenvolviam trabalhos no CECA/RS e que ajudaram a formar este núcleo em Santa Catarina, assessorias na área do ecumenismo, a produção de alguns materiais, o trabalho de educação popular e metodologia. A partir do contato com a realidade local e se reestruturando internamente, o CECA/SC vai dando personalidade própria as suas atividades, se tornando um grupo independente na organização de seus projetos. O CECA/Sc vai resgatando uma prática com a questão do meio ambiente e gênero. A sua ligação com o CECA/RS passou a ser principalmente com relação aos financiamentos.

<sup>48</sup>Um dos entrevistados comentou: “(...) o motivo do CECA estar aqui sou eu. Eu fazia parte do CECA/RS e faço parte do CEBI Sul (Centro de Estudos Bíblicos). O CECA/RS se tornou mais tarde autônomo com relação ao CEBI (...) nós aqui sempre andamos sozinhos, nunca tivemos apoio de nenhum bispo, nossa perspectiva sempre passou menos pela igreja e mais pela sociedade civil organizada (...)”.

locais de atuação não buscavam aglutinar e aproveitar os intelectuais que produziam trabalhos e estudos de interesse para as lutas populares;

-quase não possuíam um planejamento a longo prazo, trabalhando mais na base do atendimento ocasional e emergente;

-havia pouca reflexão e produção de materiais específico para SC e suas distintas regiões;

-não havia quase nenhuma ligação com países vizinhos do cone sul;

-vários destes centros estavam na órbita de algum padre ou paróquia outros tinham uma atuação voltada para o campo da política partidária;

-faltava a compreensão de que com a consolidação da atual conjuntura eclesial, os centros ecumênicos se constituiriam nos principais espaços de reflexão teológica e de fermentação da igreja popular, de uma nova espiritualidade e do próprio ecumenismo;

-todas as pessoas envolvidas estavam sobrecarregadas, absorvidas num grande ativismo, não dando conta da demanda existente.

Além desta avaliação em relação aos centros, houve também uma avaliação em relação aos espaços abertos no Estado, onde o CECA/SC poderia atuar com sua proposta de trabalho<sup>49</sup>.

Na ocasião algumas preocupações foram levantadas pelos membros do CECA/RS como por exemplo, como seria inserido o trabalho com os setores populares, no sentido de trabalhar e repassar os conteúdos dos programas de formação?

O objetivo era que o CECA- núcleo Santa Catarina, se tornasse um espaço pluralista, e de reflexão e que trabalhasse com base em experiências

---

<sup>49</sup>Tendo em vista as dificuldades encontradas no campo popular o CECA/SC, segundo a visão do CECA/RS, teria o papel de refletir e trabalhar alguns destes conflitos na cidade. Assim a exemplo de São Leopoldo, o núcleo Santa Catarina trabalharia também em áreas como: ecumenismo, fé e política, formação política, realidade local, estadual e políticas públicas, juventude e metodologia de análise social, ecologia, livreria, comunicação, entre outros temas.

e práticas concretas, com uma linha de acompanhamento permanente visando a formação de um “novo sujeito”. Segundo o próprio CECA, esta ONG

*“(...) deveria ter o compromisso de um coletivo não totalitário, não autoritário, uma concepção de ecumenismo que não se restringe a fraternidade das igrejas mas a uma nova ética. Possibilidade de ter uma vida autogerida, uma determinada concepção de direitos humanos, o direito a cidadania, pluralismo ideológico, possibilidade de estabelecer encontros, entre outros (...)”.*(Documento do CECA/SC 1995).

Então com um grupo de pessoas interessadas na proposta do CECA e com afinidades para com os objetivos deste novo núcleo, deu-se início ao trabalho desta instituição no Estado. A assembléia de fundação ocorreu em 01/09/90 às 19 horas na casa paroquial da Trindade em Florianópolis.

Encontravam-se presentes mais ou menos 47 pessoas, entre estas, pessoas vindas dos municípios de Itajaí, Brusque e Blumenau, representantes do CECA/RS, estudantes, professores universitários, curiosos, entre outros. Entre estas pessoas haviam sindicalistas, representantes de movimento populares e pastores.

### 3.2.1- O CECA/SC: Dialogando com o ecumenismo

O movimento ecumênico brasileiro foi representado até o ano de 1964 pela Confederação Evangélica do Brasil, da qual foi criada em 1934. A Confederação Evangélica do Brasil, enfrentou alguns conflitos em sua estrutura interna quando foi criado o Setor de Responsabilidade Social da

Igreja, um movimento orientado pelo compromisso ativo com a justiça social, sendo apoiado e financiado pelo Conselho Mundial das Igrejas.

Este movimento envolvendo jovens universitários, pastores e pessoas que de alguma maneira se identificavam com a filosofia e o trabalho do grupo, fez surgir um novo pensamento teológico e sociológico, pautado pelos valores do povo como sujeito. Trabalhavam e refletiam questões como: a relação da igreja com a sociedade, fé e política e faziam reuniões com sociólogos, economistas e educadores. Na época, tudo isso entrava em choque com a visão espiritualista do ecumenismo conservador e com o autoritarismo dos protestantes.

No auge do regime militar, houve o rompimento deste setor com a Confederação Evangélica do Brasil, surgindo o ecumenismo secularizado.

O ecumenismo secularizado se desenvolveu e começou a dar origem a uma complexa rede de pequenos organismos sociais (ONG's), ligados ao tema de educação popular.

Isso ocorreu no momento em que o ISAL ( Igreja e Sociedade na América Latina) e o CMI ( Conselho Mundial de Igrejas), deram cobertura aos refugiados do regime militar.

No período do AI-5, decretado em 1968, uma das fases mais violentas da ditadura, muitos foram expulsos e/ou exilados por apresentarem idéias de transformar a sociedade. Enquanto isso na Europa, surgiam os novos movimentos sociais, envolvidos com questões ligados a cidadania.

Por volta de 1975, esta valorização do cotidiano foi crescendo no Brasil, surgindo em decorrência deste fato, uma série de movimentos reivindicativos.

O CECA/RS sendo um organismo de extração ecumênica, surgiu neste emaranhado de acontecimentos que, envolviam a igreja, a sociedade



civil, os militares e o Estado. No início de suas atividades, trabalhavam com assessoria à pastoral popular libertadora, bem aos moldes do ecumenismo secularizado. Com o tempo foi desenvolvendo-se e ampliando seus horizontes de ação.

O ecumenismo do CECA/SC foi se moldando às necessidades e característica das pessoas que compunham este núcleo, diferenciando-se do CECA/RS. As falas abaixo, demonstram como o CECA/SC foi adaptando-se a realidade do grupo e da cidade, tecendo o seu próprio entendimento de ecumenismo

O CECA/RS é uma ONG que nasce da igreja. O núcleo CECA/SC vai desenhando sua identidade, optando pelo ecumenismo secular. A citação explica um pouco mais sobre a escolha do CECA.

*“(...) O CECA/SC vem de uma matriz ecumênica, das pastorais, das igrejas cristãs com perfil progressista- teologia da libertação. Na fundação do CECA/SC, mais da metade das pessoas não tinham ligação com a igreja, “não respiravam o ar sagrado”. No início o CECA/SC congregou pessoas de várias matrizes ecumênicas, de várias origens. Isto fez com que o CECA/SC não caminhasse com esta raiz (...)”.* (membro do CECA,1995)

Através dos depoimentos, se percebe que a visão de ecumenismo secular é muito aberta, acolhendo pessoas com e sem formação religiosa, proporcionando a estas, a oportunidade de desenvolverem trabalhos junto a esta entidade.

*“(...) O ecumenismo foi um jeito que o CECA/SC encontrou para resolver um problema. A maioria do pessoal do CECA era de formação*

*religiosa, tinha um grande número de pessoas que não eram ou não queriam ser e tinham uma crítica muito forte a igreja católica, que era a religião da maioria das pessoas, ainda que tivessem protestantes no início. Então o ecumenismo acabou sendo uma maneira de resolver a situação, uma vez que as pessoas tinham idéias em comum, mesmo com diversidade religiosa (...)*”.(membro do CECA,1995)

Através dos depoimentos dos membros do CECA, percebe-se que esta entidade, demonstra uma maneira diferente de trabalhar a questão religiosa nos anos 90. Mesmo com religiões diferentes, os membros acreditam na possibilidade da construção de uma sociedade mais justa; e isso é o que importa para desenvolverem as suas atividades.

*“(..:) Quando falamos em ecumenismo estamos falando de amizade e cooperação entre pessoas de religiões diferentes. No CECA/SC não teve pessoas que se motivassem a fazer este tipo de trabalho. O CECA/SC ficou mais ligado ao trabalho com as pastorais, mas o movimento de igrejas se esvaziou. A parte ecumênica estaria ligado ao contexto geral do CECA.* (membro do CECA,1995).

No projeto trienal (1993-1995), o CECA justifica a área ecumênica da seguinte forma:

*“O contexto do CECA/SC junto aos movimentos populares e as igrejas da região é de ter uma identidade nas suas práticas de assessoria e reflexão teórica com os destaques dados ao ecumenismo na sua maior amplitude de ação e reflexão. Esta dimensão tem como propósito de ser*

*um aprendizado permanente, onde deve ser acentuado o ser e o viver a universalidade da fé. Também quer ser um espaço de diálogo com as mais variadas formas de profissão de fé a práticas religiosas, buscando estabelecer uma identidade que possa sistematizar as práticas de mística e religiosidade que marcam a identidade da vida cotidiana destes setores específicos”.*

Coloca como objetivo geral desta área, que o CECA/SC:

*“(...) deve ser um sinal de interferência alternativa nos diversos espaços de serviços aos movimentos populares e práticas afins, oferecendo seus serviços para concretizar projetos que capacitam e instrumentalizam os agentes populares, crentes ou não, na busca de uma verdadeira libertação integral”.* (Projeto Trienal pp:15-16)

O ecumenismo que o CECA/SC pretendia desenvolver em seus projetos, estava ligado mais diretamente a um novo olhar sobre a questão religiosa. O objetivo não era evangelizar, mas trabalhar desenvolvendo a conscientização e a reflexão. Fosse como mediador ou como assessor, o CECA/SC queria proporcionar um espaço democrático, onde as pessoas não importando suas crenças religiosas, pudessem dialogar e propor soluções sobre as questões sociais.

No projeto trienal de 1996 a 1999<sup>50</sup>, o CECA/SC escreve com relação ao ecumenismo, que o contexto do CECA/SC sempre foi muito diferente

---

<sup>50</sup>Esta pesquisa é um estudo de caso que visa estudar o CECA/SC a partir do ano de sua formação em Santa Catarina 1990 até o ano de 1995. O Projeto Trienal de 1996-1999 será utilizado como referência bibliográfica do próprio CECA/SC uma vez foi elaborado em 1995, o ano em estava sendo realizada a parte empírica desta pesquisa. Desta forma os trabalhos realizados pelo CECA/SC em 1996 não serão discutidos neste trabalho.

do CECA/RS, e que este núcleo teria muita dificuldade de trabalhar na área ecumênica, ao contrário do CECA/RS que tem nesta área uma das suas prioridades. O CECA/SC argumenta que na época de sua formação, havia uma índole conservadora e pouco interessada em trabalhos na área social por parte do clero em Santa Catarina.

Na ocasião isto já representava um entrave para o CECA/SC que queria ter uma forte atuação local e o clero de Santa Catarina representava mais de 80%<sup>51</sup>. Como os trabalhos pastorais mais avançados dependiam muito de um padre ou bispo, sendo os membros do CECA/SC um grupo ecumênico e leigo, por vias pastorais e eclesiais seria difícil entrar neste espaço.

Além disto, foi crescendo no grupo de pessoas que participavam do CECA/SC, a percepção da limitação da ação que envolvia somente os setores excluídos da cidade de Florianópolis, que de uma forma bastante desinteressada negava-se a estabelecer relações e juntar forças com outras organizações da sociedade civil.

De acordo com o CECA/SC a presença dos excluídos é imprescindível para elaboração de políticas públicas mais justas. Mas para que estas políticas públicas sejam implementadas na cidade, no sentido de melhor distribuir os lucros e o poder, contribuindo para melhorar a vida dos excluídos, precisam brotar de fóruns mais amplos ou serem geradas dentro de um quadro de alianças mais vasto. Dentro desse quadro, o CECA/SC estabeleceu o seguinte meta para a área ecumênica:

*Desta forma, a tarefa do movimento ecumênico é semelhante ao desafio proposto pela sociedade civil: incorporar uma diversidade de*

---

<sup>51</sup>Esta fonte foi extraída dos documentos arquivados no CECA/SC.

*tradições e de instituições particulares num conjunto integrado a uma ética social, tem sido um elemento constante na resposta dada pelo movimento ecumênico àquele desafio. É necessário buscar a renovação das dimensões propriamente religiosas da fé. A vitalidade e o potencial transformador da sociedade civil depende das crenças voluntárias fundamentadas em experiências que transcendam o cálculo utilitário. Estes referenciais serão tanto mais concretos quanto mais referirem a aspectos cotidianos da cidade (...).* (Projeto Trienal do CECA/SC)

As atividades do CECA/SC na área ecumênica foram as seguintes:

- 1992 Encontro com Movimentos cristãos afins para aprofundar as práticas de diálogo ecumênico atuais na região.
- 1993 Fórum: A metodologia ecumênica um desafio para a prática eclesial e popular no sul do Brasil.
- 1993 Curso de Formação para Lideranças cristãs sobre o Diálogo Ecumênico e suas políticas de transformação.
- 1994 Grupo Ecumênico de Estudos, que contou com a assessoria de um pastor da Faculdade de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

Este grupo encontrava-se uma vez por mês com a finalidade de conhecer e aprofundar uma leitura ecológica e ecumênica do evangelho, além do intercambiar experiências de trabalho dos pastores, padres, teólogos e religiosos em suas diferentes áreas de atuação.

Este encontro tinha por finalidade divulgar e estudar a literatura produzida recentemente nesta perspectiva, visando dar instrumentos para que cada um pudesse desenvolver trabalhos na direção de despertar uma consciência ecológica dos membros de suas respectivas igrejas.

No projeto trienal (1996-1999), o CECA/SC faz uma avaliação sobre os anos de 1993 a 1995, escrevendo que a instituição continuou com a proposta ecumênica no sentido de desenvolver em todas as suas atividades uma filosofia de trabalhos nesta área. Segundo este projeto trienal, a proximidade com o CEBI/SC por parte de algumas pessoas que fazem parte do CECA/SC fez com que fosse possível o encaminhamento de trabalhos de forma conjunta.<sup>52</sup>

O CECA/SC passou a trabalhar o ecumenismo diluído nas propostas de cidadania, entretanto ainda mantém uma área de trabalhos específicos sobre o tema. Segundo entrevistas, formalmente existe a área ecumênica, embora informalmente não sejam desenvolvidos trabalhos específicos nesta área<sup>53</sup>.

As agências que financiam os projetos das ONG's brasileiras, na sua maioria agências internacionais, têm refutado modelos vagos de utopias simplistas, e exige das ONG's:

- propostas construtivas de teor ecumênico que incorporem a participação ativa da população;
- eficiência no que se refere ao impacto político, social e econômico;
- projetos que apontem mecanismos de auto sustentação.

Por outro lado, não podemos esquecer que a maioria das agências internacionais que financiam os projetos são de origem cristã (católica ou evangélica). Sendo assim, incorporar projetos com viés ecumênico, facilita para que seja aprovado para o envio de verbas.<sup>54</sup>

<sup>52</sup>Embora se dizendo ecumênico e tendo formalmente uma área com este nome, quando se perguntava sobre o ecumenismo todos os entrevistados citaram o nome de um membro. Dos aproximadamente 15 membros que compoem o grupo CECA/SC, somente uma pessoa faz parte do CEBI/SC.

<sup>53</sup>Embora, os projetos do CECA/SC relatem trabalhos desenvolvidos na área do ecumenismo, percebe que somente um membro do CECA participa de atividades desenvolvidas neste campo.

<sup>54</sup>O objetivo desta dissertação não é se deter na análise da área ecumênica, apenas foram relatadas algumas atividades desenvolvidas por esta ONG no período que abrange esta pesquisa (1990-1995).

### 3.2.2- CECA/SC: Buscando uma identidade

A formação do núcleo CECA em Florianópolis se deu depois de várias reuniões que ocorreram na cidade, coordenada por alguns membros do CECA de São Leopoldo e a participação de pessoas interessadas nas propostas desta instituição<sup>55</sup>.

A cada reunião para discussão apareciam novas pessoas. A circulação de pessoas nas reuniões, se por um lado, traziam novas idéias e conflitos a serem discutidos, por lado, não possibilitava o aprofundamento das questões para a formação do núcleo.

A implantação do CECA/SC na cidade, encontrou uma certa dificuldade não devido a circulação e a diversidade de pessoas que demonstram interesse nas propostas e nos objetivos, mas devido ao não comprometimento destas pessoas na responsabilidade de frequentar reuniões, ajudar na elaboração de projetos, discutir idéias, ou seja, dedicar um determinado tempo para participar destas atividades.

Na ocasião, formou-se um pequeno grupo que se dispôs a assumir o núcleo, dando então o encaminhamento para a legalização desta instituição. Sendo assim, o núcleo CECA/SC iniciou seus trabalhos em Santa Catarina compartilhando uma pequena sala junto com o CEBI.

Assim, realizado os contatos com diversos setores do movimento popular e sindical, deu-se em setembro e outubro as primeiras reuniões, dando início ao caminhar desta instituição no Estado de Santa Catarina.

Para iniciar a atividades do novo núcleo, o projeto recebeu somente um terço do financiamento solicitado. No princípio, o objetivo era alcançar todo

---

<sup>55</sup> Dentre as pessoas que participaram das reuniões haviam estudantes engajados, professores universitários, representantes de igrejas e pessoas vindas de movimentos populares.

o Estado de Santa Catarina, mas a realidade desta ONG, foi mostrando outros caminhos. O CECA/SC foi com o tempo centrando suas atividades somente na capital<sup>56</sup>.

As principais atividades desenvolvidas pelo CECA/SC no final de 1990 e durante o ano de 1991 foram:

*“- Espaço de Debates, onde o objetivo era debater temas atuais e polêmicos da realidade catarinense como: avaliação das eleições de 1990 em Santa Catarina, elites empresariais e políticas do Estado de Santa Catarina, rumos do projeto popular dos anos 90*

*- Fórum Cidade de Florianópolis, onde por iniciativa do CECA/SC foi convocado os movimentos populares e sindicais locais para discutir problemas comuns e pensar um projeto para a cidade.*

*- Assessorias*

*- Serviços de livraria e documentação*

*- Participação em Fóruns, debates e reuniões promovido por outras entidades e setores do movimento popular, como: Comitê de apoio à comunidade Nova Esperança- ocupação do solo urbano realizada pelo movimento sem teto, Fórum das ONG's catarinense preparatório para a conferência paralela de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Fórum das ONG's da grande Florianópolis preparatório para a Conferência Paralela de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Fórum Permanente contra a Violência e a Impunidade no campo e na Cidade, encontro de Centros de Assessoria e Educação Popular, Conferência nacional de Saúde-participação na fase municipal e estadual, Seminário sobre Integração do*

---

<sup>56</sup> O financiamento para este núcleo era recebido via CECA/RS; a agência financiadora é a SOLIDARIEDAD da Holanda.



*Cone Sul e Mercosul promovido pelo CECA de São Leopoldo, Associação brasileira de ONG's- (associação criada em setembro de 1991 por vários centros de assessoria e documentação, o CECA/SC e o CECA/RS foram os sócios fundadores)”. (Projeto Trienal do CECA/SC)*

No início dos anos 90, verificou-se o surgimento de diversos fóruns regionais e nacionais e a criação de uma associação formal, como a ABONG-Associação Brasileira de ONG's- fundada em 1991. Segundo Doimo (1995), estas articulações através de fóruns e a própria criação da ABONG, foi uma maneira de construir uma imagem pública e sair, de uma certa forma, da “clandestinidade” que marcaram os primeiros anos das ONG's.<sup>57</sup>

### 3.2.3- O grupo de apoio jurídico popular.

Em 1992, como um exemplo de suas atividades, o grupo de apoio jurídico popular do CECA/SC acompanhou vários casos de agressão ao meio ambiente que estavam ocorrendo nas praias dos municípios vizinhos

---

<sup>57</sup>”Os aspectos mais visíveis da tematização das ONG's enquanto sujeitos sociais expressivos aparecem vinculados ao impacto, na opinião pública nacional e internacional, de certos eventos ocorridos nos anos 90. Um deles foi o Fórum Internacional de ONG's e movimentos sociais, no âmbito do Fórum Global da ECO-92. Reunindo cerca de 5 mil ONG's que, juntamente com os movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil, atraiu para si as atenções da opinião pública, conseguindo um espaço similar ou até maior que a própria conferência oficial na mídia internacional e nacional (...) Os inúmeros tratados que surgiram das discussões e fóruns das ONG's e movimentos sociais foram alvo de várias críticas, sobretudo por seu caráter generalizante. Com efeito, poucas medidas concretas foram propostas para a erradicação da miséria ou pobreza, assim como foram ambivalentes as discussões sobre o papel do Estado na ótica do movimento sustentável (...) Todavia o que se quer destacar aqui, é a linguagem comum ou pública de vozes e temas polissêmicos que delineou os contornos do conceito de sociedade civil planetária.. A articulação das temáticas de desenvolvimento sustentável e meio ambiente propugna pela presença maior das ONG's e movimentos sociais, atuando sob a forma de redes e fóruns na elaboração de um novo projeto civilizatório (...)” (Silva 1994:63-64) O CECA/SC realizou vários fóruns na cidade, para discussão de problemas específicos da região.

de Florianópolis como: Praia do Rosa/Garopaba, Lagoinha Pequena / Florianópolis, Praia das Palmas/Governador Celso Ramos.

Juntamente com o centro comunitário do Rio Tavares, o CECA fez um trabalho de mobilização dos moradores e de conscientização das crianças junto as escolas. Reuniram as informações sobre as irregularidades e encaminharam a Promotoria das Coletividades, órgão do Ministério Público Estadual.

O CECA/SC através de um convênio com a UFSC, implantou a área de apoio jurídico, contando com o apoio de dois bolsistas, estudantes de direito. Junto com os advogados ligados a causas populares, o CECA criou uma assessoria permanente para acompanhamento jurídico, para procurar solucionar e/ou viabilizar situações jurídicas que se mostrassem relevantes para a entidade.

Assim foi criado o CAJUP-Centro de Assessoria Jurídica Popular do CECA- que desde novembro de 1992, iniciou a formação de uma rede de informações de advogados especializados em direitos coletivos, difusos, civis, constitucionais e humanos.

*“O CAJUP tem atuado como o principal articulador da rede de advogados populares e com a referência para a qual se encaminham os casos e os pedidos de assessoria. Além disso, o CAJUP, assume um papel fundamental nesta articulação, qual seja, o de formação e informação dos advogados populares”.*(CECA 1995:14)

Segundo este documento, o CECA devido a fragilidade de sua estrutura interna, um advogado algumas horas semanais e dois bolsistas da

UFSC, não estavam dando conta de acompanhar as situações jurídicas que estavam em andamento.

No entanto, para haver uma continuidade do trabalho, faz-se necessário a ONG ter o acompanhamento de um advogado constante, para criar a legitimidade desta instituição nas causas jurídicas com relação a sociedade civil e a administração pública.<sup>58</sup>

A questão do profissionalismo e do voluntarismo é uma preocupação que o CECA já havia percebido. O boletim nº14 de 1994 o CECA escreve sobre esta problemática:

*“Esta é uma discussão que envolve posicionamentos antagônicos dos membros do CECA. Alguns defendem que o CECA deve caminhar para a profissionalização de seus serviços e de seus membros, dizendo que o voluntarismo que mantém o CECA é muito complicado e faz com que o trabalho não avance. Por outro lado, outros defendem que o CECA/SC deve apontar para um modelo de organização solidário e participativo, que recuse o crescimento da estrutura burocrática e especialista em que estão empenhadas muitas das chamadas ONG’s”.* (Boletim 14:1994)

Segundo Montenegro (1994), as pessoas que trabalham em ONG’s são oriundas geralmente de igrejas, partidos políticos de esquerda, movimentos sociais e universidades. Alguns dos fatos que contribuem para que estas pessoas procurem as ONG’s como seu local de trabalho são:

- a flexibilidade institucional desta organizações;

---

<sup>58</sup>Em se tratando de trabalho voluntário, já apresenta de certa forma uma limitação. Entretanto, a fala de um membro do CECA/SC reflete a situação da assessoria jurídico desta entidade: *“Nosso grupo de assessoria jurídica não existe.”* Esta fala nos leva a questionar, se há uma continuidade das atividades de apoio jurídico popular dentro do CECA/SC, ou seja, existe ou não acompanhamento das ações judiciais junto aos órgãos competentes?

- a dificuldade de mercado de trabalho, que leva profissionais da área de ciências humanas a se estabelecerem profissionalmente;
- e a oportunidade de trabalhar aquilo que se gosta, com maior liberdade de intervir nas decisões da organização.

No CECA/SC predomina o trabalho voluntário, e em certos momentos este tipo de trabalho provoca dificuldades e fragilidades para o bom encaminhamento dos projetos. Foi o que aconteceu no apoio jurídico do CECA/SC.

Com relação as assessorias, segundo documentos do CECA/SC, os pedidos das entidades e movimentos de Santa Catarina eram feitos para o CECA/RS e este os encaminhava ao CECA/SC.

Cabia ao novo núcleo a decisão de assumir assessoria ou não. Este procedimento ocorreu nos primeiros anos de implementação do CECA/SC, servindo para divulgar o nome da entidade no Estado e ampliando sua rede de contato com outros movimentos de Santa Catarina.

O CECA/SC emitiu um documento datado em 10/08/92, esclarecendo que se houvesse interesse por parte do CECA/RS em assumir alguns pedidos de assessoria feitos por Santa Catarina, que poderiam ser realizado de forma conjunta com o núcleo, privilegiando e fortalecendo uma política de parceria e aprendizado.<sup>59</sup>

Segundo pesquisa de Fernandes e Carneiro 1991, a assessoria representa o principal serviço prestado pelas ONG's a nível nacional. Cerca de 40% das ONG's declararam ser esta sua principal atividade.

---

<sup>59</sup>Este mesmo documento coloca que especificamente na área de ecumenismo e teologia o CECA/SC reconhece a vasta experiência do CECA/RS e a importância que esta entidade demonstra em estabelecer relações nesta área. Assim, o CECA/SC esclarecia que os pedidos de assessoria nesta área poderiam ser prioritariamente atendidos por São Leopoldo. O CECA/SC pede para ser informado destas assessorias e na medida do possível co-participar da mesma.

*“Assessoria é um termo difícil de traduzir. É tão genérico que expressa menos um atividade específica do que um tipo de vínculo que se estabelece entre assessores e assessorados. É uma relação contratual associada à transmissão de alguma competência de conhecimento que envolve confiança mútua e uma certa afinidade de propósitos (...) assessoria é neste caso, com frequência uma forma de relacionar o intelectual de um lado e organizações e movimentos sociais de outro, sem que este relacionamento implique um vínculo hierárquico entre as partes. Difere neste sentido, dos vínculos partidários ou pastorais eclesiais (...)”.*  
(Fernandes e Carneiro,1991:8)

A assessoria é uma das principais atividades desenvolvidas não só pelas ONG's brasileiras, mas na América Latina. Inclusive quanto ao aspecto da funcionalidade<sup>60</sup>, o CECA/SC possui muitas características das ONG's da América Latina, como: assessoria, apoio, promoção, defesa dos direitos humanos e ambientalistas, com o objetivo de transformar aspectos negativos da realidade social.

Desta forma, as ONG's, em defesa da cidadania e do fortalecimento da sociedade civil, desenvolvem trabalhos em áreas temáticas, como: gênero, discriminação ambiental, violência, carências coletivas, entre outras. Estas práticas são encontradas no CECA/SC, inclusive na forma de assessoria.

### 3.2.4- Algumas Atividades de Educação Popular:

---

<sup>60</sup>Termo utilizado por Scherer-Warren,1995,p.163.

Algumas destas atividades de educação popular foram realizadas através uma série de assessorias, a partir de uma dinâmica de oficinas, buscando privilegiar o uso do teatro e de outras formas de expressão artística.

Uma das atividades foi a oficina de bonecos, desenvolvida junto a educadores populares na Comunidade Vila Aparecida. Teve o apoio do NUCA (Núcleo da Criança e Adolescente da UDESC). O objetivo foi o incentivo a formação de arte educadores que atuavam diretamente com grupos de crianças em comunidade da periferia de Florianópolis.

Outra atividade foi a oficina de teatro popular, desenvolvida em conjunto com a Casa da Criança na Comunidade do Morro da Penitenciária, em parceria com o CECA/SC. Vários educadores populares participaram desta atividade, sendo que o objetivo foi a fomentação de trabalhos educativos que partissem da própria realidade da comunidade.

O CECA, desenvolveu durante o ano de 1993, uma série de oficinas de artes com crianças e adolescentes no Rio Tavares.

A partir destas oficinas reuniu-se um grupo fixo de crianças e adolescentes que durante alguns meses desenvolveram um trabalho de pesquisa sobre cultura e tradições na comunidade a partir do qual produziram uma peça de teatro direcionada para os próprios moradores do local.

Este trabalho foi apresentado na sede do Conselho Comunitário no final de 1993 e contou com a participação ativa da comunidade. No ano seguinte desenvolveu-se um acompanhamento menos continuado, com encontros, visitas e atividades esparsas. No entanto, por parte das crianças e dos adolescentes envolvidos, era freqüente o apelo para que o trabalho fosse retomado.

Os dados colhidos nos documentos do CECA/SC relatam como ocorreu o trabalho na comunidade do Rio Tavares:

*“No final de março de 1995, o CECA foi procurado pelo presidente comunitário do Rio Tavares, pedindo que retomassem o trabalho na comunidade.*

*Assim, a pedido das crianças e adolescentes que participaram das atividades anteriores, o CECA elaborou um pequeno projeto.*

*O projeto previa o pagamento de um arte educador por parte do CECA e um por parte da comunidade, para iniciar o trabalho de teatro educação junto as crianças e adolescentes, assim como, no caso do CECA desenvolver alguns dos procedimentos do projeto de educação ambiental que vinham sendo desenvolvido no Saco Grande”(Documentos do CECA/SC 1995).*

Este trabalho no Rio Tavares teve início na comunidade a partir de abril de 1995 com previsão até novembro de 1995 e contam com equipe de três arte-educadores, apesar das dificuldades financeiras encontradas a medida que estavam trabalhando apenas com uma bolsa paga pelo CECA/SC. O trabalho começou com uma pesquisa na comunidade, conversando com as pessoas antigas e questionando sobre o ambiente.

Na ocasião, os adolescentes queriam fazer teatro sobre drogas, sexo e juventude; o trabalho teve bastante ênfase na música e na dança popular paralelamente ao trabalho desenvolvido com o grupo de crianças e adolescentes.

Segundo CECA/SC, o trabalho com crianças e adolescentes é, de certa forma, uma novidade que tem atuado predominantemente no mundo adulto

e da política. Discutir a cidadania a partir das crianças e adolescentes, coloca-nos o desafio de uma nova linguagem e novos valores.

Os espaços educativos proporcionados pelos movimentos sociais e ONG's, junto à comunidades carentes, não só colaboram para desenvolver uma consciência a nível individual, como também proporcionam o crescimento na plano coletivo.

Discutindo sobre drogas, sexo e desenvolvendo a música, o teatro e a dança, estes adolescentes:

- aprendem a decodificar os valores de sua cultura,
- aprendem a valorizar suas experiências,
- passam por um processo de identificação enquanto grupo,
- discutem e refletem sobre problemáticas sociais,
- aprendem a elaborar discursos e práticas de acordo com o cenário vivenciado,
- aprendem a expressar seus desejos e medos, entre outros.

A conscientização destes sujeitos envolvidos nestas práticas educativas, trazem uma dimensão muito importante para a construção de uma educação para a cidadania. Entre acertos e erros, o CECA/SC procurou trabalhar a educação, valorizando a cultura e os valores de uma comunidade, sem deixar de abordar temas problemáticos, como por exemplo, o uso de drogas<sup>61</sup>.

3.2.5- O projeto trienal (1993-1995): o CECA/SC redimensiona seus objetivos para a cidade de Florianópolis.

---

<sup>61</sup>O CECA/SC realizou outras atividades educativas, como por exemplo o curso de gênero, que não foi analisado nesta pesquisa.



Em 1992, após uma avaliação das atividades do grupo, o CECA/SC elaborou o seu projeto trienal (1993 a 1995) e apresentou as novas propostas às agências financiadoras.

Com este novo projeto o CECA/SC pretendia contribuir para a democratização da sociedade civil local, redefinir um novo espaço de cidadania e articular atividades que proporcionasse ações coletivas da sociedade civil, permitindo a definição de identidades sociais em torno de princípios éticos comuns que se expressassem a nível local.

De acordo com o projeto trienal, O CECA/SC pretendia desenvolver estas atividade em determinados campos de atuação, entre eles:

- a nível das construção de novos conhecimentos a partir da realidade local,
- a nível de informação, através da produção e divulgação da material impresso,
- a nível de educação popular, através de ciclos de debate, seminários, cursos,
- a nível de apoio institucional, na organização de fóruns temáticos, na formação de redes e articulação entre experiências e no intercâmbio de informações.

Pensando a realidade da sociedade civil local, o CECA/SC redimensiona suas prioridades de ação. *“(...) o desafio que o CECA toma para si hoje é o de trabalhar no sentido de fortalecer a sociedade civil e de promover a articulação de seus vários setores, entendendo que a conquista da redemocratização e a simples conquista de alguns direitos da cidadania não bastam para garantir a participação efetiva na administração pública federal, ou nacional, mas que é possível, a nível*

*local (no bairro e no município), interferir nas decisões das administrações, bem como, ter a certeza de que os direitos dos cidadãos podem ser respeitados e inclusive alargados, desde que haja uma sociedade civil madura e organizada (...)”.* (Projeto Trienal 1993/1994/1995 p.8)

Em uma das entrevistas, um membro desta instituição comenta a proposta do CECA/SC, que no começo, era de mobilizar vários movimentos sociais, pastorais e isso com o tempo foi se afinando. Na opinião do entrevistado, isso ocorreu porque:

*“(...) os objetivos eram amplos demais e os passos que o CECA/SC queria dar eram maiores do que poderiam alcançar. Mas no entanto a delimitação que foi feita não dependeu só dos erros e desacertos do CECA, mas dependeu dos limites colocados pela própria sociedade naquele momento (...)”.* (membro do CECA)

O CECA/SC por ser uma ONG pequena e tendo a maior parte de seus membros como voluntários, seria imaturo desenvolver atividades a nível estadual. Por ser uma entidade que estava construindo sua identidade, desenhando uma atuação cidadã, na cidade de Florianópolis, o mais acertado seria atuar a nível local.

A nova noção de cidadania, supõe sociologicamente uma sociedade civil forte e organizada, capaz de conquistar direitos, cabendo ao Estado o papel de consolidá-los sob a forma de tribunais de justiça, organismos de

representação política e adequados sistemas educacionais, assistenciais e previdenciários <sup>62</sup>.

A preocupação e a proposta do CECA, enquanto uma ONG que atua em uma cidade, foi de ampliar a participação popular nos projetos da administração municipal (com relação ao tipo de desenvolvimento que se quer implantar na cidade) e nas políticas públicas para o desenvolvimento deste município.

Este alerta para a importância do fortalecimento de uma sociedade civil articulada e participativa é trabalhado pelo CECA, quando este oferece assessorias, prestação de serviços, nos projetos educacionais desenvolvidos nas comunidades, nas participações em fóruns, na parceria com outras instituições na promoção de palestras e encontros, entre outras alternativas. Bem como o lançamento de um livro reconhecido academicamente, do qual relata a história de Florianópolis, resgatando fatos desde sua colonização até as políticas de desenvolvimento atual <sup>63</sup>.

Deve-se levar em consideração que a importância e a participação da sociedade civil no desenvolvimento político e econômico da cidade, é um processo que se constrói com o tempo, de forma gradativa, de acordo com as necessidades e conflitos que vão surgindo. Na maioria das vezes os resultados não são tão imediatos.

Aliás, a sociedade civil cada vez que ganha maior visibilidade, vai encontrando obstáculos, tendo que encarar suas próprias fragilidades e

---

<sup>62</sup> O Estado, vem se desenvolvendo de tal forma que ao invés de consolidar a cidadania estabeleceu uma forte burocracia, com um sistema representativo frágil, uma ociosidade desarticulada consequentemente uma cidadania regulada e concedida.

<sup>63</sup> Aliás este livro, Uma cidade numa ilha: Relatório sobre os problemas sócio- ambientais da ilha de Santa Catarina, não só representa um momento importante de encontro de trabalho de grupo, em as atividades com a sociedade civil de Florianópolis, representa, principalmente um trabalho de divulgação e esclarecimento de informações sobre os aspectos físico, econômico, político e social da ilha de Santa Catarina, que é sem dúvida um trabalho de educação para cidadania.

contradições. Mas a cada conflitos que surge, mobiliza mais pessoas, mais movimentos, onde as informações vão sendo compartilhadas e discutidas.

No primeiro momento da elaboração do projeto trienal, que seria o ponto de referência das atividades do CECA, houve uma discussão com relação as áreas e grupos de atuação. O CECA muda o termo de grupo para áreas, onde algumas grupos passam a fazer parte do trabalho de uma determinada área. Segundo a entrevista abaixo, estava faltando uma inter-relação entre os grupos, e que acabava prejudicando o andamento das atividades.

*“Fizemos uma mudança de grupo para área, porque uma coisa estava acontecendo no CECA, era que cada grupo fazia uma coisa, cristalizando e fragmentando as atividades, e que não era este o objetivo do CECA. Por exemplo, o grupo de educação popular se reunia periodicamente e fazia coisas que os outros grupos não estavam sabendo. Então a discussão de metodologia e educação que deveria perpassar todos os grupos não acabava acontecendo. O próprio pessoal da educação não conseguia atingir os outros grupos. Os grupos que sempre acabavam se encontrando eram os grupos de ecologia e cidadania, que faziam muitas coisas juntas; depois a ação jurídica acabou sendo puxado para estes dois grupos, porque muitas discussões acabavam desencadeando processo jurídicos” (membro do CECA,1995).*

Segundo boletim do CECA (1994), os conflitos internos entre áreas e grupos, começaram quando o grupo CECA, passou a pensar que cada área era uma prioridade, e neste sentido o CECA teria várias prioridades genéricas. Com o fechamento dos grupos não houve articulação entre as

áreas, “elas ficaram como compartimentos estanques”. Havia problemas de comunicação entre áreas e as atividades de cada grupo aglutinaram, somente, as pessoas dos próprios grupos.

*“(...) a fertilização cruzada, a troca de saberes, a abordagem transdisciplinar aconteceram somente poucas vezes. Uma alternativa sugerida neste sentido foi a de aglutinar as áreas em torno de projetos de atuação, ou de atividades (...)”.* (Boletim do CECA, 1994:4)

Desta forma, as áreas de atuação do CECA ficaram sendo as seguintes:

- área de **políticas públicas**: constituição de sujeito políticos e suas articulações na sociedade civil, esta área tinha como objetivo geral prestar serviços aos sujeitos coletivos (organizações populares e redes de movimentos sociais) que já se encontram organizados ou em processo de constituição na sociedade catarinense- sobretudo em Florianópolis.

- área de **ecologia**: a concepção ecológica propõe enfrentar o desafio ecológico de forma multidimensional a partir do advento de uma nova cultura, uma nova racionalidade produtiva e uma nova política. Neste sentido é que a temática ecologia dentro do CECA aparecerá sempre multifacetada, ou seja, em relação as demais áreas desenvolvidas pela entidade, trabalhando com ela em parceria. Seriam as áreas que trabalhariam juntas: educação popular ambiental, igreja e ecologia, sindicalismo e meio ambiente, apoio às tecnologias e ao plano político.

- área de **relação de gênero**<sup>64</sup>, o objetivo era trabalhar através de uma re-elaboração das relações de gênero, tanto ao nível teórico como das

<sup>64</sup> “(...) o grupo de gênero foi uma idéia dos homens que participam do CECA/SC. No entanto, o interessante é que eles nunca participaram deste grupo. O grupo de gênero do CECA passou a ser um grupo só de mulheres (...)”. (membro do CECA, 1995)

práticas sociais, busca-se aqui possibilitar maior compreensão, análise e possível intervenção nas relações de poder que atualmente circunscrevem tanto a esfera privada quanto pública, desde a célula familiar até as macro estruturas sociais. O objetivo é colocar à disposição dos agentes populares certas ferramentas conceituais que lhes permitam lutar a partir de suas experiências concretas, contra a distribuição desigual do valor econômico, cultural, político e libidinal. As áreas temáticas seriam: gênero e linguagem; gênero e cidadania; gênero, poder e saber; gênero, corpo sexualidade e afetividade; gênero e trabalho; gênero e raça; gênero e educação; gênero e ecologia.

-área de **ecumenismo**, cujo objetivo era dar um sinal de alternativa nos espaços de serviços aos movimentos populares e práticas afins, oferecendo seus serviços para concretizar projetos que capacitem e instrumentalizem os agentes populares, crentes ou não, na busca de uma verdadeira libertação integral.

Cabe lembrar, que o grupo de metodologia a educação popular ficou inserido nas atividades das novas áreas. Grande parte das atividades desenvolvidas pelas novas áreas, haviam atividades envolvendo a educação popular.

Uma questão importante no caminhar desta ONG, são as mudanças de nome que ocorreram durante estes cinco anos na entidade. Segundo os boletins<sup>65</sup> do CECA/SC, verifica-se que em 1992 esta entidade que

---

<sup>65</sup>Os boletins do CECA/SC são elaborados pelos membros do CECA/SC mensalmente. Estes boletins costumam relatar as atividades que o CECA/SC vem desenvolvendo desde assessorias, atividades desenvolvidas ou em desenvolvimento nas comunidades, reivindicações que o CECA/SC vem fazendo junto aos órgãos públicos, realização de palestras, parcerias com outras entidades, assim como, a participação do CECA/SC em atividades organizadas por outras instituições. Estes boletins são um meio de divulgação das atividades do CECA/SC para seus próprios membros, para movimentos sociais e outras instituições públicas ou privadas. O primeiro boletim foi impresso em maio de 1992, um ano e meio após a fundação do CECA/SC e trazia como um dos temas em discussão a importância da elaboração do projeto trienal para os objetivos e

chamava-se **Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria - núcleo Santa Catarina**. A partir de 1993, passa a se chamar **CECA/SC-Um Centro de Assessoria Popular e Alternativa**, e em 1995 muda para **Centro de Estudos Cultura e Cidadania**.

Um membro do CECA justifica “(...) *nunca tivemos o objetivo de evangelizar ninguém (...)*”. Outro membro comenta: “*A mudança do nome tem a ver com o tipo de trabalho desenvolvida na cidade.*”

Por outro lado, a mudança de nome nunca foi profundamente discutido entre o grupo. Um outro membro falou com uma certa insatisfação “(...) *de repente peguei o boletim do CECA/SC e percebi que havia mudado de nome, de centro ecumênico passou para centro alternativo, alguém mudou, mas quem? Na ocasião achei estranho, pois estava inserido no grupo e não fui consultado para isso (...)*”. (membro do CECA, 1995)

A ansiedade pela autonomia, a conjuntura nacional e o caminhar desta ONG na cidade de Florianópolis, e principalmente, a visão de mundo dos seus membros, trouxeram mudanças, diferenciando este núcleo de Santa Catarina do CECA/RS.

Um outro membro comenta: “*Todas as mudanças com relação ao nome do CECA, foram discutidas em assembléia. Se algumas pessoas não ficaram sabendo da mudança, com certeza não compareceram nas reuniões*”. (membro do CECA, 1995)

Os movimentos sociais e as ONGs veêm no sujeito coletivo emergendo um novo sentido do “popular”, entendido como alguém que não se deixa enganar, é consciente, forma um coletivo organizado. Está predisposto a participação, busca sua independência e luta pela sua cidadania.

---

desafios desta ONG. Por motivos financeiros, em alguns dos boletins o CECA/SC trazia um espaço onde pedia contribuição para a feitura destes boletins.

A própria igreja sofreu transformações para não ficar atrás deste novo sujeito que emergia das comunidades, das associações de bairro, dos morros. A sociedade civil foi gradativamente amadurecendo, proporcionando a germinação de uma nova participação popular. As ONG's como organismos democráticos, cujo espaço de atuação é a sociedade civil se dispõem tanto a inserir transformações na mesma como adaptar-se as suas mudanças.

O CECA/SC, por ser uma ONG pequena e atuando em um espaço conflituoso, entrou em sintonia com as mudanças a nível nacional, bem como colaborou nas mudanças a nível local. No entanto, assim como o objetivo desta ONG era trabalhar no sentido de formar uma sociedade civil forte e articulada, deveriam elaborar objetivos internos que proporcionassem um maior entendimento entre o grupo<sup>66</sup>

O CECA escreveu sobre a importância do relacionamento para o desenvolvimento de um bom trabalho: *“(...) O CECA é um lugar onde convivem muitas visões de mundo diferentes, mas é também um espaço que constantemente procuramos para realizar muitas coisas juntos. É preciso que trabalhem as relações pessoais, nossas expectativas e nossos próprios limites, a solidariedade e a comunicação. Uma organização como a nossa tem suas raízes na empatia, solidariedade e afinidade entre seus membros, neste sentido as práticas que contribuem para reforçar essas características são fundamentais. E uma destas práticas é a discussão coletiva, que sirva para ir pensando a nossa própria atividade, mas mais*

---

<sup>66</sup>O não conhecimento da troca de nome do núcleo CECA/SC, por parte de um membro ativo do grupo, nos leva a questionar o relacionamento entre os membros e a organização interna do grupo. Se a necessidade conjuntural era de assessorar e não evangelizar, será que o grupo tinha uma opinião em comum sobre a mudança de nome da entidade?



*ainda desenvolvermos enquanto grupo uma reflexão sobre a realidade social e as nossas possibilidades de intervenção*". (Boletim 14:1994)

O relacionamento interno do grupo estava passando por momentos de fragilidade. O grupo encontrava-se preocupado e desanimado com o caminhar dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos e também com o relacionamento entre os membros.

Em reunião pautada em 27/10/92, o CECA/SC fez uma avaliação da qual participaram nove membros. A pauta da reunião foi avaliação e proposta para o CECA/SC. Algumas intervenções feitas durante a reunião, falavam que faltava uma identidade do grupo CECA e que os trabalhos estavam centrados em determinadas pessoas, faltando articulação e afetividade entre as mesmas "*(...) a identidade passa por se acreditar naquilo em que se está fazendo (...)*". Um outro membro colocou que o CECA era um espaço que não se encontrava no campo profissional, mas faltava um momento para a capacitação dos grupos e que este espaço não era só um trabalho voluntário <sup>67</sup>.

O boletim do CECA de fevereiro de 1994, traz uma avaliação das atividades desenvolvidas pelo CECA/SC em 1993. Num dos seus boletins mensais, esta entidade fala de suas atividades realizadas, entre elas o trabalho em torno do projeto Levantamento Sócio Ambiental da Ilha de Santa Catarina, que na ocasião já havia sido encaminhado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente- FNMA. Segundo dados dos boletins, o CECA/SC apostava neste projeto como uma maneira de concretizar várias idéias que já vinham sendo amadurecidas, assim como, parcerias importantes como o Laboratório de Software Educacional e o departamento

---

<sup>67</sup> Este documento encontrado nos arquivos do CECA/SC estava incompleto. O que parecia ser uma ata de assembléia não havia sido terminada, uma vez que muitas das falas estavam em aberto.

de serviço social da UFSC. O Objetivo era melhorar o conhecimento da realidade local e definir uma estratégia de intervenção e de informação junto aos movimentos sociais.

3.2.6- O projeto Levantamento Sócio-Ambiental da Ilha de Santa Catarina.

O CECA/SC sempre demonstrou preocupação com as questões sócio-ambientais de Florianópolis. No entanto, esta entidade sentia dificuldades em obter dados sistematizados sobre o histórico da cidade.

A carência de informações sobre o histórico de Florianópolis, o desrespeito das autoridades locais pelo meio ambiente e a dificuldade de dados informativos e sistematizados para a população, fez surgir o projeto.

Este projeto desenvolveu-se em três etapas:

- Realizar um levantamento da realidade sócio-ambiental da Ilha de Santa Catarina,
- Socializar as informações recolhidas através de vários meios,
- Iniciar um processo de educação ambiental comunitária com base nestas informações.

Cada etapa do projeto, compreendeu várias atividades, como: um levantamento bibliográfico sobre a cidade de Florianópolis, onde incluiu 1100 títulos, a criação e manutenção de uma base de dados, que contou com a parceria da EDUGRAF/UFSC, a realização de uma pesquisa em sete comunidades, para a coleta de dados sobre a realidade das localidades, o desenvolvimento de um projeto piloto de educação ambiental na comunidade do Saco Grande II e a produção do relatório sócio-ambiental

da ilha, elaborado com os dados colhidos durante o desenvolvimento de cada etapa, que foi discutido em um seminário, que contou com a participação da sociedade civil e de entidades governamentais. O resultado deste projeto, foi a publicação do livro *Uma Cidade numa Ilha*.

Esta dissertação se preocupou em analisar as atividades desenvolvidas em uma das etapas da pesquisa, que foi o trabalho realizado na comunidade do Saco Grande II.

### 3.2.7- O Projeto piloto de educação ambiental desenvolvido na comunidade de Saco Grande II.

Do ponto de vista do meio ambiente, o bairro de Saco Grande se caracteriza por preservar na periferia da capital, áreas ecologicamente importantes como: mangues, remanescentes de mata nativa, nascentes de água e a unidade de conservação Estação Ecológica de Carijós.

No entanto, Saco Grande é um exemplo de ocupação e crescimento desordenado por parte das políticas governamentais, como da sociedade mais ampla. A Fragmentação do mangue pela rodovia SC-401, comprometeu definitivamente uma parte desse ecossistema, o que foi agravado pela recente ocupação das margens dessa rodovia por empresas que vem aterrando os lotes em direção ao mangue e à estação ecológica de Carijós.

A transformação de áreas de preservação como o mangue, em grandes lixões ilegais é outro dos problemas diretamente relacionado com a tentativa de destruição do mangue, para uma posterior ocupação, argumentando que houve uma descaracterização como área ambiental.

Por outro lado a ocupação irregular das encostas pela população responsável pela contaminação de nascentes, onde se abastecem as populações locais das áreas altas, provocando inclusive problemas alarmantes de saúde pública, com situações permanentes de hepatite diarreia.

Devido a estas situações, é possível afirmar que existe um descaso das instituições públicas e uma certa apatia da comunidade, uma vez que as ações que visam atuar positivamente para inverter a situação são isoladas. As associações e conselhos comunitários da região atuam sobre estes problemas de forma pontual e na maioria das vezes fragmentada.

Ainda que na região do Saco Grande II por exemplo, existam sete associações de carácter comunitário<sup>68</sup>, as desavenças político-partidárias e disputas de territórios e legitimidades, no plano das representações políticas, têm impedido a atuação conjunta destas entidades.

E além disto, observa-se nestas associações uma concepção bastante limitada no que se refere aos processos de expansão urbana e ao impacto dos problemas ambientais na qualidade de vida da população local, fazendo com que as lutas e reivindicações destas entidades se restrinjam as melhorias e instalações de novos serviços urbanos. Isto acaba produzindo apenas um movimento de simples adaptação aos processos de destruição ambiental. Por vezes, ao fim das contas, as associações acabam por ter que

---

<sup>68</sup>As associações são: Barreira do Janga, Saco Grande, Sol Nascente, Monte Verde, Parque da Figueira e Rua da Cruz.

resolver os problemas criados por aqueles a quem representam, quando não, por eles mesmos.

Sem dúvida está é uma forte contradição nas mobilizações ocorridas na sociedade civil. As desavenças políticas entre as associações comunitárias de um mesmo bairro, acabam causando conflitos que prejudicam o próprio andamento do trabalho.

Dentro desse contexto conflituoso, o CECA/SC buscou construir pontes para a participação das associações formais e informais do bairro Saco Grande II, juntamente com as escolas locais, visando criar um processo de multiplicadores de uma consciência ecológica local.

De acordo com este relatório, o projeto piloto desenvolvido pelo CECA/SC teria o objetivo de contribuir para o surgimento e crescimento de uma cidadania ambiental<sup>69</sup> na localidade do Saco Grande II, localizado no município de Florianópolis. Este projeto não pretendia apenas desenvolver atividades de pesquisa e educação ambiental num sentido amplo, mas especialmente atender as necessidades e interesses da população.

*O principal objetivo do projeto de Educação Ambiental, seria o de contribuir para a quebra do círculo vicioso estabelecido pela escassez de mediações entre as demandas sócio-ambientais e as respostas político-técnicas, e produzir uma convergência cooperativa de organizações e lideranças comunitárias sociais, e povo em geral, com técnicos, empresários e políticos, estabelecendo consenso mínimos que favoreçam a ampliação da qualidade de vida das comunidades locais e desta forma*

---

<sup>69</sup>A cidadania ambiental é entendida aqui como, além de um trabalho de capacitação e qualificação de educadores para o ensino básico ou infantil, visa ser um trabalho que busca a mobilização e a participação da população dos bairros e localidades, buscando viabilizar e fiscalizar o acompanhamento de projetos governamentais ligados ao meio ambiente.

*poder atender criativamente às necessidades e uma verdadeira cidadania ambiental da população. (Projeto Piloto, 1995:4)*

Este projeto também pretendia promover e facilitar o aumento do controle decisório tradicionalmente hegemônicos pelas elites políticas e empresariais<sup>70</sup>. Durante uma entrevista, um membro relata como ocorreu a entrada do CECA nas comunidades do Saco Grande II .

*“(...) Quando fomos para a comunidade do Saco Grande tínhamos a intenção de fazer um trabalho de mapeamento da região e a partir daí, conhecer melhor os valores , percepções , interesses e disposições para mudanças presentes nos vários atores e moradores desta comunidade em geral, trabalhando de forma planejada com vários grupos, lideranças comunitárias e agentes sociais e com isto fazer um trabalho de conscientização ecológica. No entanto, quando começamos o trabalho na comunidade, parece que mexemos em um “vespeiro”.O CECA havia começado a fazer um questionário na comunidade, que acabou sendo discutido em uma reunião com mais ou menos 40 pessoas. Nesta reunião os moradores discutiram seus problemas básicos como moradia, saneamento básico, calçamento entre outros. Este encontro foi bastante conflituoso, pois cada associação queria defender seus direitos”. ( membro do CECA/SC, 1995)<sup>71</sup>*

<sup>70</sup>No desenvolvimento do projeto Levantamento Sócio-Ambiental, assim como no projeto piloto, o CECA/SC ainda estava ligado ao CECA/RS, recebendo apoio financeiro via esta ONG e do FNMA. Após a realização deste projeto, o CECA/SC se tornou uma ONG independente do CECA de São Leopoldo, mudando sua sigla para CECCA. Este trabalho não visa entrar na questão de datar especificamente o mês em que o CECA passou por mudanças em seu nome, apenas limitou-se a citar a época aproximada destas mudanças.

<sup>71</sup>O CECA/SC realizou a pesquisa com as seguintes entidades do bairro do Saco Grande II: Centro de Profissionalização Popular da Prefeitura Municipal de Florianópolis (CPP), Universidade Federal de Santa Catarina, Posto de Saúde do bairro e Associações e Centros Comunitários da região.

Segundo documento escrito por um membro do CECA (1995, pp:1-2), esta ONG quando entrou na comunidade conheceu o projeto de descentralização do posto de saúde, no qual abrangia também um trabalho na área de educação. Então o CECA estabeleceu uma parceria com o posto para desenvolver uma etapa do projeto <sup>72</sup>.

Os primeiros contatos com as escolas<sup>73</sup> foram realizados com a direção e a coordenação pedagógica. Nestes contatos a equipe do CECA/SC junto com a equipe do posto de saúde apresentaram o projeto e marcaram reuniões, onde estivessem presentes todos os professores.

Nas reuniões com os professores, apresentou-se através de cartazes, os principais eixos e objetivos do projeto. O CECA/SC aproveitava para entregar seus boletins informativos e os jornais, produzidos pela equipe do CECA, que continham informações a respeito do desenvolvimento do trabalho no bairro.

De acordo com o texto escrito por um membro, a apresentação do projeto para os professores eram encaixadas em reuniões com pautas extensas e assuntos diversificados e/ou aconteceu de forma inesperada pelos professores, causando um certo descontentamento por parte deles. Assim sendo, na tentativa de ajustarem-se ao funcionamento das escolas, o CECA/SC não dispunha de condições ideais para introduzir um bom trabalho, mesmo assim consideraram o resultado do trabalho satisfatório; *“(...) avaliamos que o resultado foi satisfatório nas escolas municipais,*

---

<sup>72</sup>O jornalzinho Caminhos para a Saúde da comunidade do Saco Grande II surgiu do trabalho de descentralização desencadeado pelo Posto de Saúde e a universidade.

<sup>73</sup>No bairro do Saco Grande há duas escolas municipais e uma estadual: Escola Básica José do Vale Pereira, Escola Básica Dionísia Maria da Costa ambas funcionando com o 1º grau e a escola estadual C.E. Laura Lima funcionando com 1º e 2º graus.

*ficando meio “truncado” na estadual. Considerou-se as diferentes dinâmicas das duas redes de ensino(...).” ( membro do CECA,1995 p:1)*

Nestas reuniões com os professores foi explicitado que era também intenção do CECA/SC, assessorar os profissionais interessados no assunto, para que pudessem dar continuidade ao trabalho mesmo quando a equipe se retirasse, no término do projeto. A idéia era que o conteúdo de educação ambiental estivesse presente e ao mesmo tempo disseminado em todas as disciplinas e que não fosse apenas um item incluído no currículo escolar de maneira desarticulada<sup>74</sup>. Um membro do CECA/SC escreve sobre a importância da formação competente dos profissionais da educação, para que um trabalho coerente e articulado com a realidade do aluno e do seu bairro, possa ter seu objetivo alcançado.

*“(...) consideramos importante o fato de dialogar com estas pessoas a respeito do que entendemos por educação e ambiente e qual o sentido de educação ambiental. Sabemos que nossas escolas apresentam muita diversidade quanto às tendências teóricas e metodológicas, e os cursos de formação de professores, na sua maioria, trabalham de forma fragmentada, não possibilitando a estes uma visão global do processo de ensino- aprendizagem, incluindo os aspectos sócio-econômico-políticos do contexto em que está inserido. Concepções de aprendizagem é um tema ainda desconhecido para a maioria dos professores. Isto se reflete na forma como os conteúdos são trabalhados com os alunos, a articulação*

---

<sup>74</sup> De acordo com uma entrevista feita com um membro da equipe do posto de saúde e com professores de uma das escolas do Saco Grande II, o trabalho do CECA/SC na comunidade foi muito importante, trouxe textos recentes para serem discutidos, trabalhou algumas oficinas educativas com os alunos e dados importantes sobre a comunidade. Entretanto, a escola sentiu falta de um acompanhamento e/ou assessoramento após a saída do CECA/SC.



*entre estes, o método de ensino, e a avaliação (...)*". ( membro do CECA 1995 p:2)

O trabalho nas escolas feito pelo CECA/SC incluiu, não só a discussão com os professores, mas de trabalhos realizados diretamente com os alunos. Através de oficinas, redação com temas específicos, passeios ao redor do bairro explorando a questão das cachoeiras, encostas dos morros e pontos de captação de água, pinturas, colagens e outros trabalhos que explorassem a questão ambiental. Os trabalhos foram feitos com alunos de primeira a oitava séries.

Um destes trabalhos realizados pelos alunos incluiu a montagem de uma maquete, onde proporcionava a visualização do bairro Saco Grande II. Esta maquete teve uma repercussão muito boa para as crianças, que na ocasião, contaram com a participação de seus pais. O trabalho do CECA foi fundamental para que a realidade do bairro fosse visualizada pelos moradores<sup>75</sup>.

Nos dias 11 e 12 de agosto de 1995, foi realizado o I ECOSG ( I Encontro de Comunidades do Saco Grande) na localidade do Centro Comunitário Monte Verde. Este encontro foi destinado à discussão dos problemas que aflingiam as comunidades do Saco Grande, como questões de saneamento básico (água e esgoto), de preservação ambiental, de qualidade dos equipamentos públicos que criam infra estrutura para o bom funcionamento das comunidades, entre outros. Este encontro destinava-se ao encaminhamento de soluções para os problemas levantados. Participaram deste encontro várias associações de moradores, igreja ,

---

<sup>75</sup>Com uma simples maquete realizada com os alunos, pais e professores, o CECA/SC realizou um trabalho de construção da cidadania.

escolas, donos de estabelecimentos comerciais e algumas autoridades públicas<sup>76</sup>.

A idéia deste encontro surgiu dos contatos feitos pelo CECA e pela equipe do posto de saúde com às várias associações de moradores e entidades como a igreja, escolas e pessoas interessadas em discutir os problemas e encaminhar possíveis soluções.

O CECA/SC em articulação com o posto de saúde, a APROCOM (Associação Pró Comunitária Monte Verde), o padre e o presidente de uma das associações de bairro, elaboraram um convite a todas as instituições do bairro para o encontro.

Segundo a equipe do CECA/SC, o resultado do encontro foi animador. Este encontro conseguiu reunir 45 pessoas de todos os setores representativos da comunidade. Deve-se esclarecer no entanto, que grande parte das pessoas que participaram dos grupos para discussões sobre os problemas do bairro e encaminhamento de propostas eram representantes de associações de bairro, junto com os convidados das instituições públicas.

Pessoas que não faziam parte de nenhuma associação ou centro comunitário participaram mais da festa de integração, da qual houve apresentação de boi de mamão, comidas e bebidas feitos pela comunidade e exposição dos trabalhos feitos nas escolas.

---

<sup>76</sup> O projeto de levantamento sócio-ambiental do Saco Grande incluía: localidades da Barreira do Janga, Saco Grande, Sol Nascente, Monte Verde, Parque da Figueira e Rua da Cruz. Este encontro das comunidades "(...) de certa forma sintetizou e pontou situações que não se restringe aos limites formais da burocracia estatal e mesmo das dinâmicas, por vezes, viciadas, das entidades comunitárias. Apontou também a possibilidades e soluções coletivas onde os próprios moradores precisariam compreender as dinâmicas internas do ambiente local e dos processos de ocupação humana, o que eles desencadeiam e os limites que precisam ser definidos. O rompimento com os bairrismos e com os interesses corporativos foi o maior desafio do encontro. Um desafio que é cotidiano e que reflete os muitos conflitos existentes entre as entidades e grupos locais, as localidades específicas e os diversos estratos sociais que ocupam o bairro (...)". (Boletim do CECA/SC n.25: p.01, 1995)

A fala de um membro da comunidade, que faz parte de umas das associações de bairro, expressa o que representou o I ECOSG:

*“ A gente sabia que as coisas aqui no bairro, não andavam muito boa (...) mas sabe , o pessoal é tudo gente pobre e fica difícil conseguir que eles façam algumas coisas(...) mas eu não fazia idéia que tinha tanta coisa errada. Neste encontro, a gente pôde discutir os problemas da comunidade, falando o que a gente pensava. O trabalho da gente nova<sup>77</sup>, junto com o posto e a pessoal que mora aqui na comunidade foi muito bom. A gente tomou conhecimento da situação, agora depende das pessoas também daqui querem ajudar. (membro da comunidade do Saco Grande II)*

Em dezembro de 1995 o CECA/SC divulgou, através de um seminário realizado na UFSC, o relatório contendo dados colhidos e refletidos sobre o trabalho desenvolvido na comunidade do Saco Grande II .

*“Este seminário está integrado no Projeto que o CECA vem realizando com o apoio do FNMA<sup>78</sup>. O levantamento Sócio Ambiental da Ilha de Santa Catarina que visa coletar, organizar e democratizar as informações existentes sobre a realidade local, tendo com objetivo contribuir na avaliação da situação sócio ambiental da Ilha de SC , a*

<sup>77</sup> As pessoas entrevistadas nas comunidades não falavam o nome CECA, mas citavam as pessoas do CECA que estavam nas reuniões, na aplicação do questionário, na comunidade desenvolvendo o trabalho.

<sup>78</sup> A Fundação Municipal do Meio Ambiente foi aprovada pela câmara dos vereadores em 1995. Esta fundação é mais um instrumento que pode possibilitar uma política de meio ambiente para o município de Florianópolis. *Mas só o compromisso de todo o executivo, dos vereadores e da sociedade podem possibilitar uma efetiva política de meio ambiente. Sem esta vontade, a Fundação será mais uma estrutura burocrática, tão inoperante quanto as atuais existentes* A existência de um projeto de cidade adequado à sua natureza insular e às especificidades e fragilidades de seus ecossistemas, e uma política de fiscalização, paralela a uma educação ambiental, são fundamentais para que seja interrompido o processo de crescimento desordenado na cidade.(CECA,1995 p.6)

*partir de implicações do atual modelo de desenvolvimento, da ocupação desordenada e precatória do meio ambiente e suas consequências na qualidade de vida da população local”.* (Fouder do seminário, 1995)

Paralelamente ao desenvolvimento do projeto, em outubro de 1995, o CECA/SC na cidade do Rio de Janeiro, ganhou o prêmio Burle Marx de Educação Ambiental. O I Encontro Latino Americano de Educadores Ambientais- ECO APLICADA 95 e a II Mostra Internacional de Vídeos Ecológicos organizados pela Federação Latino Americana de Educadores Ambientais (FLEA). Neste encontro estiveram presentes 12 países da América Latina e Caribe, contando com a participação de 1300 congressistas.

*“(...) Com o objetivo de avançar, através de troca de experiências, os conceitos de educar, ensinar e aprender, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e elaborar um documento com propostas de inserção do enfoque ambiental na educação formal e informal, o encontro deu lugar ao debate sobre o papel das ONG’s na elaboração de soluções concretas nos planos pedagógico e político-sociais para os problemas ambientais (...)”* .  
(Boletim do CECA/SC n.26, 1995,p:2)

Dos 162 trabalhos, o projeto Levantamento Sócio Ambiental da Ilha de Santa Catarina, realizado pelo CECA/SC, ficou com o segundo lugar, ganhando o prêmio Burle Marx.

O CECA com a realização deste projeto, teve a oportunidade de desenvolver um trabalho mais articulado e integrado, destacando a educação ambiental.

Preocupando-se com a qualidade de vida da ilha e com os problemas ambientais, que não são poucos, esta entidade desenvolveu um trabalho de educação ambiental, inserindo e democratizando nas comunidades informações sobre a saúde, a inserção das drogas entre os adolescentes, a cultura e aspectos físicos e políticos do bairro, assim como, proporcionando a participação da comunidade nas reuniões no bairro e no Encontro de Comunidades do Saco Grande II.

Com o objetivo de trabalhar questões ambientais e sociais juntas e não dissociadas, este projeto foi um grande salto no caminhar desta ONG na cidade de Florianópolis.

Nenhuma outra instituição pública ou privada havia até então recolhido dados tão precisos e importantes para a visualização do estado em que se encontrava o município. Foram discutido e analisados questões econômicas, sociais, políticas e culturais.

*“(...) é fundamental recuperar um outro olhar sobre a nossa cidade, que corresponde a esse objetivo de construir um projeto urbano que integre toda a população às possibilidades abertas pelo viver urbano, mas que seja adequada a uma cidade insular, ou seja, que vise a qualidades de vida dos seus habitantes, respeitando um novo equilíbrio com o meio ambiente, dando condições de sustentabilidade e de sociabilidade à sociedade local (...)”.*(CECA 1996:13)

O término do projeto, resultou na publicação do livro *“Uma cidade numa Ilha-Relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina”* onde se relata os dados colhidos na pesquisa e se analisa o desenvolvimento da cidade de Florianópolis.

O CECA/SC apoiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e em parceria com o projeto hiperNet do Laboratório de Software Educacional da UFSC, também vem criando um Gopher com informações sociais, ambientais, estatística e mapas da ilha de Santa Catarina. O objetivo é colocar a disposição , informações e documentos sobre a realidade local hoje dispersos por vários órgãos públicos e instituições. O CECA/SC pretende com esta base de dados, subsidiar os processos de discussão sobre a cidade e incentivar o seu uso com a finalidades educacionais, em particular na área de educação ambiental<sup>79</sup>.

Em outubro de 1995, o CECA/SC participou do Encontro Catarinense de habitat II- Assentamento Humanos para o século XXI, cujo objetivo era elaborar um documento catarinense de contribuição aos debates que serão realizados na Conferência Habitat II em Istambul, Turquia em 1996.

Este projeto desenvolvido pelo CECA/SC em parceria com outras entidades governamentais, acrescentou informações importante sobre o aspecto e as condições ambientais da cidade<sup>80</sup>.

Um dos pontos de discussão na sociedade civil sobre educação, é justamente a reflexão e a socialização de informações de várias áreas. Na área ambiental, este projeto apresentou uma dimensão tanto preventiva como defensiva.

No sentido preventivo, mesmo timidamente, discutiu a questão ambiental, levando a comunidade a conhecer seu meio ambiente e

---

<sup>79</sup>Fazia parte de um dos objetivos do projeto piloto do Saco Grande II, montar um banco de dados na comunidade do Saco Grande II que seria instalado no Centro de Profissionalização Popular da Prefeitura Municipal de Florianópolis (CPP) que funciona dentro do bairro. Até o término desta pesquisa, este banco de dados não havia sido instalado.

<sup>80</sup>O trabalho realizado no Saco Grande colaborou ora com uma visão mais generalizada sobre situação do bairro, ora com visões mais específicas dos problemas. Contudo, o trabalho colaborou para que os moradores crescessem enquanto indivíduos e enquanto comunidade. Sem dúvida, um espaço educativo de construção da cidadania e fortalecimento da sociedade civil.

aprendendo a interagir com ele. No sentido defensivo, o CECA colaborou no sentido de diagnosticar os problemas e junto com a comunidade discutir ações concretas, para agir junto ao poder público.

Desta forma, a educação para a cidadania se deu em dois momentos:

- no processo de elaboração e discussão do projeto,
- na execução do projeto junto a comunidade do Saco Grande, possibilitando que os moradores participassem deste processo.

### 3.2.8- Dialogando com a comunidade do Saco Grande II.

O diálogo entre as ONG's e as comunidades de Florianópolis, vêm se construindo gradativamente. Os primeiros contatos e as propostas de trabalho mediadas ou assessoradas pelas ONG's nas comunidades, geralmente são envolvidas de desafios e expectativas de ambas as partes.

A carência de cidadania da maioria das comunidades de Florianópolis e a morosidade no atendimento dos serviços básicos prestados pelos órgãos governamentais, desencadeiam reações diversas entre os sujeitos envolvidos. Este fato, de alguma forma, reflete na predisposição à participação dos sujeitos nas ações coletivas.

A fala de um representante de uma associação de moradores da Comunidade do Saco Grande II, retrata a visão dos moradores sobre as ações coletivas:

*“Aqui no morro a gente tem muita dificuldade de trabalhar com as pessoas. Eles não ajudam em nada que não os beneficie direta e imediatamente . Aqui no morro as pessoas se dividem muito.”*

Gohn (1992), escreve que o coletivo deve ser o cenário, o espaço de constituição de vontades, através do pluralismo de idéias, de seus confrontos, e a canalização de linhas comuns que possibilitem a canalização das vontades coletivas. *“O coletivo deve ser, portanto, o campo por excelência de ações culturais pluralistas”*.

Em se tratando de comunidades com suas respectivas associações, os problemas como: falta de ônibus, água, esgotos, lixo, segurança, crítica ao poder público, são discutidos de diversas maneiras. Estes conflitos comuns aos moradores de uma bairro são discutidos em reuniões, conversas informais ou em encontros<sup>81</sup>.

No bairro Saco Grande II, o CECA/SC junto com a universidade, as igrejas da comunidade, a secretária Municipal de Saúde e principalmente os moradores, organizaram um encontro (I-ECOSG-Encontro de Comunidades do Saco Grande), reunindo as associações do bairro e representantes de entidades governamentais.

O trabalho de articulação e preparação para este encontro, possibilitou para que os moradores se conscientizassem de que os problemas do bairro eram coletivos.

---

<sup>81</sup> Cabe ressaltar aqui, que no bairro do Saco Grande II, existem as seguintes associações Associação João Gonzaga da Costa ,Barreira do Janga, Associação Pró-Comunitária, Associação dos Moradores do Parque da Figuera,, um conselho, um centro comunitário- Conselho Comunitário do Monte Verde e o Centro Comunitário do Saco Grande II. Observou -se divergências e relações autoritárias explícitas entre estas associações, e que na opinião dos próprios moradores, acaba prejudicando as ações coletivas para resolução de problemas locais.



As discussões ocorridas no encontro, aconteceram em dois momentos: questões gerais de infra-estrutura e planejamento urbano e questões mais específicas, como segurança e drogas.

O CECA/SC, desempenhou um papel importante neste encontro nos seguintes sentidos:

- na aplicação do questionário sócio-econômico na comunidade,
- nas reuniões que antecederam o encontro, onde os moradores discutiam as questões do bairro,
- colaborou na mediação com as entidades governamentais,
- assessorou as escolas, para que os professores pudessem desenvolver um trabalho de conscientização e informação sobre as condições do bairro, mobilizando pais e filhos em trabalhos
- fez um diagnóstico da situação ambiental do bairro, apresentando os riscos de saúde para os moradores.

Após este encontro, alguns grupos se reuniram na comunidade, mas de forma mais tímida. Apesar dos interesses isolados, esse grupo pretendia continuar a discutir questões estruturais do bairro.

Cabe salientar que embora o CECA/SC tenha contribuído significativamente nesta comunidade e na realização do encontro, ele saiu da comunidade de forma muito rápida.

A fala de uma representante do posto de saúde retrata a importância do CECA/SC no desenvolvimento dos trabalhos e na maneira como esta entidade saiu do bairro:

*“O CECA desempenhou um papel positivo para o andamento dos trabalhos na comunidade. Porém, deveria persistir, manter uma assessoria, uma colaboração para comunidade, principalmente para o*

*posto de saúde e as escolas. Quando o CECA terminou seu projeto e saiu da comunidade, me senti um pouco orfão”.*

O depoimento de um presidente de uma das associações de moradores do Saco Grande II, também expressa seu sentimento com relação ao CECA

*“Os problemas aqui na comunidade são muitos, começando pelo próprio desentendimento que há entre as associações. É uma disputa de poder. Durante a preparação do encontro ECOSG, muita gente estava se preocupando em como receber as pessoas, outras com a parte burocrática, deixando de lado a discussão principal, que eram as dificuldades encontradas pelos moradores todos os dias, e que deveriam ser discutidas no encontro.*

*As pessoas do CECA, que participaram tanto da organização, como do encontro, seguraram as pontas, intercedendo nas reuniões, dando encaminhamento para as discussões dos problemas do bairro. E isso foi muito bom”.*

O trabalho coletivo da comunidade, na organização de encontros, reuniões, palestras, proporcionou uma rede de relações, que foram sendo estabelecidas durante o processo de mobilização.

Com certeza, as atividades desenvolvidas pelas entidades que organizaram o encontro no bairro Saco Grande II e os moradores proporcionaram um processo de aprendizagem que ocorreu em vários momentos:

*“(...) a história da educação no CECA/SC sempre foi uma coisa muito forte. Tinha a história da educação e especificamente a educação popular, que sempre esteve muito presente. Tinha também a questão da igreja e também de Paulo Freire<sup>82</sup>”.(membro do CECA)*

A educação para cidadania nas atividades do grupo CECA, passou por vários momentos. Os momentos de mudança sofreram influência de três fatores:

- o contato com a realidade social da cidade de Florianópolis;
- a influência de uma conjuntura nacional das ONG's que questionam e procuram redimensionar seu papel e sua importância, dentro de um contexto teórico-político-metodológico de atuação junto a sociedade civil;
- o terceiro através da políticas de financiamento de projetos feitos pelas ONG's dos países ricos.

*“No projeto trienal 93 a 95, na área de educação popular o CECA tinha como proposta apoiar a articulação e intercâmbio entre instituições educacionais e da sociedade civil (sindicatos de educadores, ONG's ambientalistas. O objetivo seria “(...) procurar através de uma ação pedagógica integrada às experiências concretas dos sujeitos populares, colaborar para o exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida, através do desenvolvimento de uma atitude que assegure um planeta saudável e fomenta uma convivência solidária entre os seres vivos.*

---

<sup>82</sup>“Foi na condição de exilado, que Paulo Freire ajudou através do prestígio de seu método de alfabetização, a compor junto as assim chamadas associações privadas de desenvolvimento- ou ONG's do norte, ou ainda, organizações internacionais de ajuda- especialmente as confessionais, as novas estratégias de investimento no tema da educação popular (...) a chamada educação popular já anunciava a autonomia como palavra chave dos movimentos sociais pós 70”.(Doimo 1995:131-132)

*Procurando assegurar uma nova ética que leve o cidadão a se mobilizar diante dos problemas, em lugar de ficar esperando uma ação paternalista do Estado ou das demais instituições dominantes (...)*. (Projeto Trienal 93 a 95 p:11)

Mesmo sendo uma ONG pequena e com poucos recursos, o CECA/SC se mobilizou na elaboração de um projeto com objetivo de construção de uma educação para a cidadania.

O CECA, como já foi mencionado, é uma ONG's articulista com múltiplas áreas de atuação (gênero, ecumenismo, ecologia, políticas públicas) onde a educação para a cidadania está inserida em todas as suas áreas.

Entretanto, a enfase de atuação têm se concentrado com mais intensidade, na elaboração e discussão de atividades relacionadas com a questão da consciëntização ambiental e nas políticas de desenvolvimento sustentável para a cidade. A fim de exemplificar estes fatos, segue abaixo alguns trechos de entrevistas dos membros do CECA/SC:

*“A cidadania foi uma coisa que foi se construindo em dois momentos. Num primeiro momento estava voltada muito para a questão do direito. Trabalhar o direito do cidadão no Estado de SC. Num segundo momento, começou a desenvolver um perfil do CECA/SC em relação a região, a cidade de Florianópolis. De trabalhar questões do Estado, foi se delimitando à cidade, onde a cidadania era trabalhada na sua diversidade e através desta diversidade é que foram de definindo os grupos; gênero. ação jurídica, educação(...) e aí começou também o trabalho com crianças e deu-se uma polêmica: o que é cidadania e o que é trabalho com as*

*crianças? A questão da educação popular sempre foi um consenso no CECA/SC por causa das pessoas que já desenvolviam trabalhos nesta área e também por causa das assessorias. A cidadania foi se construindo, num primeiro momento como uma coisa mais geral com relação aos direitos humanos e depois se torna uma discussão a partir do cotidiano, do espaço da vida, da autonomia no espaço da cidade, com um grau de diversidade maior. Ou seja, no primeiro momento “todos são iguais” e depois “somos iguais ou não somos”, temos que respeitar as diferenças. Na época do “massacre da Candelária”, ocorreu na cidade uma série de atos públicos tendo como um dos articuladores um membro do CECA/SC, onde mobilizou a imprensa local, sindicatos e outros setores. Seria uma cidadania mais geral, é um espaço de intervenção na cidadania que deu uma tonalidade diferente para a cidade (...)” ( Membro do CECA/SC 1995 )*

O CECA/SC foi construindo sua identidade no dia a dia de suas atividades na cidade. A educação popular foi utilizada pelo CECA/SC em praticamente todos os momentos, mas abrindo espaços para discutir a cidadania local. Esta abertura vai dando margem a discussão de uma educação mais abrangente relacionada diretamente com a cidadania, uma educação para a cidadania na sociedade civil local.

*“(...) a proposta do CECA/SC sempre foi a de trabalhar a cidadania, mas trabalhar a cidadania não significa apenas lutar por direitos políticos, mas também participar da gestão, do governo da cidade, da decisão do futuro da cidade, do desenvolvimento da cidade, que tipo de futuro a gente quer. Nós queríamos que os movimentos da cidade pudessem se reunir*

*numa espécie de fórum, onde todos pudessem discutir seus objetivos, seus interesses para que se pudessem traçar um projeto para a cidade. Este é um trabalho educativo, sempre colocando para as entidades, movimentos a necessidade de se romper com este corporativismo. Cada um trabalha na sua área, um bairismo, um movimento contra o outro dentro da mesma cidade, porque não se articulam?”(membro do CECA, 1995)*

Durante os cinco anos de atuação do CECA/SC na sociedade civil de Florianópolis, esta ONG vai se descobrindo na cidade, se descobrindo enquanto entidade. Vai descobrindo a importância de uma atuação e organização cidadã na cidade de Florianópolis.

Cabe ressaltar, a importância do trabalho em redes para a socialização e articulação de informações entre as ONG's locais, para que juntas desenvolvam trabalhos para fortalecimento da sociedade civil local.

O fortalecimento da sociedade civil está associado a capacidade dos atores sociais se articularem gerando ações coletivas amplas e impactantes na esfera pública.(Scherer-Warren,1996)<sup>83</sup>

*“(...) a gente acredita em uma cidadania ativa, para isso precisariam pressupostos que deveriam ser preenchidos. Uma delas deveria ser informações de boa qualidade, para que a participação na política na construção da cidade seja muito mais certa, atuante mesmo. Seria bom que*

---

<sup>83</sup>As ONG's têm sido mediadoras relevantes, tecendo redes entre movimentos sociais comunitários, movimentos sociais nacionais e transnacionais, captando o apoio de segmentos mais amplos não-organizados da sociedade civil. Esta dimensão da esfera pública, forma-se a partir de dois tipos de redes: redes sociais diretas e redes informatizadas. O primeiro decorre dos contatos sociais diretos, da confiabilidade e das identidades ideológicas, que vão se construindo no desenvolvimento das ações coletivas. De outra parte, as redes informatizadas, dirigidas a uma comunidade virtual, instrumentalizada através da internet, dos home-pages, dos correios eletrônicos, dos bancos de dados,etc, são típicas das práticas das ONG's transnacionalizadas. Mas também, as ONG's locais e sua população-alvo estão passando a fazer uso deste instrumental informativo e de comunicação.(Scherer-Warren,1996,p.4)

*as pessoas tivessem informações, subsídios teóricos, recursos, para que pudessem fazer as propostas. A cidadania ativa supõe mesmo uma informação e uma atividade de participação nas políticas da prefeitura que fazem a construção da cidade (...)*”.(Membro do CECA, 1995)

Benevides (1994), conceitua cidadania ativa como sendo aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas, essencialmente, criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.

*“A participação popular pode significar uma prática transformadora. Evidentemente, o Estado e as entidades da sociedade civil que defendem o interesse das classes dominantes buscarão sempre bloquear, desviar e impedir esse desenvolvimento do movimento popular, seja restringindo o acesso a informações, fragmentando a participação, limitando o campo das atribuições, retardando decisões ou remetendo-as as instâncias superiores, seja através da cooptação das lideranças do movimento popular para aceitar estes procedimentos em troca de benefícios pessoais ou políticos.”*(Valla 1993:64)<sup>84</sup>

Muito embora, os movimentos estejam sujeitos a este tipo de intervenção, os espaços de participação que os movimentos e/ou os centros populares representam para a sociedade civil são fundamentais para que

---

<sup>84</sup>Valla (1993), quando discute a questão dos serviços de saúde, coloca que o tema participação popular não é um conceito genérico e simples e aponta para o fato de que dificilmente haveria mudanças substanciais no quadro do serviços básicos, sem um controle social dos mesmos. “Entende-se que o poder público, no Brasil, sem a pressão dos movimentos sociais, seria incapaz de materializar as políticas públicas e de gerir os serviços básicos de modo a garantir condições mínimas e dignas para a reprodução da força de trabalho. Esta afirmação é resultante da constatação de que os compromissos do governo federal com as exigências do capital internacional e nacional, tanto quanto a subordinação dos governos estaduais e municipais às diretrizes tributárias do governo federal, impedem uma maior apropriação da verba pública para fins do consumo coletivo”.

ocorra a troca de informações, conscientização e a ação dos sujeitos envolvidos no processo de mudanças<sup>85</sup>.

Fazendo a leitura dos documentos, projetos e boletins do CECA/SC, percebe-se que esta ONG's procurou trabalhar de forma a esclarecer e conscientizar a sociedade civil dos problemas que precisariam ser conhecidos e/ou informados. Como por exemplo: a discussão do plano diretor da cidade, drogas e cidadania, os trabalhos de educação popular desenvolvidos em algumas comunidades, informação sobre questões ecológicas a nível local e global, discussão sobre democracia e questões referentes a cidade propriamente dita, assim como, levantou problemáticas com relação a situação dos negros e das mulheres. Entretanto, o trabalho de maior repercussão para esta ONG foi o projeto Levantamento Sócio Ambiental da Ilha de Santa Catarina, junto com o projeto piloto de educação ambiental desenvolvido no Saco Grande II.

Segundo as entrevistas, com este projeto o CECA/SC ficou mais conhecido e ganhou maior legitimidade perante a sociedade civil local e por outro lado detonou um forte confronto com algumas instituições públicas que não vinham cumprindo a sua própria lei, como por exemplo a própria prefeitura de Florianópolis.

Hoje, a ONG CECA vem passando por algumas dificuldades econômicas, decorrentes da falta de financiamentos. O problema da falta de financiamento agravou-se, quando o CECA no final de 1995 se tornou uma

---

<sup>85</sup> "(...) entendo que os sujeitos coletivos se constituem, enquanto organismos vivos presentes na sociedade, como associações de moradores, grupos diversos, organizações não-governamentais, entre outros, onde as lutas sociais, políticas, econômicas, culturais se cruzam e produzem práticas que proporcionam a esta coletividade a elaboração de identidades no interior de múltiplas diferenças. Isto significa pensar sujeito coletivo como organismos que têm interesses diversos e muitas vezes conflituosos e que, nas ações coletivas, expressam vontades, buscam respostas, reconstróem conhecimentos e se apropriam deste fazer. É nas lutas por estes interesses múltiplos, entrecruzados, que estes organismos se consolidam enquanto sujeitos coletivos (...)" (Fantin, 1995:20)



entidade autônoma, em relação ao CECA/RS. As agências financiadoras costumam ser rigorosas quanto ao critério de seleção de projetos de novas ONG's.

Com o desvinculamento com o CECA/RS, o CECCA, como é hoje denominado, se tornou uma pequena ONG a procura de verbas.

Entretanto, isto não impediu que os membros continuassem a se reunirem, discutindo os conflitos da cidade. Mostra com isso, o interesse a persistência do grupo na discussão e viabilização de propostas que possam fortalecer uma educação para cidadania da sociedade civil de Florianópolis. Para a maioria dos membros do CECA/SC, envolver-se nas discussões e conflitos que afetam a cidade, além de ser um ato político com objetivo conscientizador, é principalmente um espaço profissional ou um trabalho voluntário que proporciona o sentimento de satisfação pessoal e grupal.

Finalizando, por ser o CECA uma ONG, que desenvolve seus trabalhos dentro de quatro áreas de atuação, e por ser uma ONG formada por um grupo oriundo de várias áreas acadêmicas, as observações, descrições e as reflexões podem ser feitos sobre outros ângulos.

### 3.3- CECA/SC e a busca de uma prática educativa cidadã.

A educação para a cidadania é um processo que vai acontecendo com o caminhar, com as trocas, com as experiências e com a participação dos cidadãos, nas atividades desenvolvidas na sua comunidade, no seu bairro, na sua escola, na sua cidade.

É importante compreender que a educação para a cidadania não é algo pronto e singular. É um processo dialético, onde o interesse de um indivíduo, muitas vezes não é o do coletivo, gerando discussões e impasses; onde é preciso construir e desconstruir o saber-fazer, o saber- discutir, o saber-reinvidicar, o saber-ouvir. A educação para a cidadania ocorre assim, no próprio exercício da prática cidadã.

Neste contexto, o papel das ONG's, que apresentam como objetivo, contribuir para a melhoria da realidade sócio-econômica da sua cidade, é o de exercer o papel de mediador/assessor entre a sociedade civil (os movimentos sociais, centros comunitários, associações de bairro) e a administração do município ou do Estado.

Os trabalhos desenvolvidos pelas ONG's, junto a sociedade civil são diversificados e nem todas estão preocupadas com o desenvolvimento ético-político- econômico de uma cidade específica. O CECA/SC é classificado como uma ONG's articulista<sup>86</sup>, onde sua preocupação com as questões da cidade de Florianópolis se tornaram uma meta de trabalho. Isto se deu a partir do amadurecimento do grupo, da instituição e do contato com a realidade local.

As práticas educativas desenvolvidas pelo CECA no decorrer deste cinco anos (1990-1995), possibilitaram a abertura de pequenos canais de participação popular, o que significa, de uma certa forma, pequenos passos para a construção de uma cidadania na sociedade civil de Florianópolis.

Um membro do CECA/SC, comenta como a entidade foi desenhando sua atuação na cidade:

---

<sup>86</sup>De acordo com foi citado, vide nota de rodapé número 10.

*“Assim que o CECA/SC se formou tinha a idéia de intervir junto a associações de moradores, com as pessoas da periferia. A idéia era de abrir um espaço de discussão sobre os problemas da cidade, mas este espaço não cresceu, não surtiu o que se esperava, no entanto, acabou servindo com um espaço para divulgar coisas que estavam surgindo na sociedade; um outro espaço importante na cidade foi a ECO Fórum para o RIO 92, onde a discussão se deu toda em cima de projetos que estavam sendo implantados na cidade (...) nestes fóruns se discutiu concepções de desenvolvimento e aí o CECA/SC foi importante porque ele quis registrar, que não era fazer uma discussão geral de ecologia, mas discutir ecologia a partir do ponto de vista local e trazer interlocutores que não discutiam a questão ecológica, como o pessoal do movimento sem teto, da qual fizeram uma exposição dos problemas urbanos(...)”.*(membro do CECA, 1995)

O CECA/SC foi se descobrindo enquanto grupo e junto observando os problemas que estavam afetando a cidade. Diante destes fatos, esta entidade, foi tomando a frente, colaborando na divulgação e propostas de soluções possíveis.

*“O CECA/SC foi uma das primeiras entidades que colocou a importância da organização de um fórum na cidade. Outra coisa foi que, antes de ter eleição para prefeito, a gente já tinha colocado a necessidade de um espaço onde as entidades pudessem atuar no orçamento. Seria uma coisa um pouco diferente do que tem sido feito. Do jeito que foi colocado pelo CECA/SC não foi aceito, aí a prefeitura convoca para o orçamento e é uma outra coisa (...) uma coisa é o fórum nascer da sociedade civil, outra*

*coisa é receber quase como um presente da prefeitura (...)*". (membro do CECA, 1995)

Entre a concepção de sociedade civil dos sujeitos coletivos e a concepção de sociedade civil neo-liberal, as ONGs com sua atuação fazem emergir um conjunto de dilemas e contradições que colocam a cidadania no centro das discussões. Isto dá uma nova respiração de ar puro para sociedade civil. Pois a mesma, não é mais uma sociedade que se estrutura, apenas, nas regras que organizam interesses privados neo-liberais, mas uma sociedade na qual as relações sociais sejam mediadas pelo reconhecimento dos direitos de cidadania. Para isto torna-se indispensável a construção de espaços públicos que confirmem legitimidade aos conflitos e nos quais a medida da igualdade e da justiça venha a ser objeto de constante debate.

Telles (1994), escreve sobre a importância de espaços públicos para o fortalecimento da sociedade civil. "Uma sociedade civil emergente, é aquela na qual as relações são mediadas pelo reconhecimento de direitos e representação de interesses, de tal forma que se torne factível a construção de espaços públicos que configuram legitimidade aos conflitos e nos quais a medida de equidade e a regra de justiça venham a ser alvo de debate e permanente negociação.

Cabe ressaltar, que nos últimos anos, os movimentos sociais e as ONG's vem lutando cada vez mais por espaços públicos de participação. O CECA, como uma ONG pequena, vem trabalhando pela abertura de espaços de participação popular e principalmente na divulgação de informações sobre a cidade de Florianópolis.

*“Na cidadania, participação significa o envolvimento direto de grupos e pessoas nos espaços que estão relacionados com processos de melhorias do local de moradia, com questões relativas à cidade e aos problemas que os cercam em âmbito específicos e geral. Esses espaços podem ser políticos, culturais, assistenciais, de lazer, de comunicação (...) Desse modo, se assim analisarmos participação, a luta pela cidadania é uma longa, complexa e permanente construção (...) O processo de participação popular é um processo de construção, disputa e reconstrução da capacidade, do saber, da dignidade e da cidadania dos grupos marginalizados (...)”.* (Fantin 1995:18)

Algumas atividades desenvolvidas pelo CECA junto a sociedade civil de Florianópolis, já foram citadas no corpo deste trabalho.

Dentre estas atividades, algumas obtiveram maior êxito, outras não. O importante, é que de uma forma ou de outra, as sementes foram lançadas.

Sabe-se que o objetivo de uma ONG é mediar e assessorar. Entretanto cabe a sociedade civil mobilizar-se na luta pelos seus direitos, pois são necessários interesse e vontade para dar continuidade a determinados trabalhos iniciados pelas ONGs.

Quando se analisa uma atividade e a maneira pela qual foi desenvolvida, temos que ter em mente, que a maioria dos membros do CECA, trabalham como voluntários, gerando certas fragilidades em função do tempo e do interesse disponível por estas pessoas<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup>Em uma conversa com um membro do CECA, este falou da sobrecarga de atividades que estava desenvolvendo e que o término destas atividades eram cobradas pelos demais membros, não funcionários. Apesar dos salários serem considerados baixos, o número de profissionais que se tornam funcionários de ONG's estão estatisticamente aumentando. Por um lado, é bom saber que cada vez mais existem pessoas que desenvolvem trabalhos, cujo objetivo, é a construção de uma sociedade mais justa. No entanto, a hierarquia, a divisão dos cargos com suas respectivas funções e a deliberação de atividades e consequentemente, a burocratização estabelecida, nos leva a questionar, o que diferencia uma ONG de uma organização

Quando falamos da importância da educação para a cidadania, não estamos nos referindo somente as atividades que o grupo desenvolve junto a sociedade civil de Florianópolis, mas as atividades internas que são discutidas, desenvolvidas e articuladas, dentro do próprio grupo CECA, ou seja, o trabalho de educação para a cidadania dentro desta entidade.

Nas atividades desenvolvidas junto a sociedade civil, é fundamental que os membros que exercem o papel de educadores ou assessores tenham consciência, discernimento e responsabilidade de seu papel junto aos sujeitos coletivos.

Observamos, que os membros do CECA, desenvolvem suas atividades com interesse e persistência, dentro de suas possibilidades e limites, tendo em vista as dificuldades que encontram junto aos órgãos governamentais e no contato com a própria sociedade civil local.

Durante estes cinco anos, entre encontros e desencontros, o CECA vem desenvolvendo trabalhos, cujos resultados não foram imediatos, mas que sem dúvida nenhuma representam passos importantes para a conscientização e reflexão sobre as características sócio-econômica e cultural da cidade. Além de ter um papel riquíssimo em relação a divulgação de informações sobre os conflitos que afetam a sociedade civil de Florianópolis.

Com o caminhar, o CECA pôde desenvolver atividades, que segundo seus objetivos, pudessem ajudar na construção de uma educação para cidadania na sociedade civil de Florianópolis. A educação para a cidadania é entendida neste trabalho como, uma educação constituída a partir das

---

governamental ? Para maior esclarecimento sobre o perfil dos profissionais das ONG's vide: Fernandes e Carneiro "ONG's anos 90: A opinião dos dirigentes brasileiros, ISER, 1991.

práticas das ONG's, dos movimentos sociais e da sociedade civil em geral, que buscam a democratização do Estado e o fortalecimento da cidadania<sup>88</sup>.

Uma educação visando a cidadania, torna-se uma conquista de direitos, uma luta pela igualdade, pelo respeito às diferenças, pelo direito de condições dignas de vida, pela participação na elaboração de políticas de desenvolvimento na sua cidade. Ademais é sobretudo, um modo de sentir, um jeito de fazer, um estado de espírito, movido por uma vontade muito forte de deixar de ser apenas mais um indivíduo, mas ser um cidadão.

Neste caso, o trabalho de educação para cidadania na sociedade civil, ocorre quando uma ONG desenvolve atividades nas comunidades, mobilizando as associações, a igreja, a escola para a resolução de problemas e conflitos que os atingem. Ocorre também, quando desenvolve atividades de teatro, oficinas, trabalhos educativos junto a crianças e adolescentes carentes de uma comunidade.

Reinvidicar como mediadores da sociedade civil, junto aos órgãos governamentais o cumprimento de serviços básicos que costumam ser desrespeitados. Estar presente enquanto assessores da sociedade civil, na elaboração e/ou operacionalização de políticas públicas para a cidade.

Por outro lado, a ONG não tem o dever de trabalhar para a sociedade civil sozinha. É necessário que cada cidadão tenha sua parcela de contribuição, e que entre acertos e erros aprenda a participar deste processo educativo.

---

<sup>88</sup>Este fortalecimento da sociedade civil ocorre ora com maior visibilidade, ora com menor visibilidade. Trabalhar com as fragilidades e contradições da sociedade civil, colaborando no seu fortalecimento é uma constante busca

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analisando as atividades desenvolvidas pelo CECA durante cinco anos (1990 a 1995), percebeu-se no caminho percorrido para a formação desta entidade em Santa Catarina, que os desafios, as experiências e as mudanças foram muitas e contribuíram para que hoje esta ONG pudesse ter, ainda que pequeno, um certo reconhecimento de seu trabalho na sociedade civil de Florianópolis.

Como vimos no corpo deste trabalho, a partir de meados dos anos 60 até os anos 90, a noção de sociedade civil passou por algumas transformações a nível mundial. Houve uma (re)definição conceitual, onde as expressões como autonomia, autogestão, participação popular, direitos humanos, cidadania, ganharam um novo vigor. Com isso, a sociedade civil passou a ser pensada sob uma perspectiva ligada à noção da possibilidade de se construir uma real oportunidade de igualdade de direitos.

Entretanto ao passar por mudanças, a sociedade civil não imunizou-se completamente de suas contradições, suas fragilidades e suas fragmentações. Até porque, a sociedade civil, no caso específico do Brasil,



está enraizada de autoritarismo, opressões e condicionamentos políticos e sociais que tornam difícil e desafiador seu trabalho coletivo. Nesse contexto de mudanças da sociedade civil dentro da crise global, emergem as organizações não-governamentais (ONG's), como um meio positivo de trabalhar a cidadania.

A colocação das ONG's como parte de um terceiro setor, se diferenciando do Estado e do Mercado, se dá pelo fato de ser a sociedade civil a sua esfera básica de atuação. É no espaço da sociedade civil, que as ONG's encontram abertura para desenvolver junto a população, seus trabalhos educativos.

Estas ONG's são instâncias onde se discutem problemáticas e práticas específicas. Elas existem numa ambivalência de autonomia e dependência com relação a outros polos institucionais com os quais se relacionam como por exemplo: igreja, partidos políticos, sindicatos, universidades, órgãos governamentais, movimentos sociais e outras instâncias sociais.

Foi no início dos anos 90, que as ONG's se tornaram mais conhecidas para a sociedade civil. Estas instituições deixam de ser simplesmente assessoras de grupos de base e passam a dar um novo olhar no conceito de cidadania e uma nova esperança para a construção de uma sociedade democrática.

Em alguns países, as ONG's ajudam a formular as políticas públicas, em outros, seu papel é importante na fiscalização de projetos e denunciar arbitrariedades do governo em relações aos direitos humanos, até a omissão no cumprimento de compromissos públicos nacionais e internacionais.

As ONG's, que objetivam trabalhar no sentido de associar a cidadania e a educação, vêm recuperando e recolocando uma nova cidadania coletiva

para os movimentos sociais. Esta perspectiva de cidadania, trabalhada nas experiências, nos mini-projetos, que algumas ONG's tem desenvolvido está colaborando na construção de uma educação para a cidadania, que não está enquadrada nos moldes de uma educação formal estatal. Trata-se de uma educação para a cidadania que se processa e acontece com o caminhar das pessoas, das trocas, das experiências, da conscientização, da informação e a da participação dos cidadãos nas atividades desenvolvidas nas comunidades, nos bairros carentes, nas escolas, na sua cidade. Isso ocorre de forma dialética, pois envolve interesses, desejos, vontades, idéias e utopias de um coletivo. E é justamente durante este processo dialético gerando impasses e discussões, que a prática cidadã vai sendo efetivada.

Esse exercício da prática cidadã pressupõe a participação dos cidadãos em vários espaços da sociedade. Essa participação, fortalece a luta pela cidadania, estabelece relações com o mundo da cultura, da política, revelando para cada sujeito social a capacidade de fazer, de exprimir e de afirmar a si mesmo e ao coletivo sua capacidade de mudança.

O Centro de Estudos Cultura e Cidadania (CECA/SC), através dos dados obtidos durante a pesquisa, tem colaborado significativamente na divulgação de dados informativos sobre a cidade de Florianópolis, principalmente com respeito a questão ambiental.

Esta ONG pesquisou e publicou dados históricos esquecidos ou desconhecidos sobre a formação cultural da cidade, diagnosticou a situação do meio ambiente, desenvolvendo um projeto piloto de educação ambiental no bairro do Saco Grande II visando desenvolver atividades comunitárias para a conscientização e discutir possíveis propostas de ação.

Participou de fóruns, debates sobre a situação da cidade, inclusive do Fórum Cidade de Florianópolis, que por sua iniciativa, convocou os

movimentos populares e sindicais locais para discutir problemas comuns e pensar um projeto para a cidade.

Desenvolveu uma série de assessorias a partir de dinâmicas de oficinas, objetivando o incentivo a formação de arte educadores populares para atuarem diretamente com grupos de crianças em comunidades carentes da cidade.

Grande parte das atividades desenvolvidas por esta ONG, como assessorias, palestras e encontros foram realizadas através de parceria com outras instituições não-governamentais e governamentais, entre elas: UFSC, UDESC, Prefeitura Municipal de Florianópolis e FNMA.

Desde o seu primeiro projeto, com uma influência significativa do CECA/RS, o CECA/SC, foi formando sua personalidade, desenhando um estilo próprio de ação na cidade de Florianópolis, se tornando um núcleo com uma certa autonomia.

O CECA tem a “cara” e o “jeito” maroto da cidade de Florianópolis. Aliás, entrar no “mundo” do CECA é conhecer um pouco sobre este pedacinho de terra situada no litoral brasileiro, do qual é adorada pelos turistas e desrespeitada pelas autoridades locais.

Relatando o caminhar desta ONG, constatou-se que os seus trabalhos desenvolvidos propunham uma perspectiva de cidade, onde a conscientização na participação cidadã na elaboração de políticas públicas dariam possibilidade de formação de uma educação para a cidadania. Isto fica evidente na fala, nos gestos, no dia a dia da instituição e nas atividades desenvolvidas por esta ONG.

A luta pela cidadania, pelos direitos nas suas mais variadas expressões, é um espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e

constituição do cidadão. A educação não é uma pré-condição para a participação, mas é fruto e expressão do processo de formação do cidadão.

A trajetória desta ONG está marcada por projetos, utopias, conflitos, desafios e experiências, que é o marco singular da sua história.

São atividades articuladas, experiências não tão bem sucedidas, conquista de espaços, enquanto uma organização não governamental, trabalhos desenvolvidos em comunidades populares, projetos concluídos, livro publicado.

Na busca da construção e do fortalecimento da sociedade civil de Florianópolis, do qual é o seu objetivo, o CECA desenvolveu muitas atividades educativas, procurando entre encontros e desencontros o caminho que o levasse a desenvolver uma educação para a cidadania em seus trabalhos.

Os depoimentos e as considerações dos membros do CECA sobre esta instituição, forma um momento único onde o agir, o pensar e o sentir estavam envolvidos por um desafio maior. O desafio perpassava o desejo de participar da construção de uma educação consciente e uma cidadania participativa para a sociedade civil de Florianópolis. Ou seja, uma educação para a cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARATO, Andrew. Uma reconstrução da teoria hegeliana da sociedade civil in: **Sociedade Civil e Democratização**, Leonardo Avritzer (org). Belo Horizonte. Del Rey, 1994, pp 41-80.
- ARGUMELO, Manuel e WRTHEIN, Jorge (Org). **Educação e Participação**. Rio de Janeiro. Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus/MEC. 1985.
- ARROYO, Miguel. Educação e Exclusão da Cidadania in: **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 3 edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- AVRITZER, Leonardo. Modelos de Sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro in: **Sociedade Civil e Democratização**, Leonardo Avritzer (org). Belo Horizonte. Del Rey, 1994. pp 269-308.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa: Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular**. São Paulo. Editora Ática, 1991.
- ..... Democracia e Cidadania, in:  
**Pólis: Participação Popular nos Governos Locais**. São Paulo, Pólis, 1994. n.14

- BOGOMOLETZ, Davi L. Crise na Cidadania: paroxismo da individualidade in: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro p 31-52, jan-mar 1990.
- BORDA, Orlando Fals. Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante; considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular, in: **Pesquisa Participante/** org Carlos Rodrigues Brandão. 4 edição. São Paulo. Brasiliense, 1984
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**.3 edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ..... **Saber e Ensinar: três estudos de educação popular**. 2ed. São Paulo. Papyrus, 1986.
- Brasil Urbano: **Cenários da ordem e da desordem/** Elimar Pinheiro do Nascimento, Irllys Alencar F. barreira (organizadores). - Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza, Ce: SUDENE: Universidade Federal do Ceará, 1993.
- BUTHET, Carlos. Construcción de la Misión y Desarrollo Institucional de las ONG's.1993.
- CASTELLS, Manuel. **Cidade , Democracia e Socialismo**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1980.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo. Editora Ática, 1995
- ..... **Cultura e Democracia**. São Paulo. Editora Moderna, 1984.
- COELHO, Lígia M.C.C. Sobre o Conceito de Cidadania: uma crítica a Marshall, uma atitude antropofágica in: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, jan-mar 1990, pp 9-30.
- COHEN, J e ARATO, A. Sociedade Civil e Teoria Social In: AVRITZER, Leonardo (org). **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

COSTA, Sérgio. Contexto da Construção do Espaço Público na Brasil, in: *Novos Estudos* n. 47, março de 1997. pp 179-192.

..... A Democracia e a Dinâmica da Esfera Pública in: *LUA NOVA* revista de cultura e política n.36, 1995 p 55-65.

COVRE, Maria de Lourdes M . **O que é Cidadania**. São Paulo, Editora Brasiliense,1991.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e Contradição: Elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 5 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1992.

DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil**/org. Evelina Dagnino.- São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e Cidadania Assistida**. Pedro Demo.- Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

..... Cidadania e Emancipação in: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro. jan-mar 1990, pp 53-72.

..... **Política Social, Educação e Cidadania**- Campinas. SP. Papirus, 1994. (Coleção Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico)

Direitos Humanos e Educação na América Latina. Projeto Nova América. Rio de Janeiro, julho 1994.

DINIZ, Eli. et ali (orgs). **O Brasil no Rastro da Crise: partidos, Sindicatos, Movimentos Sociais e Cidadania no Curso dos Anos 90**. São Paulo, ANPOCS, HUCITEC, IPEA, 1994.

DOIMO, Ana Maria. **Conflitos de Ação Direta, Fragmentação Social e Apelo à Cidadania**. ANPOCS. Caxambu, novembro 1994.

..... **A Vez e a Voz do Popular- Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70/** Ana Maria Doimo.-Rio de Janeiro: Relume-Dumaré: ANPOCS, 1995.

**Educação Popular: Utopia Latino- Americana/** Moacyr Gadotti e Carlos Alberto Torres (orgs.).- São Paulo: Cortez: editora da Universidade de São Paulo, 1994.

ENGUIITA, Mariano F. **Trabalho, Escola e Ideologia.** Artes Médicas, Porto Alegre, 1993.

FANTIN, Maristela. **Sujeitos em Mudança: Experiências populares de educação, organização e participação no Morro do Horácio- Florianópolis, entre 1982- 1992.** PUC São Paulo, 1995.

..... **Construindo Cidadania e Dignidade: experiências populares de educação no Morro do Horácio.** Florianópolis: Insular, 1997.

..... **A Prática Educativa no Movimento de Saúde da Zona Leste de São Paulo: experiência de dois conselhos populares de saúde.** São Paulo, 1988. (dissertação de mestrado)

FERNANDES, Rubem César e CARNEIRO, Leandro Piquet. **ONG Anos 90: A opinião dos Dirigentes Brasileiros.** Núcleo de Pesquisa/ISER, Rio de Janeiro, novembro 1991.

FERNANDES, Rubem César. Elos de uma cidadania Planetária. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1995. n.28

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para a educação.-** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FRANZONI, Tereza. **As “Perigosas” relações entre movimento popular comunitário e administração pública municipal na ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC- Ppghas, 1993.

FREIRE, Paulo. Alfabetização e Cidadania, in: **Educação Popular: Utopia Latino-Americana/** Moacyr Gadotti e Carlos Alberto Torres (orgs.).- São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

..... **Ação Cultural para a Liberdade,** 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.



- GADOTTI, Moacir e TORRES, Carlos Alberto (Orgs). **Utopia Latino Americana.**- São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- ..... et alli (orgs). Estado e Educação na América Latina. Campinas, Sp: Papyrus, 1992.
- GARCIA, Pedro Benjamim. **Educação: Modernização ou Dependência?** Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1977.
- ..... Educação Popular: algumas reflexões sobre a questão do saber in: **A Questão Política da Educação Popular.** São Paulo. Brasiliense, 1987. pp 88-121
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação.**- São Paulo: Cortez, 1992.
- ..... **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros.**- São Paulo: Loyola, 1995.
- ..... **A construção da cidadania coletiva no Brasil.** ANPOCS, Caxambu, 1994.
- ..... **Movimentos Sociais e lutas pela moradia.** São Paulo. Editora Loyola, 1991.
- GONÇALVES, Marco Antônio. **Formação da Cidadania.** São Paulo: Paulus, 1989.
- GRAMSCI e a América latina/ Nicola badaloni [et al]: organização e tradução Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira\_ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 8 ed, 1991.
- HARVEY. David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.
- Jornal da ABONG. A nova Conjuntura e a Luta pela Cidadania. São Paulo. n. 10, 1995.

- LANDIM, Leilah. **Para além do mercado e do Estado- O setor sem fins lucrativos no Brasil: histórias, tendências e debates recentes.** Rio de Janeiro: ISER, 1993.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania Classe Social e Status.** Rio de Janeiro. Zahar, 1967.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola.** São Paulo, 2. ed. Editora Ática.
- MONTENEGRO, Thereza. **O que é ONG.-** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- O Pêndulo das Ideologias:** a educação popular e o desafio da pós-modernidade/ Pedro Benjamim Garcia [et all], tradução Jorge Vicente Muñoz, Cristiane Menezes Muñoz. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- PETRAS, James. Os intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxista. *Revista Plural*, v.5, n.8, jul-dez 1996, pp 32-52.
- PONTUAL, Pedro. in: **Pólis: Participação Popular nos Governos Locais.** São Paulo. Pólis. n. 14, 1994.
- RAITZ, Tânia Regina. **Discursos Plurais Assessorando um Movimento Popular em Florianópolis-** Estudo de caso de uma Organização Não-Governamental. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. UFSC, 1994.
- RESENDE, Ênio. **Cidadania: o remédio para as doenças culturais brasileiras.-** São Paulo: Summus, 1992.
- Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. n.27 e 28 ano 10/jun 1995, publicação quadrimestral.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.-** São Paulo: Loyola, 1993.

- ..... ONG's na América Latina in: **Meio Ambiente Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais.**- São Paulo: Cortez; Florianópolis; UFSC, 1995.
- ..... **Organizações Voluntárias de Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil?** Ilse Scherer- Warren.- Florianópolis: Insular, 1996.
- ..... Sujeitos Emergentes: Práticas e Valores, 1993.
- ..... Organizações Não-Governamentais Na América Latina: Seu papel na construção da sociedade civil. 1994.
- ..... ONGs: Os novos atores da aldeia global. ANPOCS. Caxambu. outubro, 1996.
- SCHILLING, Paulo. **Brasil: A pior distribuição de renda do planeta: os excluídos**- São Paulo: CEDI/ Koinonia, 1994.
- SILVA, Ana Amélia da. Esfera Pública e Sociedade Civil: uma (re)invenção possível, in **Sociedade Civil, Estado e Democracia.** São Paulo em Perspectiva, v. 8, n 2/abr-jun/1994. Revista da Fundação SEADE.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo. Cortez, 1986
- SILVA, Tomaz Tadeu.(org) **Teoria Educacional Crítica em tempos Pós-Moderno.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- Sociedade Civil Estado e Democracia. São Paulo em Perspectiva, v.8/n.2/abr/jun/1994. Revista da Fundação SEADE.
- SOUZA, Nelson Mello e. **Modernidade: Desacertos de um Consenso.** Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1994.
- SPINK, Mary Jane Paris. **A Cidadania em Construção.** Mary Jane Paris Spink (org).- São Paulo: Cortez, 1994.

STEIN, Ernildo. **Epistemologia e Crítica da Modernidade**/ Ijuí: UNIJUI ed.1991. (Coleção Ensaios. Política e Filosofia).

TELLES, Vera. Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos, in; **Anos 90: Política e Sociedade na Brasil**/ org. Evelina Dagnino.- São Paulo: Brasiliense, 1994.

TORNQUIST, Carmem Susana (coord). **Experiência em educação Informal em Florianópolis**. Florianópolis. UDESC, 1994.

**Uma Cidade numa Ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina**/ Centro de Estudos Cultura e Cidadania-CECA.- Florianópolis: Insular, 1996.

VALLA, Victor Vicent et alii (orgs). **Educação, Saúde e cidadania**.- Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

..... Educação Popular e conhecimento: a monotorização civil dos serviços públicos de educação e saúde. in: **Participação Popular, educação e saúde: teoria e prática/organização**, Victor Valla, Eduardo Navarro Stotz.-Rio de Janeiro: Relume-Dumará. pp 101-112, 1993.

..... A construção desigual do Conhecimento e o controle social dos serviços públicos de educação e saúde. in: **Participação Popular, educação e saúde: teoria e prática/organização**, Victor Valla, Eduardo Navarro Stotz.-Rio de Janeiro: Relume-Dumará, pp. 87-101,1993

..... Educação Popular e Saúde: a questão da capacitação técnica no Brasil. in: **Participação Popular, educação e saúde: teoria e prática/organização**, Victor Valla, Eduardo Navarro Stotz.-Rio de Janeiro: Relume-Dumará, pp.55-87,1993.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VILLAS-BÔAS, Renata(org). **Participação Popular nos Governos Locais**. São Paulo, PÓLIS, 1994.(Publicação PÓLIS, 14)

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Educar para Transformar**: educação popular, igreja católica e política no movimento de educação de base. Rio de Janeiro. Petrópolis, 1984.

..... Educação Popular e o Processo de Democratização in: **A Questão Política da Educação Popular**. São Paulo. Brasiliense, pp. 62-78, 1987.